



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 95

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 14 de Abril de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos

Período de Tratamento de Assuntos Políticos

Ao abrigo do artigo 73º do Regimento da ALRAA, foram apresentados 4 votos.

A saber:

- Voto de Saudação «ao Programa de rádio da Antena 1 Açores “Manhãs de Sábado”».

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e José San-Bento (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação - 150 anos da Filarmónica Eco Edificante do Nordeste.

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- Voto de Congratulação - 150 anos da Filarmónica Eco Edificante do Nordeste

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), tendo novamente se verificado a aprovação por unanimidade.

- Voto de Saudação “pela passagem do 37º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974”.

Subscrito por todas as bancadas com assento parlamentar, a apresentação do voto coube a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Proferiram declarações políticas os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Sobre a primeira usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Na sequência do protesto feito pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), usou da palavra para um contra-protesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Sobre a segunda usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Após um protesto apresentado pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*) seguiu-se um contra protesto pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Para defesa da honra da bancada usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), na sequência da qual pediu a palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Ainda para interpelação à Mesa usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

No ponto dedicado a Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante continuou-se com o debate suscitado no dia anterior, após a intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*) e Berto Messias (*PS*).

Agenda da Reunião

1. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2011 – “Observatório do Leite e Produtos Agro-alimentares”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Ventura (*PSD*) usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), José Cascalho (*BE*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Carla Bretão (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

Submetido à votação o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado por maioria.

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011 – “Aprova o regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas. Transpõe para a Ordem Jurídica Regional a Directiva 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares”;

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*) usaram da palavra os Srs. Deputados Carla Bretão (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Isabel Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Cascalho (*BE*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade, tanto na generalidade, como em votação final global.

3. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 29/2011 - “Recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, o qual foi aprovado por maioria.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

4. Projecto de Resolução n.º 29/2011 - “Recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Alexandre Pascoal (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Catarina Furtado (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Alexandre Pascoal (*PS*).

5. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 31/2011 – “prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS/PP e do BE e as Representações Parlamentares do PCP e do PPM, o qual foi aprovado por unanimidade

6. Projecto de Resolução n.º 31/2011 – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS/PP e do BE e as representações Parlamentares do PCP e do PPM, também aprovado por unanimidade

7. **Pedido de autorização para o Deputado Francisco da Silva Álvares prestar depoimento escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, no âmbito da auditoria realizada ao município da Povoação – acompanhamento do plano de saneamento financeiro (Anteprojecto de Relatório de Auditoria – Proc. n.º 10/116.02.**

8. **Relatório sobre o pedido de autorização para o deputado José Francisco Salvador Fernandes, prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de procedimento cautelar n.º 28/11.5TBSCF que corre termos na secção única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores.**

Submetidos à votação os relatórios foram aprovados por unanimidade.

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Abril**, a qual foi aprovada por unanimidade

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupassem os vossos lugares.

Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (*BE*)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (*PCP-PEV*)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a apresentação dos votos.

Temos um voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativo a um Programa de Rádio da Antena 1 Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

A rádio nos Açores tem-se assumido, durante décadas, como uma das formas de unir as ilhas, atenuar o seu isolamento, levar a nossa realidade de terra em terra, trazer-nos informação e divulgar a nossa maneira de ser.

Se houve programa de rádio que conseguiu alcançar tudo isto num mesmo modelo foi “Manhãs de Sábado”, emitido durante 15 anos pela RDP/Antena 1 Açores.

Levando a voz das 9 ilhas de ilha em ilha e por todas elas, e mesmo para além das fronteiras físicas do arquipélago até aos limites da alma açoriana, dando o mesmo tempo de emissão, semanalmente, a cada uma das parcelas dos Açores, “Manhãs de Sábado” prestou um serviço inestimável à nossa cultura, à sua divulgação e, sobretudo, à verdadeira ideia de Região que as entidades públicas, como é o caso da referida rádio, devem valorizar e promover, sobretudo, pelo espaço que deu para ser divulgada a vida de ilhas e lugares que não têm tido outro meio de mostrar o que são e sentem.

O facto de estar nos primeiros programas da Antena 1 Açores, ao nível das audiências, é mais uma prova do modo como os açorianos sentiam os valores motivadores de “Manhãs de Sábado”, a forma genuína e natural como os seus colaboradores lhe davam voz e vida e se ouviam representados, conhecidos e reconhecidos.

Para além de divulgar informação e acontecimentos que de outro modo não chegariam ao conhecimento público, contava histórias e relatava a História, promovia e difundia a cultura das nove ilhas dos Açores, fazendo, ainda, uma

particular e significativa ligação com a nossa diáspora nos Estados Unidos da América, Canadá e Brasil.

Tudo isto feito por amadores que amam a sua terra e, de forma generosa, deram o seu tempo, conhecimentos e vontade a um serviço que prestavam com gosto e alegria que contagiavam todos quantos aos sábados de manhã se ligavam através das ondas da rádio.

Com a primeira emissão em 17 de Fevereiro de 1996 e a última emissão, exactamente, 15 anos depois, em 17 de Fevereiro de 2011, o programa nasceu com aquele que lhe deu vida e realizou com emoção, dedicação e competência envolvendo consigo muitos outros açorianos de nascimento e alma açoriana fazendo uma equipa de amizade reconhecida pelos Açores fora.

Mário Jorge Pacheco foi esse homem cuja voz e vontade aglutinaram gente e motivações para fazer um programa que já faz saudade a muitos açorianos.

Muitos são aqueles que foram o corpo e alma deste programa, e porque os méritos têm nomes e as pessoas devem ser reconhecidas e valorizadas pelo que fazem, enunciamos, assim, os colaboradores de “Manhãs de Sábado”: durante 15 anos, o programa foi feito pelo Padre Simões Borges, Padre Edmundo Pacheco, José Joaquim, João de Brito Zeferino, Álvaro de Lemos e Regina Meireles.

Mas, ao longo da duração do programa muitos outros por ele passaram: Guilherme Lima, Victor Rui Dores, Goretti Reis, José Cadete, Ermelindo Ávila, António Manuel Ávila, José Guilherme Machado, Paulo Estêvão, Deolinda Estêvão, Padre Hélio Soares, Padre Agostinho Lima, António Pedroso, Jorge Cunha, Rui César, Carlos Ávila, Carlos Resendes Cabral, José Ferreira, Paulo Caminha, Avelino Teixeira e Euclides Álvares.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação ao Programa de rádio da Antena 1 Açores “Manhãs de Sábado”, pelo que o programa fez pelos Açores e pelo que significa para a nossa identidade colectiva.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à Antena 1 Açores, ao seu realizador e a todos os seus colaboradores supra-identificados.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Janeiro de 2010

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, Clélio Meneses e António Marinho.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico associa-se a este Voto de Saudação não por ter tido a oportunidade de integrar o programa durante 6 anos (o meu papel não era muito relevante), mas por reconhecer que este programa foi fundamental, porque tinha uma característica diferente dos outros programas que existiam nos Açores, que era a defesa daqueles que eram os valores da cultura popular açoriana. Esse era um valor fundamental.

Era um programa em que participavam pessoas das diferentes forças políticas, de diferentes ideologias, mas essa diferença de concepção da sociedade conseguia aglutinar-se no que diz respeito à defesa dos valores intrinsecamente açorianos.

Por isso considero que este Voto de Saudação é muito merecido para quem fez o programa ao longo de todos estes anos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para manifestar, como consideramos que se impõe, a posição do nosso Grupo Parlamentar, de apoio a este voto, embora, Sr. Deputado Clélio Meneses, pela forma sentida, que nós compreendemos, como o senhor leu, quase que poderia ter sido um voto de pesar pelo fim do programa.

É um voto de saudação.

Este programa, independentemente de uma saudação pelo que ele foi ou do pesar por ter deixado de ser, merece o nosso reconhecimento.

O Sr. Deputado Clélio disse praticamente tudo o que é essencial dizer sobre o voto e a justiça com que são abordados e lembrados vários nomes, grandes personalidades, Sr. Deputado Artur Lima, que contribuíram para realizar um programa que era um claro factor de integração dos Açores e de afirmação da Autonomia.

Há apenas um aspecto que gostava aqui de salientar. Tendo sido alertado por um familiar do continente que um dia aqui nos Açores assistiu a esse programa, uma das grandes características que esse programa tinha, para além das várias vertentes de âmbito cultural, social e de interesse da mais diversa ordem, era um programa que dava eco às diferentes pronúncias dos Açores.

Em tempos de globalização em que a norma parece ser que tudo tem que ser igual e que todas as fórmulas têm que ser seguidas nos mesmos sítios, quer seja no plano gastronómico, quer seja ao nível da imposição do monetarismo cego e que prejudica as economias mais periféricas da Europa (mas isto é outra conversa), não há dúvida nenhuma que salientarmos a diversidade dos Açores, os diferentes traços culturais que cada ilha e cada comunidade têm, é essencial.

Globalização, sim!

Diversificação, pluralismo nos Açores, afirmação da nossa cultura, sempre!

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação do Partido Socialista referente aos 150 anos da Filarmónica Eco Edificante do Nordeste.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 Anos da Filarmónica Eco Edificante de Nordeste

No próximo dia 23 de Abril, a Filarmónica Eco Edificante de Nordeste celebra 150 anos de existência, sendo a mais antiga de S. Miguel com actividade contínua.

Data de 23 de Abril do ano 1861 a sua estreia, na festa religiosa do padroeiro da Vila de Nordeste, São Jorge.

A Eco Edificante foi fundada pelo dinâmico Prior da Matriz, Padre Jacinto Félix Machado e pelo Morgado José Jácome Correia, que ofereceu o respectivo instrumental e o riquíssimo estandarte bordado a ouro, tendo ao centro as armas de S. Jorge em prata, o qual ainda hoje existe.

Fizeram parte da sua primeira direcção o Morgado José Jácome Correia, Prior Jacinto Félix Machado, Manoel Pereira de Resende e António Alves de Oliveira, também, primeiro maestro da filarmónica.

Os seus músicos eram recrutados entre as figuras mais destacadas do Nordeste e seus arredores. O afamado Padre-Cantor Francisco Horta compôs o Hino da Eco Edificante, sendo a letra do Padre Manuel Medeiros Franco.

Durante uma viagem de estudo que passou por S. Miguel, um crítico de música francês foi visitar o concelho de Nordeste de propósito para ouvir a Filarmónica, escrevendo o seguinte: **“Nunca julguei ouvir, num afastado lugarejo pobre daquela ilha dos Açores, as *Fugas de Bach* tão bem executadas sob a batuta de um organista de dedos tortos”**.

No ano de 1946, por ocasião do 4º Centenário da cidade de Ponta Delgada sob a batuta de Aires Félix Machado, a filarmónica participa com brilhantismo na parada comemorativa daquele centenário.

Na década de 50, obtém um honroso 3º lugar num concurso de bandas que decorreu no Coliseu Micaelense.

Em 1991, a Filarmónica sai pela primeira vez da ilha, tendo-se deslocado à ilha da Madeira, mais propriamente ao Concelho de S. Vicente, sob a direcção do Sr. Jorge Araújo e a batuta de Dionísio Amaral Borges, maestro Nordestense.

Já foi diversas vezes ao Continente Português, a outras ilhas dos Açores e duas vezes às comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América e Canadá. Participou, também, no Festival Internacional de Música de Castelon em Espanha.

Editou dois registos gravados sob a batuta de Yuri Pankiv, onde se podem ouvir algumas peças compostas por um antigo maestro nordestense, Eduardo Lima Raposo.

Esta Filarmónica tem sido um símbolo de Nordeste, graças ao esforço de todos os seus músicos ao longo destes anos todos, dos seus dirigentes que, de forma voluntariada, tem-se dedicado à instituição e de muitos anónimos nordestenses que contribuíram para estes 150 anos de vida.

Presidentes como Manuel Pacheco Monte, Jorge Araújo, João Jacinto Ferreira, Nicolau Raposo de Melo, João Medeiros são apenas alguns dos muitos que deram o seu melhor por esta instituição e aqui importa referi-los, uma vez que esta congratulação só é possível graças ao seu empenho nesta causa.

Actualmente dirigida pelo Maestro Durval Arruda, com cerca de 30 elementos, localizada numa sede com edifício construído pelo povo, servindo também para sede de Junta de Freguesia de Nordeste e Centro Sócio-Cultural de Nordeste, inaugurada em 1998.

Além de saudar todos os seus dirigentes, maestro e músicos, estes 150 anos devem de servir de referência para que todos possam manter o estímulo e coragem para manter esta instituição no activo em prol da cultura do Nordeste e da Região.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 14 de Abril de 2011, aprove um voto de congratulação pelos 150 anos da Filarmónica “ECO EDIFICANTE”.

Com a aprovação deste voto, propomos que este seja dado a conhecer à direcção, maestro e músicos da Filarmónica “ECO EDIFICANTE”, como também à Assembleia Municipal e Câmara de Nordeste.

Horta, sala das sessões, 14 de Abril de 2011

Os Deputados e as Deputadas do Partido Socialista: *Berto Messias, José Gaspar Lima, Carlos Mendonça, Francisco César, José Rego e Ricardo Cabral.*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo intervenções, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação sobre o mesmo tema, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era nossa intenção apresentar este voto ontem, mas concordámos que o Grupo Parlamentar do PS pudesse elaborar o seu voto e assim permitir que fosse lido conjuntamente com o voto que hoje apresentarei.

Voto de Congratulação

150 anos da Filarmónica Eco Edificante do Nordeste

A Filarmónica “Eco Edificante” do Nordeste – Ilha de S. Miguel, comemora no próximo dia 23 de Abril, 150 anos de existência, celebrando a data da criação de uma das mais prestigiadas bandas dos Açores.

Fundada pelo Pe. Jacinto Felix Machado, em 1861, esta é a Filarmónica mais antiga de S. Miguel, tendo sido seu primeiro regente António Alves de Oliveira. Saiu pela primeira vez à rua incorporando-se na procissão de S. Jorge que se celebra naquele dia.

Durante estes cento e cinquenta anos, a “Eco Edificante” tem promovido uma assinalável e intensa actividade musical na Vila do Nordeste, desenvolvendo e proporcionando o aperfeiçoamento artístico da população daquele distante concelho, o que muito orgulha e dignifica a sua população.

Desde a sua fundação, esta banda de música tem sido um autêntico conservatório musical e desde sempre tem participado em diversos intercâmbios com outras filarmónicas, não só na ilha de S. Miguel, como noutros cantos da Região, no Continente Português, assim como na nossa diáspora, contribuindo para a preservação da cultura musical popular, com diversos concertos e vários eventos comemorativos de datas festivas, sendo de destacar o êxito da sua participação na Parada das Filarmónicas Micaelenses, integrada nas comemorações do IV centenário da cidade de Ponta Delgada.

As nossas Bandas de Música constituem instituições de manifesto interesse colectivo, com um profundo enraizamento e com grande significado para os açorianos e, por isso, a elas se devem um público reconhecimento.

Neste momento difícil para a manutenção e actividade das filarmónicas dos Açores, esta Banda tem revelado uma grande capacidade de sobrevivência, graças ao empenho dos seus actuais dirigentes, designadamente a persistência e o denodo do seu Presidente João de Deus Sousa. Consideramos assim que a Direcção da “Eco Edificante”, os seus músicos e todos os seus apoiantes merecem um estímulo público, enfatizando o contributo dado em prol da defesa cultura popular açoriana.

A sua longevidade enriquece o panorama musical destas ilhas, pois é um pólo de difusão cultural de profundo significado para as populações. Por isso, nesta altura de comemoração, é nosso dever enaltecer o seu relevante papel na valorização da comunidade onde se insere.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa um voto de congratulação pelos 150 anos da Filarmónica “Eco Edificante”, saudando todos os seus filarmónicos, os seus dirigentes e o seu maestro.

Horta e sala das Sessões, 14 Abril de 2011

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas e António Pedro Costa

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Saudação, subscrito por todas as bancadas relativo à efeméride do 25 de Abril, que passo a ler.

Voto de Saudação

25 de Abril

Comemoramos, no próximo dia 25 de Abril, o 37º aniversário da Revolução dos Cravos, que devolveu aos portugueses a ansiada Liberdade, numa acção militar a que o povo português aderiu de imediato e em massa, pondo termo a um período cinzento da nossa história.

A aurora da liberdade foi legitimamente festejada pelo povo português, pelas ruas do nosso país, celebrando entusiástica e civicamente a conquista de um conjunto de direitos sociais e cívicos fundamentais para um Estado de direito e um país mais livre e justo.

Foi possível, graças à Revolução do 25 de Abril, transformar progressivamente Portugal num país democrático e moderno, plenamente respeitado nos Fora internacionais, através da consagração da justiça social e dos Direitos Humanos. Foi com o 25 de Abril que se consagraram os fundamentos da Autonomia Político-Administrativa, uma histórica aspiração dos povos insulares, em que assenta o sistema autonómico que os açorianos sublinham como de fundamental importância para o desenvolvimento e progresso das nossas ilhas.

Por isso, o simbolismo desta data merece a evocação desta Assembleia Legislativa, atendendo a que se trata de um dia politicamente relevante para a história de Portugal e da nossa Região e por constituir um passo decisivo para a consolidação do sonho de tantas gerações - a Livre Administração dos Açores

pelos Açorianos, fazendo renascer a esperança num futuro que se quer sempre mais livre e justo.

No entanto, a par do regozijo da data não podemos deixar de lamentar que, na sequência da dissolução da Assembleia da República no passado dia 11 de Abril, não seja realizada, mesmo que de forma simbólica, a tradicional sessão solene no dia 25 de Abril.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Saudação pela passagem do 37º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, como forma de exaltação dos valores universais da Liberdade e da Democracia.

Os Deputados: *Francisco Coelho, Berto Messias, Aníbal Pires, Zuraida Soares, Paulo Estêvão, Artur Lima e Duarte Freitas.*

(Aplausos de pé de todas as bancadas com assento parlamentar)

Presidente: Embora seja uma redundância, Srs. Deputados, não sei se temos que votar ou não, mas creio que foi aprovado por unanimidade e aclamação. É uma forma de expressão do voto, prevista no nosso Regimento.

Portanto, este Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Passamos agora para outro capítulo do nosso PTAP.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Portugal, infelizmente, desde há alguns anos atravessa uma crise de valores. Daí resultou uma crise financeira, económica e social porque o Estado e os

privados, por negativa influência do governo, gastaram desmesuradamente os recursos financeiros, muitos dos quais de origem externa, para lá da nossa capacidade de pagamento.

Nos últimos seis anos a dívida pública duplicou, ultrapassando hoje 152 mil milhões de Euros. Se é certo que também nestes últimos anos a economia mundial atravessou um ciclo negativo, com inevitáveis consequências para a economia nacional, é igualmente verdade que Portugal não reformou a máquina do Estado nem as empresas públicas e continuou gastando “à grande e à francesa”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2008 o FMI já afirmava que Portugal estava em recessão.

A Comissão Europeia, no mesmo ano, previa para 2009 uma contracção da economia de 1,6%, o dobro da previsão do Governo.

Bruxelas estimava um défice orçamental de 4,6%, também superior às estimativas do Governo, que apontavam, a meio, para 3,9% e acrescentava que o PIB Português seria negativo em 2009 e 2010.

Deputado Francisco César (PS): Não foi!

O Orador: A crise internacional era conhecida e todas as previsões sobre a economia portuguesa, de todos os organismos internacionais, apontavam para um futuro negro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 2009 o Governo da República irresponsavelmente ignorou todos estes sinais pois o objectivo não era defender Portugal, mas ganhar eleições a todo o custo e sem olhar a meios para atingir os fins.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Estávamos no país do “Magalhães”, no país do TGV, no país do “Cheque bebé”, ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E no dos submarinos!

O Orador: ... no país dos aumentos salariais de 2,9% para a Função Pública.

Afirmava-se que Portugal seria o último a entrar na crise e o primeiro a sair dela, porque tínhamos as contas públicas controladas, o défice orçamental controlado e até iria diminuir.

Foi o tempo das previsões falaciosas, desmascaradas posteriormente pelos resultados alcançados.

Para 2009 o défice previsto era 2,3% mas acabou vergonhosamente nos 10%.

Deputado Francisco César (PS): Por que é que não fala em 2010?

O Orador: Quanta irresponsabilidade, quando se sabia toda a verdade!

O que se pode concluir é que o Governo de José Sócrates ignorou propositadamente a crise internacional, europeia e nacional, que agora não podem servir de desculpa para o descalabro das contas públicas.

Resultados: uma gravidez de risco que culminou em 3 neófitos - um PECzito (PEC I); ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso parece a música dos Beatles: O submarino amarelo!

O Orador: ...um PEC (PEC II); um PECado (PEC III) e uma separação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD foi o avalista de Sócrates. Sabia que estava perante um esbanjador compulsivo e aprovou tudo isto.

Ambos os partidos fizeram uma gestão calculista e eleitoralista. O PS sem novidade e com Sócrates no seu melhor estilo propagandístico.

O PSD sabendo dos números, conhecendo a realidade provada pelo falhanço do PEC I, comprovada pelo falhanço do PEC II, ainda assim negociou, alterou e aprovou o PEC III, numa gestão igualmente calculista e eleitoralista e de promoção da imagem do seu novo líder, sempre fazendo do cinismo, seriedade.

Em Março de 2011 Sócrates percebe que não chega ao próximo Orçamento de Estado, manda fazer umas sondagens e com estonteante rapidez, dá um passo a coelho e negociando directamente com Merkel avança com o PEC IV.

Quando se esperava que da cartola, por um passe de mágica, saísse um coelho ostentando um falacioso sentido de estado, o PSD amua porque não foi tido nem achado, saindo a correr para Bruxelas a pedir a bênção à Chanceler.

Na sequência o PSD rejeita o PEC IV sem apresentar uma única medida alternativa.

Deputado Francisco César (PS) e **Secretário Regional da Presidência (André Bradford)**: Isso é verdade!

O Orador: Começa a odisséia de Coelho em ir ao pote, porque as sondagens também já lhe eram favoráveis.

Pelos vistos usando o mesmo *modus operandi* de Sócrates, ou seja, não olhando a meios para atingir os fins.

Paradigma disso é a cedência a Fernando Nobre num descarado arranjinho eleitoral, sucumbindo à ambição de um candidato que não tendo conseguido ser a primeira figura do Estado ambiciona ser a segunda.

O PSD tem todo o direito para convidar Fernando Nobre como cabeça de lista por Lisboa, mas não tem legitimidade para vulgarizar a segunda figura do estado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É pancadaria de criar bicho!

O Orador: Quantos mais arranjinhos não terá o PSD feito para alcançar o poder? – é a pergunta que fica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A sede de ir ao pote é tanta que o PSD Açores admite uma coligação com o PS, numa reedição do bloco central, claro está, desde que o Zé não esteja.

O PSD, pelo menos nisso é coerente: governa com o PS, mas não quer Sócrates lá fora nem César cá. São verdadeiros democratas que até têm o atrevimento de tentar mandar no partido dos outros.

É a sede de ir ao pote que leva o PSD Açores a ceder às exigências de velhas glórias que apresentam como credibilidade apenas a sua idade.

É a sede de ir ao pote que faz com que o PSD Açores entenda a Assembleia da República como um reformatório de antigos presidentes do governo e antigos presidentes de câmara.

O PSD não está só com sede de ir ao pote, está com fome de ir ao tacho.

Como é possível acreditar neste PSD, que para os novos desafios que Portugal enfrenta, apenas apresenta uma solução: “*the same old boys*”.

Credibilidade, Sras. e Srs. Deputados, exige novidade.

Credibilidade exige actividade.

Credibilizar não é vulgarizar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Portugal tem um desafio pela frente. Portugal tem que pagar o que deve, pôr a sua economia a funcionar, sanear as finanças públicas e evitar a exclusão dos mais desfavorecidos.

É difícil mas é possível!

Há outro caminho e há outra forma de fazer as coisas!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não diz é qual!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aguardo que o Sr. Deputado Artur Lima ocupe o seu lugar, em respeito pela intervenção que acaba de proferir, e dizer-lhe que com esta intervenção “comicieira” o senhor inaugurou hoje a campanha eleitoral para a Assembleia da República.

O PS não esquece, nem os açorianos esquecem também, e afirma neste momento a irresponsabilidade daqueles que no passado dia 23 de Março, por razões meramente “mio pseudo-ideológicas” como ontem dizia e escrevia bem no *New York Times*, Robert Fishman, provocaram a crise política que hoje vivemos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... com consequências económicas e sociais que ainda hoje não são absolutamente mensuráveis. É importante sublinhar este aspecto e repeti-lo à exaustão para que não o esqueçamos perante a demagogia e o tom “comicieiro” que as oposições, e particularmente neste caso o CDS/PP, colocam nas suas intervenções.

O Sr. Deputado Artur Lima esqueceu-se também, na sua declaração, do descalabro das governações CDS/PSD, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual descalabro?

O Orador: ... e os bons desempenhos económicos e financeiros que o país vinha demonstrando com os Governos do PS até à crise internacional de 2008. É de justiça referenciar e evidenciar esse aspecto, mas Sr. Deputado Artur Lima, é apenas uma nota em tom de aparte, porque hoje isso é o que menos importa.

Hoje, o que é verdadeiramente relevante é termos um país unido na superação da crise e dos problemas que hoje enfrentamos.

Mais importante do que isso, no que respeita aos Açores, é termos uma região firme e os partidos políticos unidos e convictos na defesa dos Açores e dos açorianos.

Essa defesa faz-se com a afirmação e a defesa da manutenção, por exemplo, da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, com o apoio e a aprovação de medidas que minimizem os efeitos da crise e da previsível recessão na nossa Região.

Será que todos estão disponíveis para isso?

O Partido Socialista está, como sempre esteve, e é isso que fazemos questão de afirmar e reafirmar desta tribuna na sequência da intervenção política que acaba de proferir.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD tem agendada uma declaração política, que fará de imediato através do seu líder parlamentar, onde abordará essa questão.

No sentido de esclarecer um aspecto da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima e também por respeito pela sua intervenção, vamos apenas deixar clara a posição do PSD sobre esta matéria.

O PSD, conforme já afirmado nesta casa, fez tudo o que estava ao seu alcance para evitar uma crise política.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: Fez tudo pondo sempre em primeiro e único lugar os interesses do país...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): PEC I, PEC II e PEC III!

O Orador: ... e não qualquer interesse partidário.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é isso que o Fishman diz!

O Orador: Tanto é assim que é acusado por uns de ter viabilizado o PEC I, o PEC II e o PEC III.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Por isso mesmo não é responsável!

O Orador: Para uns o PSD é mau porque viabilizou, porque deu oportunidades a quem governava para emendar a mão, para contribuir, para resolver os problemas do país.

Quando viabilizou o PEC I, o PEC II e o PEC III (para uns foi mau, para outros foi bom) o PSD, também aí, pôs sempre e em primeiro lugar os interesses do país.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Os seus interesses!

O Orador: Se tivesse a tal sede ao pote, se tivesse a tal vontade de ir a eleições, se tivesse a tal vontade do poder, não o teria feito.

Por isso, para uns é mau, porque viabilizou; para outros, neste caso o Partido Socialista, é mau porque reprovou o PEC IV.

É aqui nesta contradição dos outros partidos em relação ao PSD que está demonstrada a razão do PSD de que pôs, de facto, em primeiro lugar, os interesses do país.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Também está demonstrada a vontade de todos que se aliam nesta predisposição expressa, assumida e convicta de atacar o PSD.

O PSD vem sendo, sucessivamente objecto de ataques. Mas mais do que ataques, mais do que falar mal e fazer, promovendo esta guerrilha político-partidária, os portugueses precisam de ajuda, os portugueses precisam de contributos para reconstruir o país.

Portugal precisa de união de esforços.

Deputado Francisco César (PS): Agora, depois da desgraça estar feita!

O Orador: Portugal precisa que todos dêem o contributo que esteja ao seu alcance para reerguer Portugal. É este o desafio que se coloca a todos, é este o desafio que o PSD...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi esse o desafio a que não respondeu a 23 de Março!

O Orador: ... encara como sendo decisivo para o futuro de Portugal.

Deputado Francisco César (PS): Então por que é não votaram o PEC IV?

O Orador: Por isso tudo, entendemos que as grandes dificuldades que estamos a viver, as grandes dificuldades que a desgovernação socialista colocou a Portugal, estas grandes dificuldades são também e sobretudo um desafio e uma oportunidade para fazer aquilo que ainda não foi feito, para fazer aquilo que tem que ser feito.

É este o desafio que o PSD assume, é este o contributo que o PSD quer dar e é sobretudo este compromisso que o PSD assume perante os portugueses e perante os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a Lei de Finanças?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por dizer que a noiva mais disputada veio aqui, legitimamente, tentar inflacionar o dote.

(Risos de alguns deputados da bancada do CDS/PP e do PS)

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas tudo bem, Sr. Deputado, acho que sim.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Veja se tem rublos para pagar. Só aceitamos dólares!

O Orador: Relativamente àquilo que tem sido o mote das declarações políticas deste plenário, queria reafirmar aqui o seguinte:

Há, de facto, alternativas àquilo que quer o PS, quer o PSD, quer o CDS têm vindo ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o BE?

O Orador: O PS, o PSD e o CDS/PP!

... a apresentar como a solução para o país, como as inevitabilidades das medidas de austeridade que, como sabemos, têm contornos recessivos para a economia nacional.

Mas há de facto alternativa a estas medidas, aos PECs, às opções tomadas em sede de orçamento.

O PCP propõe com certeza medidas que deveriam ter sido tomadas há muito tempo.

Certamente uma das medidas, como o Sr. Deputado Berto Messias estava aqui a dizer num aparte, é a renegociação da dívida e o seu escalonamento, mas há outras, como por exemplo uma intervenção conjunta dos países que estão com o mesmo tipo de dificuldades que Portugal, quer sejam aqueles que já estão a sofrer o processo de resgate, como é o caso da Irlanda e da Grécia, mas também a Espanha, a Itália, a Bélgica de entre outros, de maneira a fazer cessar este espiral especulativo e procurar junto do Banco Central Europeu e das instâncias europeias alterar os Estatutos do Banco Central Europeu que, no fundo, acabam

por legitimizar esta espiral especulativa e legitimar de alguma maneira as malfadadas agências de notação.

Mas não é só. Estas seriam certamente algumas, mas há uma que é fundamental para o PCP e que tem a ver com a defesa e a promoção da produção nacional, dos produtos nacionais. Portugal precisa produzir mais para dever menos. É fundamental essa aposta naquilo que é nosso.

Há outras questões, como a avaliação das parcerias público-privadas em que algumas delas são perfeitamente ruinosas para o Estado.

Ainda uma outra, e para acabar, que julgo que é muito importante e da qual nenhum dos senhores tem falado. Tem a ver com o seguinte:

Um dos grandes problemas do endividamento público, quer seja a nível central, quer seja a nível regional, com a dimensão que tem (não estou a referir-me à dimensão), quer a nível do poder local, tem a ver com o financiamento dos projectos que são comparticipados pela União Europeia e que importa junto da União Europeia procurar alterar, porque todos temos consciência, ou se não temos deveríamos ter, da forma como são feitos os financiamentos dos projectos que envolvem fundos comunitários, que tem sido um factor que levou a que o endividamento público nacional atingisse a dimensão que atingiu.

Deixo apenas estas questões até porque V. Exas., os partidos do chamado arco da governabilidade, já fizeram um pacto abençoado por Cavaco Silva para adoptarem como seu um programa que o FMI vai redigir e para se ter aqui em consideração e para que os açorianos e portugueses vejam que há efectivamente outras alternativas que não são as medidas recessivas, as medidas que penalizam os mais frágeis, as medidas que vão conduzir-nos para uma situação de recessão económica que vai ter efeitos brutais na nossa região, vai ter efeitos brutais no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais inscrições tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para encerrar este debate.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro ponto que ficou provado da nossa declaração política:

Efectivamente a crise não começou em Março de 2011. Ficou provado que o Governo de José Sócrates, em finais de 2008 e em Janeiro de 2009, já sabia de tudo isto. Sabia que Portugal ia entrar na recessão, que Portugal ia por um caminho muito mau e que o futuro seria negro.

Portanto, a irresponsabilidade do Governo da República, Sócrates, Teixeira dos Santos e companhia limitada, ficou bem patente. A culpa não é do PEC IV, até porque a dívida que temos para pagar agora diz respeito à dívida feita em 2001.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado não diga barbaridades! Essas dívidas são sempre renegociadas!

O Orador: Quem ignorou todos os sinais, quem ignorou todos os avisos e em 2009 prometia o “Cheque bebé”, aumento de ordenados e insistia em TGV foi, irresponsavelmente, o Partido Socialista. Essa é que é a verdade e isto tem que ficar bem claro para os portugueses e os açorianos perceberem que o PEC IV resulta de 2009 e de José Sócrates ter ganho as eleições para a Assembleia da República. É essa a verdade!

Relativamente ao PEC IV, nós rejeitámo-lo e apresentámos um conjunto de medidas alternativas.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Francisco César e Duarte Freitas)

O Orador: Sr. Deputado Francisco César e Sr. Deputado Duarte Freitas, se a minha intervenção estiver a incomodar o vosso diálogo...

Deputado Francisco César (PS): Peço desculpa, Sr. Deputado!

O Orador: ... eu terei todo o gosto em calar-me para V. Exas. continuarem o vosso frutuoso diálogo.

Dizia eu que apresentámos um conjunto de medidas alternativas ao PEC IV.

Deputado Francisco César (PS): Quais eram?

O Orador: Sr. Deputado, estão aqui e lamento que o senhor não as saiba.

Deputado Francisco César (PS): Quero que as diga aqui!

O Orador: Elas foram apresentadas na Assembleia da República e como o senhor é muito bem informado em determinadas coisas terei todo o gosto em dá-las, em oferecê-las no fim, para V. Exa. se instruir e possivelmente instruir os seus camaradas.

Deputado Francisco César (PS): Isto é que é falar! Quem fala assim não é gago!

O Orador: Vamos a uma questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires levantou e bem: a questão de Portugal passa por produzir mais.

Fico espantado! Um partido que quer mudanças, que quer pôr Portugal a produzir mais, mas não quer um Ministério da Agricultura. Isso é uma coisa verdadeiramente fantástica, como o Partido Social Democrata que não quer o Ministério da Agricultura. Acaba com o Ministério da Agricultura, diminui a agricultura...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Foi o seu Presidente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quem é o dirigente do PSD que está a citar?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores nunca ouviram isto. Toda a gente ouviu, toda a comunicação social disse e os senhores não ouviram. Isto é que é perigoso para a democracia, é a vossa ignorância da realidade. Isso é que é um perigo para a democracia. É por isso que os portugueses não acreditam nos senhores e não acreditam por os senhores andarem a vulgarizar o Estado, a Assembleia da República, fazendo negócios pouco claros, atribuindo “tachos” a gente que não conseguiu, como é o caso escandaloso do Fernando Nobre.

É isso que não credibiliza o Partido Social Democrata, infelizmente meus senhores.

O que não credibiliza o Partido Social Democrata é apresentar velhas glórias e fazer da Assembleia da República um reformatório para ex-dirigentes regionais. Isso é que vos incomoda! Para isso os senhores não têm resposta e por isso não

se podem apresentar como novidade e como alternativa àqueles senhores, porque os senhores são exactamente iguais e usam o mesmo *modus operandi*. É essa a verdade! É essa a realidade!

Uma última nota para o casamento e para a noiva.

Sr. Deputado Aníbal Pires, vai-me reconhecer o seguinte:

O casamento homo ou homo político já está feito. Portanto, eles não precisam de vestido de noiva. Eles vão de fato porque é um casamento homo político. São iguais. Até já têm madrinha, que é a Merkel. Portanto, Passos Coelho e Sócrates irão naturalmente fazer as bodas nupciais em Bruxelas ou Berlim e a madrinha será a Merkel.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): E a convenção pré-nupcial, Sr. Deputado?

O Orador: Sobre esta matéria o CDS espera ser convidado para a boda.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para um protesto. Tem 3 minutos.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Não utilizarei, Sr. Presidente, mas muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para um protesto esclarecendo algo que aqui foi repetido, porque uma mentira dita muitas vezes não passa a verdade.

Nunca, em nenhum momento, o Presidente do PSD e candidato a Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, ou alguém em seu nome, disse que iria extinguir o Ministério da Agricultura. Isso é absolutamente falso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade tem que ficar acima de qualquer vontade de denegrir ou impor qualquer intuito meramente partidário no sentido de iludir os portugueses e os açorianos.

Para que fique claro, é esta a verdade.

O PSD sempre que tem oportunidade de desmentir algo que não é verdade e que revela apenas uma forma de fazer política, fá-lo-á com a consciência e a convicção que faz agora e sempre, em qualquer circunstância.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 3 minutos, para um contra-protesto.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Enfim... Mais uma intervenção ao melhor estilo de Clélio Meneses, a que já nos habituou ao longo destes anos.

Apenas para dizer o seguinte:

Isso foi notícia em variadíssimos jornais, foi notícia na televisão...

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): E foi desmentido!

O Orador: ... foi notícia em vários sítios, só que era um descalabro tão grande, que o PSD meteu-se na toca. Passos Coelho meteu-se na toca e nunca mais ninguém falou sobre o assunto.

O senhor está a desmentir a comunicação social portuguesa, é o que o senhor está fazer, não é a mim.

Vou dizer-lhe uma coisa e termino com isto:

O ridículo tem limites e o senhor ultrapassou hoje largamente.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar.

Vamos passar para a próxima declaração política. Para tal tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A 11 de Março, na Assembleia da Republica, José Sócrates declarava solenemente: “A execução orçamental está a correr bem, para não dizer muito bem”.

Nesse mesmo dia ultimava o chamado PEC IV, que apresentou a Bruxelas em absoluta negação com tudo o que dizia em público.

As anteriores medidas de austeridade que eram as necessárias e suficientes já não chegavam de novo.

O mundo mudou, já não em 15 dias, mas em 24 horas.

Até 23 de Março, Sócrates assegurava a pés juntos que era o garante para evitar a vinda do Fundo Monetário Internacional.

Como o dique que salvava Portugal do dilúvio.

Agora já não é Sócrates ou o FMI. É Sócrates e o FMI.

Agora já não é Sócrates ou o dilúvio. É Sócrates e o dilúvio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Desde Outubro que Portugal se financia com juros acima dos 7%, a fatídica fasquia que o Ministro das Finanças havia dito que obrigaria a um pedido de resgate.

Este mesmo Ministro das Finanças que agora diz que:

“Portugal tem vivido acima das suas possibilidades” e “não é possível que o País sistematicamente gaste 8 ou 9% mais do que aquilo que produz”.

O problema já, pois, é antigo.

Neste últimos 6 anos estivemos sempre acima dos limites do défice e sempre acima dos limites do endividamento.

Neste últimos 6 anos duplicámos a dívida pública e quase duplicamos a taxa de desemprego.

Nestes últimos 6 anos as empresas públicas foram sendo sucessivamente descapitalizadas ao ponto de quase não terem dinheiro para pagar salários.

Neste período assistimos a erros de previsão macroeconómica dignos do Guinness.

O défice para 2009 começou com previsões de 1,5% e terminou com 10%.

O défice para 2010, depois de vários PECs e compromissos internacionais reforçados, passou repentinamente de 7,3 para 8,6, apesar da assumpção de activos extraordinários e mesmo sem a contabilização de gastos com parcerias público-privadas, como denunciou já o FMI.

Ainda antes do resgate, o FMI já estimava que o défice para 2011 poderia chegar a 5,6%, um ponto acima do que nos foi anunciado e assumido perante Bruxelas.

Este mesmo FMI já fala agora em “estratagemas de contabilidade” em relação às contas portuguesas.

Que credibilidade tem pois este Governo?

Como se pode perceber, o problema de Portugal não são as medidas ou os sucessivos PECs, mas sim a falta de credibilidade dos nossos governantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Governo vendeu a ilusão do controlo do défice para morrer politicamente pelo descontrolo das contas públicas.

A arte da ilusão que José Sócrates transformou na medida da sua acção governativa foi fatal para Portugal.

O Governo escondeu o que devia revelar, adiou quando se exigiam soluções, impôs pesados sacrifícios aos portugueses sem idêntico esforço na despesa do Estado.

José Sócrates obriga todo um partido político a vergar-se à sua vontade de permanência cega no poder e quer fazer o mesmo a todo um País.

Quer apresentar-se como a solução para os problemas que o próprio criou.

Não teve a sensatez para fazer o que o, ainda, Presidente do Governo de Espanha fez quando, confrontado com o desgaste político sofrido perante a crise financeira, económica e social por que passa o seu País, anunciou que dava o seu lugar de líder do partido a outros, para, assim, não prejudicar ainda mais o seu PSOE.

Sócrates, principal factor de desunião, em estado de negação quase patológico, nunca poderá unir aquilo que andou, durante seis anos, a dividir.

Incrivelmente não se dá conta que não tem já nenhuma credibilidade, dentro e fora de portas, para poder continuar a reger os destinos do País.

É triste e doloroso ver-se um partido da envergadura do Partido Socialista, vergar-se, quase em absoluto, perante a teimosia de José Sócrates.

Como foi triste o espectáculo que foi oferecido aos portugueses pelas televisões, no passado fim-de-semana.

Ver um PS entronizar como líder um governante que levou Portugal ao descrédito, até ao ponto de terem que vir os credores internacionais ditar as suas ordens ao País, para que não caia na banca rota.

Dum total de 170 mil milhões de euros, os Governos de Sócrates endividaram o País, durante estes últimos seis anos, em 88 mil milhões.

Portugal será o único Estado-membro da zona euro em recessão em 2012. E o desemprego atingirá os 12,4%.

Tudo previsões do Fundo Monetário Internacional, ainda antes de Portugal recorrer ao pedido de ajuda da Comissão Europeia e do FMI.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

José Sócrates leva 4520 dias no governo de Portugal:

742 dias como Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro,

669 dias como Ministro-Adjunto do Primeiro-ministro,

892 dias como Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e 2.217 dias como Primeiro-ministro.

Como é possível que tenha a desfaçatez de culpabilizar outros pela sua pesada herança?

Temos o FMI por culpa de quem nos governou.

Mas quem, em 2009, vendeu ilusões tenta agora vender temores.

E aqueles que sempre estiveram ao lado de José Sócrates, aqueles que com ele se orgulham da sua governação não deixarão amanhã de ser os primeiros a negar o seu legado.

Aliás, já hoje jogam em dois tabuleiros: enquanto juram amor eterno ao líder, já vão manobrando para assegurar discurso político no dia seguinte.

Aqui nos Açores já começa a vislumbrar-se a guerrilha e a desculpabilização.

Os socialistas dos Açores já querem atirar as culpas a Pedro Passos Coelho, que ainda é somente um candidato a Primeiro-Ministro.

O PS/Açores já procura encontrar bodes expiatórios para os seus insucessos.

A responsabilidade dos fracassos do Governo Regional socialista vai ser atribuída a um futuro Governo da República do PSD.

Até as culpas das omissões de Sócrates em relação aos Açores também irão recair em cima de um homem que ainda nem é Primeiro-Ministro de Portugal.

A defesa da autonomia não pode depender das circunstâncias políticas.

A defesa da Autonomia não se faz com desculpas, nem lançando culpas para cima dos adversários políticos.

Não deixaremos, por isso, de denunciar os que agora calam e escondem para gritar depois.

A defesa da Autonomia é uma luta permanente e que está acima de quaisquer conjunturas partidárias.

Acima dos partidos e dos governos estão os Açores.

Por nós, defenderemos sempre os interesses dos Açores.

Aqui nos Açores devemos ser solidários com a situação do País, mas dentro das nossas possibilidades e com o sentido das nossas responsabilidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Com as eleições à vista, o mais importante será restabelecer a credibilidade externa e reconstruir o pacto social e político entre os eleitores e os eleitos.

O próximo Governo terá de actuar de forma célere e eficaz sobre as contas do Estado, mas terá também de pôr em marcha um programa de emergência para protecção dos mais frágeis e daqueles que serão os mais prejudicados pelo desastre a que nos conduziu José Sócrates.

Simultaneamente, terá de empreender importantes reformas e relançar a economia nacional.

Não podemos colocar a austeridade toda do lado das pessoas e nenhuma do lado do Estado.

Teremos de criar um quadro suficientemente encorajador para o crescimento da economia e do emprego.

O próximo Governo terá de credibilizar o País perante o exterior.

Terá de recuperar a confiança dos Portugueses.

Terá de criar condições de tranquilidade no clima político e social.

Terá de evitar a crispação e o autoritarismo.

Mas, especialmente, o próximo Governo terá de recuperar a esperança dos portugueses.

Recuperar a esperança que Sócrates nos roubou.

Platão, discípulo directo e dilecto de Sócrates da Ágora, dizia: Acima de Sócrates está a verdade.

Aos discípulos de Sócrates de agora é preciso lembrar-lhes também que, de facto, acima de Sócrates tem de estar sempre a verdade.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Retomamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 14 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Na sequência da declaração política apresentada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas estão abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Líder Parlamentar do PSD, Deputado Duarte Freitas, vem aqui, hoje, numa declaração política tentar justificar o injustificável.

A verdade é que o PSD/Açores (o PSD) começa a ficar profundamente enrascado pelo facto de saber do imbróglio em que está metido depois de ter permitido a entrada do FMI no nosso país.

Deputado João Costa (PSD): Isso é que é falar

O Orador: Aliás, sente que está enrascado. Basta analisar qualquer estudo de opinião recente e verificamos que continua a haver uma descida do PSD nas sondagens.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que manda em Portugal?

O Orador: A verdade é que o FMI ou o FEF, como pretenderem chamar, entra no nosso país...

Deputado Rui Ramos (PSD): Pela mão de José Sócrates!

O Orador: ... devido à irresponsabilidade da oposição em Portugal com especial enfoque...

Deputado Rui Ramos (PSD): Grande lata! Estiveram 14 anos no poder!

O Orador: ... e incidência para o maior partido da oposição em Portugal.

A verdade é que a oposição, o PSD, trocou Portugal pelo poder. Fizeram numa ânsia cega de chegar ao poder.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores é que se foram embora!

O Orador: No exercício de tentar justificar o injustificável é preciso esclarecer. O PSD sabia, aquando do acordo no âmbito do Orçamento de Estado para 2011, que o PEC aprovado na altura poderia ser alvo de actualizações.

Deputado João Costa (PSD): E sabia também que deviam ter cumprido com o acordado!

O Orador: Portanto, o PEV IV, em medida absolutamente nenhuma, pode ser considerado surpreendente para o PSD.

A verdade é que antes tínhamos um programa, o PEC IV, em função do qual iríamos pedir financiamento.

Deputado Rui Ramos (PSD): Já tinham pedido!

O Orador: Depois da irresponsabilidade da oposição teremos financiamento em função de um programa que não é nosso, que não é decidido por nós, mas que nos é imposto pelas instâncias europeias.

Deputado João Costa (PSD): Explique como é que José Sócrates negociou o PEC IV com Bruxelas!

O Orador: Agora, na ânsia cega de chegar ao poder, sabemos, como se pode constatar hoje através da capa de um jornal de referência, que o PSD assina de cruz o acordo entre o Governo e o FMI, ou seja, não interessa o quê, não interessa os malefícios nem os impactos nefastos da entrada do FMI em Portugal, o importante é que o PSD tenha aqui uma janela de oportunidade para chegar ao poder. Isso é absolutamente inaceitável na nossa perspectiva.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: É certo e verdade que vivemos tempos difíceis. Esses tempos difíceis decorrem de alguns erros cometidos, que naturalmente com a humildade que nos é reconhecida têm que ser assumidos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Oh!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande humildade! É pena que ninguém reconheça essa humildade!

O Orador: Vivemos tempos difíceis, mas não é sério analisar esta situação sem fazer qualquer referência aos fortíssimos constrangimentos externos com o que o nosso país e o mundo se deparam desde 2008 a esta parte.

É um facto inquestionável que, por exemplo, em 2005, quando o Governo da República chegou ao Governo, herdou um défice das contas públicas de 6,8%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mentira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: É um facto inquestionável também que, num curto espaço de tempo, o Governo da República conseguiu, de forma eficaz e atempada, reduzir consideravelmente esse défice para 2,7% abaixo da meta imposta pela União Europeia dos 3%.

Deputado Rui Ramos (PSD): Foi o milagre das rosas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos completamente falidos!

O Orador: Entre 2005 e 2007 o Governo da República conseguiu reduzir o défice público de 6,8% para 2,7%.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Depois disso, como todos as Sras. e Srs. Deputados sabem, naturalmente que com toda a conjuntura e todos os constrangimentos externos com que nos deparamos desde então...

Deputado João Costa (PSD): A conjuntura chamava-se Sócrates!

O Orador: ... não foi possível manter estes índices no âmbito do défice das contas públicas.

Parece-nos crucial, independentemente das tentações político-partidárias e das tentações eleitorais que possamos ter, impor nesta matéria uma análise séria, consistente e responsável tendo em conta todas as variáveis que fazem parte desta conjuntura.

A verdade também, e naturalmente que eu reconheço, é que o PSD é um grande partido da democracia portuguesa.

Arrisco-me a dizer também que Portugal precisa do melhor que tem o PSD.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é quase uma declaração de amor!

O Orador: Pena é que este PSD só nos consiga dar o que de pior tem.

É um partido enredado numa teia de contradições. Basta ouvir as declarações públicas do seu líder nacional. Sempre que abre a boca aprofunda a teia de contradições em que está metido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem

O Orador: Recentemente soubemos outra de grande relevância política e de grande gravidade: afinal o PSD não soube das linhas orientadoras do PEC IV por telefone. Afinal houve um encontro, pessoal e presencialmente, entre o PSD e o Partido Socialista onde foram discutidas e abordadas as linhas orientadoras sobre o PEC IV.

Além desta teia de contradições também é certo dizer que este PSD está também enredado numa, eu diria, cátedra de populismo e de demagogia.

Sras. e Srs. Deputados:

Um governo não é melhor nem pior por ter mais ou menos ministérios. Um governo é melhor se tiver ministros competentes que sirvam verdadeiramente as pessoas e que desenvolvam a sua acção da melhor forma ao serviço do país.

Deputado Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada PS e dos Membros Governo)

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado Berto Messias.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Também é certo que a orgânica de um governo exterioriza as prioridades que esse governo dá a determinadas áreas da governação.

Deputado João Costa (PSD): O senhor deve estar a pensar no Teixeira dos Santos!

O Orador: Recentemente saiu uma notícia no Expresso, que nunca foi desmentida por nenhum dirigente nacional do PSD, que dizia o seguinte:

“O PSD prepara-se para reduzir (caso ganhasse as eleições), ...

Deputado António Ventura (PSD): Não é reduzir, é reformular!

O Orador: ... o número de gabinetes de 16 para 10, para que haja maior racionalidade e poupança, considerando a possibilidade de juntar alguns departamentos e extinguir o Ministério da Agricultura”. Esta notícia nunca foi desmentida.

Deputado João Costa (PSD): Foi sempre desmentida!

O Orador: Sabemos a importância que o sector da agricultura tem no nosso país e sobretudo nos Açores.

Sabemos, por exemplo, e os senhores também sabem, que produzimos hoje cerca de 30% do leite da produção nacional.

Deputado António Ventura (PSD): 33%

O Orador: É importante que os agricultores ouçam da boca dos dirigentes do PSD/Açores, ...

Deputado João Costa (PSD): Já ouviram!

O Orador: ... porque nunca se manifestaram sobre esta notícia, qual é a ideia do PSD/Açores e do PSD, caso ganhem as eleições, sobre o Ministério da Agricultura, se pretendem extingui-lo e perder desta forma um importante interlocutor no âmbito externo e também no âmbito do desenvolvimento da nossa acção nesta matéria.

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

O Orador: Eu tenho, ao longo dos últimos tempos, permitido e dado oportunidades ao Sr. Líder Parlamentar do PSD, que nos responda às perguntas colocadas, que faça esclarecimentos.

Deputado João Costa (PSD): Lá está novamente! O senhor não ouve?

O Orador: Eu faço-lhe questões directamente e infelizmente nunca obtive resposta às perguntas colocadas. Portanto, espero, a bem do nosso esclarecimento e do esclarecimento dos agricultores dos Açores, que nos esclareça então qual é a orientação e a ideia relativamente ao Ministério da Agricultura.

Para terminar, Sr. Presidente, devo dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Duarte Freitas não pode vir aqui reescrever a história recente do PSD/Açores, dizendo que a autonomia não pode ser defendida com base nas circunstâncias.

Sr. Deputado, todos sabemos que o partido que tem (ou não!) defendido a Autonomia e os Açores com base nas circunstâncias é precisamente o PSD/Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Está enganado!

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

O Orador: ... que o faz em nome de interesses partidários, por estar subjugado ao PSD nacional e em muitos caso por ser subserviente ao Presidente da República.

É o PS/Açores o verdadeiro partido da Autonomia e o defensor dos Açores e dos açorianos.

O PS/Açores é verdadeiramente os Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Eu vou mandar-lhe cópia do Diário em que os senhores abandonaram a sala!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encontra-se na galeria o ex-deputado desta casa, pelo círculo eleitoral da Ilha do Corvo, José Manuel Nunes, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me regressar ao último Congresso do Partido Socialista.

Como todos tiveram oportunidade de constatar cada vez que entrava o grande líder do PS, o Eng^o Sócrates, tocava a banda sonora do filme “O Gladiador”.

Eu estava a assistir e achei que alguma coisa não estava bem naquele cenário, alguma coisa era incorrecta ou pelo menos era pouco lógica. Foi então que me lembrei daquele célebre diálogo entre o Imperador Commodus e o organizador do espectáculo do Coliseu, em que o Imperador Commodus confessava, depois dos cartagineses terem vencido os romanos, que não sabia muito de história mas achava que tinha sido o contrário, que tinham sido os romanos que tinham vencido os cartagineses.

Eu, ao ouvir aquela música épica, aquela música das grandes vitórias da grande épica, da grande coragem, achei que ela não se podia adequar ao Partido Socialista, porque eles não estão do lado da épica, estão do lado do mal, estão do lado da derrota deste país, estão do lado da bancarrota deste país, estão do lado do país que deixaram com a maior taxa de pobreza da Europa, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: ... com a maior diferença entre ricos e pobres da Europa, incluindo a Europa de Leste.

Aquela música está completamente fora de contexto, porque os senhores não são a épica. Os senhores são exactamente os opressores, os poderosos, aqueles que têm muitos soldados e aqueles que é preciso derrotar, sim, com épica, exactamente ao contrário daquilo que os senhores encenaram no vosso congresso.

Mas é preciso dizer-vos o seguinte:

Por parte do Partido Popular Monárquico há uma opção clara do ponto de vista da escolha de um filme, um filme que se adequa ao momento em que vivemos.

A nossa opção é clarissimamente “Os imortais”.

Presidente: Sr. Deputado, deixe o cineclube e fale sobre a declaração política do Deputado Duarte Freitas, está bem?

O Orador: Sr. Presidente, não estou a falar de outra coisa.

Presidente: Tenho dúvidas.

O Orador: Eu considero que o Sr. Presidente depois de ouvir o que eu vou dizer sobre este filme, compreenderá e com certeza até poderá aplaudir.

A questão é esta: por que é que trago à liça o filme “Os imortais”?

No filme “Os imortais”, no final do combate, só pode sobreviver um, só pode existir um.

É por isso que defendo que no final deste próximo acto eleitoral é necessário que sobreviva apenas um e esse não pode ser o Partido Socialista, esse não pode ser o partido que conduziu o País a esta crise económica tremenda, não pode ser o partido que conduziu o País a uma situação de falência, não pode ser o partido que não tinha dinheiro para pagar aos funcionários públicos a partir do mês do Maio.

Deputado Francisco César (*PS*): O Sr. Deputado ouviu a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento ontem?

O Orador: Por isso é que o Eng^o Sócrates foi a correr pedir auxílio ao FMI, quando na semana anterior tinha dito que jamais governaria com o FMI, mas foi

lá 4 ou 5 dias depois, porque já não tinha sequer dinheiro para pagar aos funcionários públicos no mês de Maio.

Os senhores têm a distinta lata de vir aqui dizer, depois de 16 anos de poder, depois de 16 anos a exercer esta responsabilidade, que a culpa é dos outros, que a culpa não é vossa.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Estiveram lá estes anos todos a conduzir o país para este precipício, para esta desgraça. Por isso, Sr. Presidente, lhe falava nestes filmes, porque este é um filme de miséria, é de facto uma situação calamitosa.

Presidente: Sr. Deputado, até os imortais têm tempo limitado pelo regimento. Terminou o seu tempo.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente. Espero que me dê a mesma tolerância que deu ao Sr. Deputado Berto Messias.

Presidente: Já estou a dar. Tenho testemunhas da tolerância que estou a dar.

O Orador: Sr. Presidente, a questão é esta. Eu falo de responsabilização de um partido em relação à obra que deixou. Falo da responsabilização de um Governo em relação à situação de bancarrota em que deixou o país. E é incrível.

Em qualquer outro país da Europa do Norte, os senhores eram corridos com 4 ou 5%.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá dizer isso ao povo!

O Orador: Um partido que deixa o país numa situação tão calamitosa, como é que os senhores podem aspirar seja o que for?

Os senhores só podem é sair do Governo e depressa.

Mais do que isso: há uma diferença em relação ao Partido Social Democrata e o vosso candidato e vosso cabeça de lista. É que da parte do PPM, o cabeça de lista do Partido Social Democrata, diz que depois de ganhar vai chamá-los para vir para o Governo (é essa a opinião deles!). Da parte do PPM não há essa opção. Nós queremos os senhores na rua, queremos os senhores na oposição...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós? Quem?

O Orador: ... e não vamos beneficiar o infractor.

Connosco, se tivermos alguma voz, e vamos ter porque o povo vai alterar o seu sentido de voto, os senhores não vão governar este país nos próximos anos.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Os senhores vão para a oposição, os senhores vão ser penalizados. É essa que penso que será a grande opção do povo português e esta opção é inadiável.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu percebo perfeitamente que não seja possível terminar a intervenção logo que eu aviso que o tempo terminou, mas também é bom não abusar.

Deputados José San-Bento e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Ficou bem claro que o défice e a vinda do FMI não resulta da não aprovação do PEC IV. O FMI viria mesmo com o PEC IV.

Deputado Berto Messias (PS): Em que é que o senhor se baseia para fazer essa afirmação?

O Orador: Uma ligeira correcção ao Sr. Deputado Berto Messias, se me permite, e uma pergunta.

Quanto não seria o défice sem o fundo de pensões da PT? É essa a pergunta que o senhor tem que responder a seguir, porque os 6,8% não incluem o da Caixa Geral de Depósitos.

Deputado Berto Messias (PS): Eu já não posso falar, mas gostaria que explicasse por que é que o FMI vinha mesmo com a aprovação do PEC 4?

O Orador: O senhor tocou aí num ponto que é a extinção do Ministério da Agricultura.

Muito rapidamente. Tenho aqui no Jornal Expresso, este senhor, que toda a gente o conhece, um senhor pensativo que está ao telefone, Pedro Passos Coelho. A seguir vem a notícia que não foi desmentida.

O Sr. Deputado Berto Messias referiu, e bem, que o PSD queria também extinguir o Ministério da Agricultura. Vou passar a ler o que aqui diz, para não haver dúvidas, Srs. Deputados.

“O Governo deve encurtar, em nome de princípios como racionalidade, eficácia e poupança.

As contas não estão fechadas e a orgânica está por definir, mas o que o líder do PSD tenciona, se chegar ao Governo, reduzir o número de Ministério é ponto assente no partido. Passar dos actuais 16 para 10 Ministérios...” é isso que dizia Passos Coelho.

Juntar a Economia às Finanças e extinguir o Ministério da Agricultura. Acabar com o Ministério da Agricultura. É o que está aqui escrito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Cita quem?

O Orador: Cito o Expresso.

Deputado Mark Marques (PSD): Então não está a citar o Partido, está a citar o Expresso!

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Artur Lima terminar a sua intervenção.

O Orador: Estou a citar o Expresso e várias comunicação social.

O Sr. Deputado Duarte Freitas vai responder-me a uma pergunta. Aqui no Expresso, na mesma notícia, diz: “PSD quer reduzir de 16 para 10”.

O seu líder já veio dizer que são efectivamente 10 Ministérios. O senhor vai dizer aqui, hoje, quais são os que extingue, porque a notícia dizia que reduzia de 16 para 10. Passos Coelho vem confirmar que efectivamente são só 10, se ele for Primeiro-Ministro. Quais são os 6 que os senhores extinguem? É isso que os senhores têm que explicar aos açorianos.

Esta é a prova irrefutável de que a notícia é verdadeira. A notícia dizia “de 16 para 10”. O seu líder confirmou que são 10. Então quais são os que os senhores extinguem? O senhor vai responder a essa pergunta senão perde credibilidade.

Credibilidade, é o que perdem os Srs. Deputados do PSD ao virem aqui acusar os outros de mentir, quando afinal são eles que até chegam ao ponto de dizer que a imprensa mente. Foi isso que foi aqui afirmado e que nunca foi desmentido oficialmente pelo Partido.

Foi dito que a imprensa mente e não tem credibilidade. Mas, Sras. e Srs. Deputados, o que é mais deprimente é a incompetência e há gente que não tem credibilidade pela sua idade, há outros que não têm credibilidade (e é deprimente!) pelo seu comportamento.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Vou conceder. Tem 3 minutos,

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima insiste.

Eu acabei de afirmar na minha anterior intervenção que nunca, em nenhum momento, o Presidente do PSD e candidato a Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, ou alguém em seu nome, afirmou que ia extinguir o Ministério da Agricultura.

Deputado Francisco César (PS): Nunca ninguém desmentiu essa notícia!

Deputado Hernâni Jorge (PS): O Dr. Passos Coelho ou alguém em seu nome desmentiu a notícia?

O Orador: Já lá vamos.

Disse e reitero. De resto, fazendo a pesquisa que a meia hora de intervalo suscitou ao Sr. Deputado Artur Lima, o que se vê é que a comunicação social fala até em alegada intenção de...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Então por que é que não desmentiram?

O Orador: De facto, nenhuma comunicação social afirmou que seria necessário.

A origem disso, e para contar a história toda, porque para o PSD e para mim, pessoalmente, o que está acima é a verdade, é que Nogueira Leite, militante do PSD, numa entrevista que deu, falou, de facto, na necessidade de reduzir ministérios e entre várias hipóteses e possibilidades, disse que era possível fundir ministérios, como a Economia e as Finanças. Falou nessa possibilidade. Curiosamente, Nogueira Leite, que não é dirigente do PSD, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já não é?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Nogueira Leite não é membro da Direcção do PSD, isto não foi aprovado em nenhum Congresso do PSD, foi a declaração de um militante, mas curiosamente Assumpção Cristas, que é dirigente do CDS/PP, membro da sua direcção, Vice-Presidente, fez aprovar em Congresso uma moção que prevê exactamente a redução de ministérios e prevê juntar, tal e qual como o Nogueira Leite falou hipoteticamente, a Agricultura com o Mar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É essa a verdade e pela boca morre o peixe!

Assumpção Cristas propôs isso. Mas quando dizem que não foi desmentida essa alegada notícia e intenção, no dia 28 de Março Jorge Moreira da Silva, Vice-Presidente do PSD nacional, isto é membro da direcção, desmentiu expressamente (repito: desmentiu expressamente!) a intenção de extinguir o Ministério da Agricultura.

Deputados Rui Ramos e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: É esta a verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Aonde?

O Orador: Em Beja, a 28 de Março.

Deputado Berto Messias (PS): Já lá vamos, Sr. Deputado!

O Orador: Esta reacção do PP e do PSD ao local e à pessoa demonstra exactamente o respeito que tem pelas várias parcelas de Portugal.

Para o PSD, ser dito em qualquer sítio de Portugal, o que quer que seja dito e por quem seja dito, desde que seja verdade, é o essencial.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Para nós o que interessa é dizer a verdade.

Deputados António Marinho e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Cá estaremos todos!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Por isso ficou claro que essa tentativa de fazer um *fait divers* com essa posição habitual de confronto para nós não interessa.

Nada me move, pessoalmente, contra nenhum Deputado desta casa.

Deputado Francisco César (PS): Não parece!

O Orador: Apenas me move a verdade e esta minha intervenção visou apenas repor a verdade.

Se alguns o fazem é da sua estrita responsabilidade e de acordo com o seu carácter.

Da minha parte apenas a verdade. Repus aqui a verdade dizendo que aquilo que foi dito por um militante do PSD é exactamente aquilo que foi dito, afirmado e aprovado em Congresso por um membro da Direcção do CDS/PP.

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso não é um protesto, é um grande incómodo!

O Orador: Por outro lado, também quero dizer que o próprio PSD, através do seu vice-presidente, desmentiu...

Deputado Berto Messias (PS): Onde?

O Orador: ... expressamente aquilo que aqui foi afirmado.

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que isso está?

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: A verdade acima de tudo, e mais uma vez o PSD está muito à vontade e neste caso concreto está muito orgulhoso de mais uma vez ter defendido e reafirmado a verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para um contra-protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 3 minutos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, não percebi o protesto, mas a deficiência é minha.

Deputada Catarina Furtado (PS): Nós também não percebemos!

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses não perde uma oportunidade de vir para aqui impor o seu estilo de sempre, que já conhecemos de velhos tempos, e armar-se naquilo que ele melhor sabe fazer: armar-se em vítima e em virgem ofendida!

Portanto, não percebi por que é que o Sr. Deputado protesta. O senhor não perde uma oportunidade de se vir armar em estrela, quando o senhor, no seu partido, nem sequer cometa já é! Já o arredaram de tudo. O senhor já não tem credibilidade nenhuma. Essa sua atitude aqui é um tesourinho deprimente. Perceba isso, Sr. Deputado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pediu a palavra para falar de mim?

O Orador: Eu estou a falar de si e o senhor vai ouvir.

Deputado João Costa (PSD): Fale do conteúdo do contra-protesto!

O Orador: Repito: a sua intervenção é um tesourinho deprimente. O senhor não é credível! Ninguém acredita em si!

Presidente: Sr. Deputado, alguma serenidade!

O Orador: E ninguém acredita em si, Sr. Deputado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é um ataque pessoal!

O Orador: Os senhores vão dizer agora quais são os ministérios que extinguem, porque o que disse Assumpção Cristas está aqui. Dissemos que reduzíamos de 16 para 12.

Os senhores foram logo a seguir, atrás do CDS, dizer que reduziam de 16 para 10. Vá lá que nós não dissemos que eram 2 ministérios, porque senão não tínhamos governo, porque os senhores tinham reduzido mais um!

Deputado Rui Ramos (PSD): Há-de restar algum para o CDS!

O Orador: Os senhores não têm iniciativa.

Os de Assumpção Cristas estão aqui todos. Reduzíamos! Juntar Ministérios não é extinguir.

Os senhores extinguem o da Agricultura.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém disse isso!

O Orador: O que eu quero que o Grupo Parlamentar do PSD, sob pena (não é o senhor, porque o senhor já a perdeu!)...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já desmenti!

O Orador: ... de perder toda a credibilidade, diga quais são os Ministérios que extingue, porque Assumpção Cristas, ...

Presidente: Sr. Deputado, não estamos no debate, estamos num contra-protesto.

O Orador: Eu sei que não estou no debate, que estou no protesto. **Deputado**

Pedro Gomes (PSD): No ataque pessoal!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Deputado Pedro Gomes ligue para Lisboa para ajudar o seu colega que está tão enrascado!

O Orador: Quem se referiu a Assumpção Cristas no protesto foi aquele senhor. Portanto, estou a responder ao protesto do Sr. Deputado Clélio Meneses.

O Sr. Deputado Clélio Meneses referiu-se à Deputada Assumpção Cristas, de 16 para 12. Estão aqui.

Os senhores, sob pena de perderem a credibilidade perante esta câmara e os açorianos, digam que ministérios é que juntam e que ministérios é que extinguem. É isso que os senhores têm que explicar.

A mentira, Sr. Deputado Clélio Meneses, fica realmente mal.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Qual foi a mentira?

O Orador: Fica mal ao senhor e ao seu Grupo Parlamentar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Qual mentira?

O Orador: Está provadíssimo que os senhores, no desespero, desmentem a imprensa e até chegam ao ponto de trocar e dizer que um conselheiro económico de Passos Coelho, António Nogueira Leite, não é ninguém no PSD.

Quem é?

É o Fernando Nobre, Srs. Deputados!

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Interpelação à mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): É para solicitar ao PSD e ao Sr. Deputado Clélio Meneses, que nos faça chegar o órgão de comunicação social onde está a intervenção proferida pelo tal dirigente do PSD dizendo que não queriam extinguir o Ministério da Agricultura, pressupondo eu que será essa a posição oficial do PSD sobre esta questão.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Veja no computador!

Deputado Mark Marques (PSD): Há um portal de busca que se chama Google!

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos.

Deputado António Marinho (PSD): A extinção do Ministério da Agricultura não está em causa!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É o comunicado da distrital de Beja. A distrital de Beja é que fala pelo PSD nacional, não é?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é! É do Vice-Presidente do PSD nacional!

Deputado António Marinho (PSD): Estou a ver aqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, com pena, mas para defender a honra da minha bancada e para tentar apelar também a si próprio, Sr. Presidente, pela forma correcta como habitualmente conduz os trabalhos, porque acho que há expressões, antagonismos e ataques pessoais...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Há! Mas é só hoje. Ontem não!

O Orador: ... que ultrapassam a razoabilidade.

Aquilo que eu questiono é se interessa aos açorianos aquilo que ainda agora o Sr. Deputado Artur Lima quis qualificar pessoalmente um deputado desta bancada.

Acho que isso não interessa aos açorianos, nem dignifica esta Assembleia.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Diga isso ao seu colega!

O Orador: Acho que era bom, todos termos um pouco de calma, de tranquilidade e reagirmos um pouco mais suavemente àquilo que é o natural debate político nesta casa.

Neste sentido dizer mais uma vez que da nossa parte não admitimos ofensas à honra de um único que seja elemento desta bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Efectivamente, Sras. e Srs. Deputados, temos todos que fazer um esforço para que o debate seja vivo, aguerrido, mas que haja uma certa serenidade e elevação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, naturalmente, para usar dos 3 minutos a que tem direito.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Na minha intervenção não ofendi ninguém.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora cá!

O Orador: Fiz crítica política.

O senhor não foi capaz de a qualificar.

O senhor vem aqui, perante nós, dar uma de senador? Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor que se furta ao diálogo imensas vezes...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... que não entra, como líder parlamentar, no diálogo com os seus colegas líderes parlamentares, o que é que lhe dá o estatuto de senador para vir aqui fazer um apelo aos superiores comportamentos? Isso fica-lhe bem, Sr. Deputado?

Pela nossa parte fazemos diálogo vivo, que é o que se deve fazer nesta casa.

Eu não ofendi ninguém!

Deputado João Costa (PSD): Ofendeu!

O Orador: Aliás, se fosse para ofender, ofendia-me eu quando esse Sr. Deputado me chamou mentiroso. Disse que eu estava a mentir.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): Esse senhor Deputado!

Deputado Rui Ramos (PSD): Esse, já diz tudo Sr. Deputado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Esse é um pronome!

O Orador: Eu estou a falar português. Portanto, é que me tinha que ofender. O que eu não lhe aceito, Sr. Deputado, é que venha dar uma de senador, porque falta-lhe percorrer muito para chegar ao ponto de se achar superior aos seus colegas líderes parlamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos retomar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de questionar a bancada do PSD, nomeadamente o líder parlamentar, em função do conteúdo da sua declaração política, queria apenas comentar aqui a intervenção do Deputado Berto Messias, porque insiste naquela ideia de que a responsabilidade da situação do resgate do país, da demissão do Governo, é das oposições.

É evidente que só mesmo V. Exas., os indefectíveis apoiantes daquela figura que dá pelo nome de Pinto de Sousa, também conhecido por José Sócrates, é que têm essa ideia.

Já toda a gente percebeu, Sr. Deputado Berto Messias, que a rejeição do PEC não implicava a queda do governo e que a queda do Governo não é mais, nem menos, do que uma estratégia calculada e calculista para provocar eleições e para abrir caminho às soluções que se estão a desenhar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Estiveram 14 anos a governar este país!

O Orador: É evidente que vamos ouvir isto diariamente, durante a campanha eleitoral, como fazendo parte de uma estratégia eleitoral. Espero apenas que as portuguesas e os portugueses verifiquem bem que V. Exas., indefectíveis apoiantes dessa figura, estão a mentir, assim como José Sócrates tem mentido aos portugueses e a Portugal.

Aliás, esta situação que Portugal vive aconteceria com o PEC IV ou sem o PEC IV, porque também já é visível que o PS, o PSD e o CDS/PP já se comprometeram com o Presidente da República e com a União Europeia para subscrever aquilo que será o plano de resgate que o FEF/FMI vai impor a Portugal. Isto é claro.

Cada vez que V. Exas. repetirem essa mentira haverá, da parte do PCP, a resposta: a responsabilidade é vossa! A responsabilidade é do Governo de José Sócrates e de mais ninguém!

Sr. Deputado Duarte Freitas, gostei de ouvir a sua intervenção. Subscrevo parte dela, nomeadamente com a descrição que faz do gravíssimo quadro patológico de que sofre e apresenta o Primeiro-Ministro de Portugal, o Engº Pinto de Sousa.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Agradecia que abreviasse.

O Orador: Muito obrigado.

Também quero dizer-lhe que percebo a vossa ânsia de descolarem-se do PS e de lavarem as mãozinhas como se não tivessem responsabilidades, o que não é verdade.

Vou já terminar, mas gostava de deixar duas perguntas, até pelo respeito que a sua declaração política me mereceu.

1ª- Qual é a posição do PSD sobre a questão da Lei de Finanças Regionais e também das locais?

Relativamente ao PCP ela é clara: reforçar o financiamento de autarquias e regiões de forma a permitir um maior apoio às populações e tendo em conta a importância acrescida na actividade do poder local e das Regiões Autónomas para o desenvolvimento local e regional e em particular para a criação de emprego e de apoio às micro, pequenas e médias-empresas.

Portanto, é esta a posição do PCP, para ficarem esclarecidos.

2ª – O que é que querem fazer com a Caixa Geral de Depósitos e com o sector da saúde e da educação?

Gostaria que nos pudesse clarificar estas duas situações.

Obrigado, Sr. Presidente pela sua tolerância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para tentar contribuir para o debate.

Em poucas palavras gostava, primeiro de reconhecer que o Sr. Deputado Duarte Freitas, desde que assumiu as funções de líder da bancada parlamentar, inaugurou um novo estilo neste Parlamento e em particular na bancada do

Partido Social Democrata. É um estilo que mistura a liderança silenciosa com a declaração filosófica.

Ficamos aqui no meio de uma coisa que é, ora não se diz nada, ou se faz filosofia.

Deputado Costa Pereira (PSD): Olha quem está falando!

Deputado João Costa (PSD): A forma é sempre a preocupação de quem não tem argumentos!

O Orador: É pouco prático, do meu ponto de vista.

Temos que reconhecer que na liderança anterior da bancada havia uma preocupação, havia um rigor até, na análise de dados, de números, de factos, muitas vezes mal fundamentada, mas havia.

Onde antes havia esse rigor e essa preocupação na análise de números e de estatísticas, agora há tiradas cheias de esperança e de incitamento à coragem; onde antes se notava uma preocupação com as finanças públicas, agora há fé...

Deputado Rui Ramos (PSD): A fé é que nos salva!

O Orador: ... renovação, Sócrates, Platão, filosofia, etc.

O que não há é uma ideia, uma proposta, uma medida. Desde que o Sr. Deputado se sentou nessa cadeira o PSD tem medo de ter uma ideia.

Deputado João Costa (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: O PSD recusa avançar com um compromisso; o PSD não assume nada do que se passa e que depois é desagradável em termos mediáticos.

Desde que o senhor se sentou aí o PSD não tem opiniões sobre a política, sobre os Açores e sobre o País.

Deputado João Costa (PSD): Até parece que o senhor não esteve sentado aí!

O Orador: A única coisa que o senhor decidiu fazer agora foi um ataque personalizado ao Primeiro-Ministro de Portugal, demissionário, no sentido de com isso procurar obter algum lucro eleitoral, como se a crise tivesse sido inventada a nível europeu, ...

Deputado Costa Pereira (PSD): Não! Começou outro dia! Os senhores nem acreditam naquilo que estão dizendo!

O Orador: ... e até mundial, pelo Eng^o José Sócrates, como se não houvesse nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Itália, na Grécia, na Irlanda, na Islândia. Em todos esses países não há crise ou se há aprenderam com o Eng^o José Sócrates!!!

Não há interesses especulativos, não há agitadores, não há agências de rating, ou se há é porque não gostam do Eng^o José Sócrates!!!

O exercício é esse!

Até se deu ao trabalho de contar os dias em que o Eng^o José Sócrates fez parte de um governo ou teve funções executivas. Apresentou aí a conta detalhada desses dias.

Eu não precisei de muito tempo para fazer a conta da experiência política do Dr. Passos Coelho. Foi muito fácil!

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor não precisou dizer muito para se contradizer!

O Orador: Tem:

- uns dias como deputado;
- zero dias como Secretário de Estado;
- zero dias como Ministro;
- zero dias como Primeiro-Ministro.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, não tem experiência política.

Deputado Costa Pereira (PSD): O senhor antes de se sentar aí tinha muita experiência política no Governo!

O Orador: Dificulta imenso, do nosso lado, porque é mais difícil criticar alguém que nunca fez nada na política em Portugal. É bastante mais difícil!

Mas para os portugueses e para quem vai ter que escolher o futuro Primeiro-Ministro de Portugal com certeza que é mais fácil escolher aquele que tem experiência, em vez de escolher aquele que tem zero dias de tudo e mais alguma coisa na política.

Para terminar, e do meu ponto de vista esta é a questão fundamental, o Sr. Deputado deixou nas entrelinhas da sua intervenção a ideia de que agora o que

importava era a defesa da Autonomia e que nós teríamos tido, o Governo e o partido que suporta o Governo a nível regional, omissões na defesa da Autonomia.

Sr. Deputado, o senhor não estava cá, nessa altura. Concedo-lhe que o senhor provavelmente não seguiu isso muito de perto, mas se alguém nesta casa, se alguém nos Açores, na política açoriana nos últimos anos tem capital e pode comprovadamente falar em público na defesa da Autonomia, somos nós.

Deputado João Costa (PSD): Olhe que 78 não prova nada disso! Tenha cuidado!

O Orador: É o Partido Socialista e o Governo Regional, Sr. Deputado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Por isso é que se foram embora desta sala quando foi aprovada aquela bandeira!

O Orador: Na altura em que os senhores se juntaram a outros para favorecer os vossos camaradas na Madeira, prejudicando os açorianos no âmbito da revisão da Lei de Finanças Regionais, nós estávamos do lado dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): E na altura que apresentaram o PEC IV onde é que o senhor estava?

O Orador: Os senhores não! Estavam do lado dos vossos companheiros da Madeira.

Na altura em que quisemos garantir, constitucional e estatutariamente, um reforço da Autonomia dos Açores, nós estávamos do lado dos açorianos. Os senhores estavam do lado dos vossos companheiros da Madeira e a nível nacional.

É esse o nosso passado! É esse o crédito que temos a apresentar aos açorianos e com o qual sempre nos apresentamos em eleições de peito aberto, com vontade de melhorar as coisas, com propostas, assumindo a responsabilidade de ter ideias.

Ter ideia custa muito, custa a tê-las e depois custa a defendê-las.

Agora, passear pela brisa dos debates e mostrar sorrisos é muito mais fácil mas não traz votos, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Assim sendo, para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer as palavras simpáticas do Sr. Secretário André Bradford...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foram sentidas!

O Orador: ... e dos outros colegas que dirigiram palavras simpáticas à minha intervenção ou actuação como líder parlamentar. Naturalmente devolvo-lhes no mesmo tom agradecido.

De seguida, gostaria de abordar duas ou três questões que aqui foram faladas.

O Sr. Deputado Berto Messias disse que (e vou tentar citar) a orgânica de um governo expressa as prioridades políticas.

Isto parece bem e parece verdade!

Vamos ver agora:

A orgânica do Governo do Eng^o José Sócrates previa o Ministério da Agricultura. A verdade é que tivemos à frente desse ministério um senhor chamado Jaime Silva que foi o maior coveiro da agricultura e das pescas da história da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em relação a esta expressão da vontade política de um governo em função da sua orgânica, ficamos conversados.

Deputado Berto Messias (PS): Não me parece!

O Orador: Devo dizer-lhe também que qualquer orgânica de um futuro governo em que o PSD esteja incluído, certamente vai ter a presença da área da agricultura e um ministro que vai ser muito, mas de longe muito melhor que Jaime Silva ou António Serrano.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Devo dizer-vos mais:

Em relação à agricultura nacional os senhores deviam pensar muito bem antes de falar. Depois do papel que Jaime Silva e António Serrano fizeram, os vossos silêncios cúmplices nos Açores a todas as malfeitorias...

Deputado João Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... que os Governos da República fizeram à agricultura e às pescas, a nível nacional e particularmente aos Açores, deviam merecer a continuação do vosso silêncio incomodado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E as 50 milhas?

O Orador: Em relação à Caixa Geral de Depósitos, Sr. Deputado Berto Messias, o PSD já informou que estaria a pensar a possibilidade de privatizar 50%, no máximo, a Caixa Geral de Depósitos.

Em relação à saúde, vamos lá ver se nos entendemos.

O Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, há alguns anos foi operado às varizes, não sei se se recordam.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Benditas varizes que ficaram na história!

O Orador: Não é a questão em si. O que está em causa é localizar circunstancialmente a situação política.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Estou a explicar-vos tudo. Tenham calma!

Nessa altura, não sei se se recordam, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores disse, mais ou menos por estas palavras, que ele tinha mais

possibilidade de pagar do que outros não tinham. Naturalmente entendia isso muito razoável e quem podia pagar os serviços de saúde devia pagar e quem não podia não devia pagar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Mas isso não é para todos! Não é para os pobres!

O Orador: Mais do que isso. Recentemente o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores disse que entendia que poderia ser possível um imposto especial sobre a saúde.

Onde é que está aqui a grande rotura relativamente à defesa do estado social que os senhores falam?

Deputado Ricardo Cabral (PS) Nós pensamos diferente!

O Orador: O mesmo Presidente do Governo Regional dos Açores que recentemente inaugurou com orgulho o Colégio do Castanheiro numa abertura aos privados, que nós também concordamos.

Não assustem as pessoas! Não atemorizem as pessoas com matérias que vocês próprios já dão os passos em frente.

Em relação ao PSD enrascado, Sr. Deputado Berto Messias, digo-lhe sinceramente:

Eu não consigo acreditar, pelo respeito e consideração que tenho por si, que o senhor acredite no que diz.

Deputado Berto Messias (PS): Convictamente!

O Orador: É impossível! O senhor não pode acreditar no que diz!

Foram 4.520 dias de governo, dos quais 2.217 dias como Primeiro-Ministro, e os senhores vão continuar a culpabilizar os outros?

Deputado Berto Messias (PS): Não é culpabilizar, é constatar factos!

O Orador: Pelo amor de Deus! Como é que é possível alguém tentar explicar isto a um cidadão na plena posse das suas faculdades? Não é possível explicar isto!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pela consideração e pelo respeito que tenho por si, eu próprio não acredito que o senhor acredite nisso. O senhor vê-se obrigado a dizer isso porque não tem outra escapatória para o fazer.

Os senhores estão enriquecidos nessa matéria nas culpas e na pesada herança que o Partido Socialista de José Sócrates vos trouxe.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nesse aspecto, aquilo que posso transparecer em relação a si é compreendê-lo e dar-lhe algum conforto pelo incómodo.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o período das declarações políticas.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco fiz uma interpelação a pedir uma informação à bancada do PSD. Como não obtive qualquer tipo de resposta por parte do seu líder parlamentar, eu reitero a interpelação que fiz sobre as declarações proferidas pelo tal Vice-Presidente do PSD nacional sobre a não extinção ou extinção do Ministério da Agricultura.

Deputado Mark Marques (PSD): Vou-lhe fazer chegar o link por email!

Presidente: Está feita a interpelação, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Duarte Freitas também pede a palavra para uma interpelação? Tecnicamente é uma informação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É para dar a resposta.

Presidente: Tecnicamente é uma informação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É para informar a Mesa que vamos remeter o link ao Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas qual link?

Deputado António Marinho (PSD): É o que for!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É o comunicado de Beja!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, é também para uma interpelação? Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, para que fique registado, até porque o CDS foi alvo de um protesto por parte do Partido Social Democrata, que referiu que a Deputada Assumpção Cristas reduzia de 16 para 12 ministérios.

Eu desafiei variadíssimas vezes o PSD a dizer quais eram os 10 ministérios que apresentava no Governo de Portugal.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não me diga que também quer o link!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PSD não apresentou e fico à espera que ainda hoje me faça chegar o link que tem os 10 ministérios, porque eu far-lhe-ei chegar o nosso da Assumpção Cristas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é conversa!

Deputado Rui Ramos (PSD): Faça a pergunta na Assembleia da República!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar o debate que deixámos inacabado ontem.

Tenho inscritos, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira, o próprio e os Srs. Deputados Luís Silveira e Rogério Veiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser rápido neste final de manhã.

Começo por dizer que quem abriu a cova, e uma cova bem larga e funda à agricultura portuguesa, foi o Sr. Professor Cavaco Silva quando foi Primeiro-Ministro, que trocou os sectores produtivos pelos sectores construtivos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Posto isto, gostava de deixar aqui resumida a ideia base da minha intervenção, na sequência das Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, e demonstrar uma diferença entre a acção prática, com medidas concretas, e a tentativa apenas de atrair os holofotes, como acontece com outros partidos.

Começo por uma notícia de hoje, que já sabíamos que iria sair, e tem a ver com uma proposta de Luís Paulo Alves, nosso Eurodeputado, para a avaliação do fim das quotas leiteiras em Março de 2015.

Deputado António Ventura (PSD): Tanto tempo a dizer isso. Os senhores chumbaram uma proposta nossa nesta casa!

O Orador: Foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Rural.

Esta é uma notícia importante para Região, mas o que quero ressaltar aqui é uma outra questão. É que esta proposta e outras que foram aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Rural, são propostas que estão contempladas quer num Projecto de Resolução que fizemos aprovar nesta Casa, em que o PSD não votou favoravelmente, quer no nosso Relatório de Interesse Regional – Um novo ciclo para a Agricultura dos Açores, que apresentámos nesta casa.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores apresentaram depois de termos apresentado!

O Orador: Quero demonstrar com isto que estamos a trabalhar junto dos agricultores, estamos a trabalhar com as suas instituições, as questões têm consequência, têm uma sequência lógica e não nos limitamos a trabalhar apenas para os holofotes.

Posto isto, o que demonstra também a nossa atitude perante a agricultura e os agricultores (é preciso que os agricultores saibam e eles sabem isso), é o facto de nas nossas Jornadas Parlamentares termos reiterado um conjunto de propostas que defendemos e apresentámos novas propostas para o sector agrícola, como a criação de um “ninho de empresas agrícolas”, um sistema de notoriedade designado “Orgulho do que é nosso”, um programa de gestão da

cooperativa que permitirá incluir jovens licenciados nas cooperativas ajudando na gestão das próprias cooperativas, mas também ajudando à criação de emprego de jovens em determinadas áreas na Região e também as medidas no âmbito das pescas, como aqui já ontem foi referido, quer a abertura do capital da empresa Espada Pescas, quer o reforço da pesca artesanal na Região.

Isto demonstra a forma como estamos a fazer política com acções concretas para o desenvolvimento da agricultura dos Açores.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já.

Percebo também algum incómodo, porque a evolução do sector nos Açores, em termos de modernidade, das condições de trabalho, da produção e da diversificação, é notória desde que o Partido Socialista é Governo nesta Região. É claro que isto incomoda quem esteve antes e deixou a agricultura no estado que todos nós sabemos.

Para já era só. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retomando o debate orgulhoso do Partido Socialista e do Governo, gostaria de deixar aqui mais uma ou duas questões e algumas afirmações.

O Sr. Deputado Duarte Moreira acaba de dizer que não trabalham para a comunicação social, nem para a televisão. Até parece que o Partido Socialista e o Governo não são os que mais debitam informação à comunicação social dentro desta casa.

Deputado João Costa (PSD): É uma forma de estar!

O Orador: O senhor voltou a frisar as vossas jornadas parlamentares (já ontem o Sr. Deputado Rogério Veiros tinha frisado), que são abertas à sociedade, jornadas essas que contam com inúmeras individualidades dos diversos sectores.

Referiu que trabalham para fazer propostas concretas, coisa que a oposição não faz. Não é verdade!

Gostaria, e vou dar-me ao trabalho de fazer esse levantamento, de ver quantas iniciativas legislativas da oposição, nomeadamente do CDS/PP, já foram rejeitadas tão e somente pela bancada do Partido Socialista. Têm sido inúmeras, inclusive uma em relação à agricultura, bem lembrada aqui, que foi apresentada pelo CDS/PP em relação à praga do coelho-bravo, e o respectivo Projecto de Resolução.

Nós apresentamos medidas!

Apresentamos propostas e senhores rejeitam-nas. É essa a verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Propostas sem sentido, irresponsáveis!

O Orador: É demagógico vir para aqui dizer que a oposição reclama mas não apresenta propostas.

O Sr. Deputado António Toste ontem veio falar sobre agricultura e disse que a Região tem feito muitos investimentos, que no sector da agricultura, em termos de abastecimento da água, a Região está muito bem servida, e que se tem investido muitos milhões.

Deputado António Toste (PS): Eu constatei o que está feito!

O Orador: É essa a verdade. De facto, o Governo Regional tem investido muitos milhões no abastecimento de água na Região.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): E vai continuar!

O Orador: Vou dar-lhe um exemplo concreto:

Em São Jorge, o ano passado foi inaugurado um ramal de 17 km de abastecimento de água num perímetro agrícola que custou milhões de euros, só que o ramal continua sem água.

Os agricultores querem pedir água para as suas pastagens e ela é-lhes negada. Já passou um ano e continua-se sem poder ligar a água ao ramal. Foram dois milhões e meio de euros investidos sem um pingão de água. É essa a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Para concluir, Sr. Secretário, o senhor ontem dizia que muita obra tem sido feita.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É verdade!

O Orador: Reconhecemos a obra que tem sido feita, mas os senhores também têm que reconhecer que muito há por fazer e que os senhores têm muitos compromissos por cumprir e para cumprir, aqueles que foram os vossos compromissos com os açorianos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O nosso programa!

O Orador: Aqui, fazemos questão de lembrar aquilo que é essencialmente o vosso programa. Ficaremos muito satisfeitos em São Jorge se os senhores cumprirem o vosso programa, em termos de agricultura, até ao fim da legislatura.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Cumpriremos sim senhor e os jorgenses voltarão a votar na gente!

O Orador: Sr. Secretário, nesses investimentos o Governo Regional não tem cumprido com um dos seus compromissos, que é o desenvolvimento harmonioso da Região.

Era importante ver o investimento, ilha a ilha, no sector da agricultura.

Deputada Catarina Furtado (PS): Que descaramento!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não faça essa comparação!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Agradecia que abreviasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Chegámos hoje ao ponto de um agricultor, após depositar o seu leite em fábrica, que passe num café para tomar um café, tem que vender dois litros de leite para poder beber 6 cl de café numa chávena, ou para beber uma água sem gás de 33 cl tem que depositar em fábrica sensivelmente três litros de leite. É lamentável que seja assim, Sr. Secretário.

Para finalizar, e termino já Sr. Presidente, queremos congratularmo-nos com a Portaria que saiu hoje em relação à carne cinegética, mas gostaria, embora não tenha tido tempo de analisar em profundidade a Portaria e o despacho, de deixar duas ou três questões muito concretas ao Sr. Secretário e vê-las aqui respondidas.

1º- O Matadouro de São Jorge tem ou não condições...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Tem! Está pronto!

O Orador: ... para colocar em prática de imediato a Portaria?

Depois, no artigo 4º diz que “as peças de caça que tenham sido capturadas no decurso de acções de correcção de densidade não poderão ser colocadas no mercado”.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): É óbvio!

O Orador: Porquê? Gostaria de ver isso esclarecido, porque acho que não é correcto.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: Última pergunta: Qual a eficácia imediata desta Portaria em termos práticos na Ilha de São Jorge, sendo aquela que neste momento tem a maior problemática em termos de correcção da densidade do coelho-bravo?

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rápida e telegraficamente para esclarecer algumas questões aos Srs. Deputados Luís Silveira e Mark Marques, no seguimento da intervenção de ontem.

Sr. Deputado Luís Silveira, como vê está publicada a Portaria. O Matadouro de São Jorge está preparado para começar a colocar no mercado a carne de coelho e o produto da caça e, em breve iremos a São Jorge para afinar todo esse mecanismo com as associações e os agricultores.

Como vê, do lado do Partido Socialista trabalha-se, apresenta-se trabalho feito e é isso que vamos fazer a São Jorge.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

O Orador: E vamos chegar certamente antes dos subsídios e do dinheiro que os senhores andam a prometer aos agricultores, que o Sr. Eurodeputado Nuno Melo vai trazer de Bruxelas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão do pagamento do leite, Sr. Deputado, este assunto é muito sério e é pena ter pouco tempo para falar sobre isso.

O pagamento do leite e o sector cooperativo em São Jorge é um assunto demasiado importante e susceptível para fazermos aquilo que alguns deputados andam a fazer à volta do pagamento do leite.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário afirmou ontem aqui que tinha conhecimento de um mês de atraso de pagamento do leite em São Jorge. Efectivamente, quando o Sr. Secretário reuniu com a Direcção da UNIQUEIJO, nesse dia, nessa data, e tendo em conta que tinha sido pago um mês, havia um mês em atraso.

Actualmente, e pelas informações que eu tenho, que são as últimas informações, sabemos que a UNIQUEIJO tem dois meses de pagamento em atraso, que a Cooperativa dos Lourais tem 3 meses e que a FINISTERRA tem o pagamento em dia.

Sr. Deputado, esta é a verdade sobre esta matéria e se o satisfaz dizer isso, nós assumimos aqui que o sector cooperativo tem este atraso, mas isto é diferente da demagogia que o senhor e alguns deputados usam dizendo que são cinco meses em atraso.

Srs. Deputados, quando os senhores afirmam isto, quando vêm dizer que o sector cooperativo tem cinco meses de atraso, não estão a ajudar os agricultores. Estão a ajudar a enterrar o sector cooperativo de São Jorge, os senhores estão a trabalhar contra os agricultores, porque isso só levanta suspeita e coloca má imagem no sector cooperativo de São Jorge.

Srs. Deputados, o sector cooperativo e o queijo de São Jorge demoraram muitos anos a construir, com o apoio e muito sacrifício de muitos agricultores ao longo de muitos anos, com o apoio deste Governo Socialista que muito tem contribuído para reconstruir aquele sector.

Os senhores se querem martelar e se querem bater, batam neste Grupo Parlamentar, batam naquele Governo, batam nas políticas do nosso Governo. Agora, por favor, não atirem abaixo o sector cooperativo de São Jorge, não atirem abaixo os nossos agricultores que todos os dias trabalham, Sr. Deputado, porque isso é estar contra os agricultores.

Ouçã, Sr. Deputado. Quando o pagamento está em atraso não é o Governo que tem o pagamento em atraso. É o sector cooperativo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: Mas uma coisa é dizer que temos dois meses de pagamento em atraso na União de Cooperativas, outra coisa é dizer que temos 5 meses, quando o senhor sabe que não são 5 meses.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril!

O Orador: Isso é demagogia pura.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Os senhores se querem fazer política não atirem abaixo o sector cooperativo, não façam mal aos agricultores de São Jorge. Não façam como fizeram na República que trocaram o poder, prejudicaram o país e tiraram o tapete ao país.

Os senhores, por favor, respeitem o sector cooperativo de São Jorge que merece ser respeitado e não precisa dessa imagem que os senhores lhes transmitem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gasto 30 segundo para dizer o seguinte:

Diz um ditado muito antigo que “a mentira tem perna curta”.

Devo dizer também, até porque esta discussão versa sobre a matéria que estávamos a apreciar há pouco do Ministério da Agricultura, que nós fizemos e “googlámos”, à semelhança do que fez o PSD/Açores há pouco e é bem pior do que aquilo que eu pensava.

Aquilo que encontram no Google é uma pessoa do PSD de Beja que diz que o Vice-Presidente do PSD *disse que...* ou seja, não há no tal Google e no link que os Srs. Deputados referiam há pouco qualquer intervenção ou declaração do Sr. Vice-Presidente.

Portanto, aproveito para referir que continuamos a aguardar as declarações do Sr. Vice-Presidente do PSD sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos na nossa hora regimental para almoço.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não respondem. Está tudo ao telemóvel!

Presidente: Gostava de vos informar do seguinte: vai ocorrer aqui uma reunião parlamentar entre as Subcomissões da nossa Assembleia, da Economia e de Política Geral, e uma delegação da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu. Atendendo ao número elevado de participantes, essa reunião tem que ocorrer no espaço físico do plenário. Decorrerá entre as 14 e as 14.50 horas. Agradecia, para facilitar o trabalho, que os Srs. Deputados levassem os vossos pretensos agora e depois trouxessem.

Retomamos o nosso plenário às 15 horas com a Agenda da Reunião.

Muito obrigado. Até logo.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, ainda falta 2 minutos para as 13 horas!

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 26 minutos.

Como sabem, decorreu aqui uma reunião entre as Subcomissões da nossa Assembleia, da Economia e de Política Geral, e uma delegação da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, daí algum atraso no reinício dos trabalhos.

Se porventura algum Sr. Deputado deixou alguma coisa em cima da sua bancada e não encontra, ela estará provavelmente dentro da respectiva gaveta.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda: **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2011 – “Observatório do Leite e Produtos Agro-alimentares”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Vigora nesta matéria a grelha de tempos habitual, de todos já conhecida.

Tem a palavra ao Sr. Deputado António Ventura para apresentar o diploma.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa já foi apresentada nesta Assembleia. Foi amplamente discutida na Comissão de Economia, mas convém, sempre a este propósito, porque tratando-se de uma matéria estruturante para o PSD e para o sector agro-alimentar da Região, recordar o que é que está em causa e quais são os grandes objectivos.

Desde logo, o Observatório do Leite e dos Produtos Agro-alimentares, é uma estrutura regional que vai permitir uma maior participação da sociedade organizada.

Irá permitir também, por exemplo, melhorar o conhecimento sobre as estruturas dos preços, dos produtos agro-alimentares, maior transparência na cadeia alimentar, algo que todos queremos que ocorra.

É um suporte essencial à elaboração de políticas evitando-se o amadorismo e que se construam políticas sem saber efectivamente, por exemplo, o comportamento dos mercados...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou sem se estabelecer objectivos produtivos.

É um instrumento de confiança dos produtores, mas principalmente um instrumento de confiança dos consumidores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Elimina desconfianças e posições dominantes, colocando todos ao mesmo nível, com os mesmos dados, com o mesmo conhecimento para poderem negociar, permitindo assim um melhor entendimento negocial dentro das fileiras.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Possibilita conhecer tendências de mercados através dos estudos e da investigação, porque hoje em dia é tão importante conhecer as tendências dos mercados em agricultura, como ter bons factores de produção a preços acessíveis.

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma base para evoluir para uma forma de intervenção, desde logo com a regulação dos mercados.

Permite estabelecer um melhor clima e relacionamento com a República, algo que até agora não tem existido, por um conjunto de omissões e de silêncios que tem ocorrido por parte do Governo Regional, relativamente a estatísticas e a dados.

Em resumo, são estes os grandes objectivos da iniciativa que hoje trazemos aqui para a Região.

É uma iniciativa estruturante, abrangente, de forma a potenciar melhores políticas, melhor conhecimento dessas mesmas políticas e quem beneficia somos todos nós, porque todos somos consumidores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Duarte Moreira e José Cascalho e o Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz-nos uma iniciativa que, como já foi dito pelo Sr. Deputado António Ventura, foi amplamente debatida na Comissão de Economia, comissão onde foram feitas diversas observações e perguntas sobre este organismo público (é preciso que se reforce que é um organismo público!). Algumas dessas questões não foram amplamente respondidas na Comissão de Economia, nem se percebeu bem a diferença perante outros organismos que também já existem na Região.

Sobre este aspecto gostava de ler aqui algumas situações, para os Srs. Deputados que eventualmente não conheçam bem quer uma quer outra situação, mas principalmente também para os açorianos que nos possam estar a ouvir.

Relativamente ao proposto pelo PSD, do Observatório, tem 4 alíneas, donde estão descritas as respectivas competências. Passo a ler de forma mais resumida possível:

- “a) Elaborar e divulgar informação de acompanhamento da evolução da produção, comercialização e consumo dos produtos agro-alimentares;
- b) Promover a realização de estudos orientados para a análise das grandes questões relativas aos produtos agro-alimentares, nomeadamente quanto à organização do mercado, mudanças tecnológicas, formação dos preços, ...
- c) Realizar acções de investigação e de análise estrutural e de conjuntura através do tratamento de dados estatísticos e inquéritos ao sector dos produtos agro-alimentares;
- d) Analisar o impacto das estratégias empresariais, na óptica dos mercados regional, nacional e internacional.”

Se eu pegar nas competências de um outro organismo (posso ler algumas!) elas estão mais alargadas do que isto que está aqui:

“São atribuições deste organismo:

- Regularizar o mercado regional e produtos agro-alimentares, designadamente através de operações de intervenção;
- Apoiar a execução de medidas de política económica e tecnológica relacionada com a produção e a transformação de produtos agro-alimentares,

contribuindo para o aperfeiçoamento tecnológico de produtos e subprodutos das explorações agro-pecuárias;

- Apoiar a definição e implementação de políticas de alimentação e de qualidade alimentar, nomeadamente no âmbito da criação de normativos e da promoção e controlo de produtos destinados à experimentação humana e animal;
- Exercer na Região todas as competências que nele forem delegadas por órgãos de intervenção nacionais referentes aos produtos na sua área de actividade”.

A seguir diz:

“Para a prossecução destes objectivos compete a este organismo:

- acompanhar a evolução dos mercados agrícolas e pecuários açorianos;
- orientar, regular e organizar os mesmos mercados mediante a gestão e aplicação dos mecanismos e instrumentos previstos na organização dos mercados respectivos;
- assegurar os contactos com instâncias nacionais, comunitárias em matérias referentes à Política Agrícola Comum nas suas áreas de actuação;
- acompanhar a evolução do Quadro Legislativo Estatístico Regional, Nacional e Comunitário, sobre matérias da sua competência;
- Propor medidas de política económica, tecnológica, industrial;
- Colaborar nas acções que desenvolvem a nível nacional no domínio das políticas alimentares”.

Relativamente a um outro artigo, o artigo 5º da proposta do PSD:

“O Conselho Coordenador é composto por:

- a) Um Presidente e dois Vice-Presidentes nomeados pelo Governo Regional dos Açores, de entre personalidades de reconhecida competência;
- b) Um representante da Federação Agrícola dos Açores;
- c) Um representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores;
- d) Um representante do sector da indústria transformadora;
- e) Um representante das cooperativas agrícolas de primeiro grau;
- f) Um representante do sector da distribuição alimentar;
- g) Um representante da Universidade dos Açores;

- h) Um representante da ACRA - Associação dos Consumidores da Região Açores;
- i) Um representante da Secretaria Regional da Economia;
- j) Um representante do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas;
- k) Um representante do Serviço Regional de Estatística dos Açores;
- l) Duas personalidades de reconhecida competência...”

Se formos à composição do Conselho Consultivo do outro organismo já existente, um organismo público também, vamos ver:

- “- O Presidente da Direcção, que preside;
- O Director Regional do Desenvolvimento Agrário,
- O Director do Gabinete de Planeamento da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas;
- Um representante da Secretaria Regional da Economia.
- Três representantes das Associações de Agricultores;
- Dois representantes do sector cooperativo da produção;
- Um representante da indústria de lacticínios;
- Um representante da indústria transformadora de carnes;
- Um representante da indústria transformadora hortofrutícola;
- Um representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores;
- Um representante dos Sindicatos dos Sectores Agro-Alimentares.

Ou seja, quer num, quer noutro, com muitas pequenas diferenças, quer em termos das competências, quer em termos da constituição, de uma forma geral estão contemplados nos dois organismos. Obviamente para quem está dentro do assunto sabe que este organismo que acabei de referir já existente, uma entidade pública, é o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, o IAMA.

Poderia estar aqui a pensar-se que se propôs um determinado organismo, designado de Observatório, pegando por base no diploma que regulamenta o IAMA na orgânica do Governo e transpondo com algumas alterações de pormenor.

É muito semelhante o organismo que é agora proposto com aquilo que já existe. Isto mesmo foi referido por todos os pareceres recebidos na Comissão de Economia.

Apenas um dos pareceres recebidos na Comissão de Economia se mostra favorável, abrindo contudo esta ressalva da existência de outros organismos que já poderão fazer aquilo que o observatório se propõe fazer. Foi a Federação Agrícola dos Açores que se pronunciou nesses termos, porque as outras duas instituições que apresentaram o seu parecer foram desfavoráveis referindo exactamente aquilo que eu acabei aqui de referir. Uma delas foi a ANIL, e posso dizer obviamente, e a outra foi a Universidade dos Açores que também se manifestou contra a criação deste Observatório nesta perspectiva que eu acabei de dizer de haver também outros organismos que já existem e que terão como competência fazer aquilo que o Observatório se propõe.

Que fique bem claro: está-se a pretender criar aqui um organismo público com competências de outros organismos, ou pelo menos de um organismo, já existente.

Não temos nada contra a criação de outros organismos públicos, quando eles efectivamente vêm colmatar deficiências, faltas ou ausências em determinados sectores. No caso concreto, como acabo de demonstrar, não é essa a situação.

Para além disso, em termos de recolha de dados estatísticos, a lei também é clara e as questões da confidencialidade dos dados também são claras.

Difícilmente um organismo deste tipo, tal como o próprio IAMA, por isso é que existe o Instituto Nacional de Estatística, terão acesso àqueles dados que realmente interessam saber para se perceber a formalização dos preços dos produtos agrícolas, nomeadamente dos lacticínios.

Hoje, chegamos às prateleiras dos supermercados ao sector dos lácteos e vemos, nomeadamente no leite ou no vulgar leite UHT, se for 10 da manhã, um determinado leite, numa determinada marca, está a um preço; se for às 5 da tarde esse leite já está a menos ou mais 5, 10 ou 15 cêntimos. De um dia para o outro e semanalmente variam as marcas e variam os produtos. Os preços são alterados constantemente não de acordo com a estrutura de custos dessas

organizações, mas sim de acordo com a sua estratégia de *marketing* para aquela data.

Os dados que nos interessariam saber dessas empresas, e estou a falar da grande distribuição, como é que eles chegaram à formulação daquele preço e quais são os seus custos inerentes internos, não vamos conseguir chegar lá através deste observatório como através de outros organismos.

Em termos da recolha desse tratamento existe o Instituto Nacional de Estatística e o Serviço Regional de Estatística dos Açores que têm a incumbência de fazer questionários, de recolher esses dados, tratá-los e depois, sim, publicar sob a forma de estatística aquilo que pode ser publicado.

Não fora essa questão também legal, também há uma outra questão puramente da concorrência entre as diversas entidades.

Também não consegui perceber (coloquei essa questão na Comissão de Economia e não foi respondida) como é que vamos “obrigar” qualquer um dos grupos da grande distribuição, para onde mandamos os nossos produtos agrícolas, nomeadamente os lacticínios, ou como é que vamos retirar a esses grupos a informação de que necessitamos para perceber estas questões da reformulação dos preços que o PSD aqui fala, sendo o principal objectivo deste observatório.

Se é certo que nós consumimos os nossos produtos lácteos nos Açores, também é certo que cerca de 80% dos nossos produtos são expedidos para o Continente, para a Madeira e inclusivamente para outros países como a Espanha ou inclusivamente a Polónia.

É difícil perceber como é que se iria atingir os objectivos que o PSD propõe com a criação deste Observatório.

Defendemos na Comissão de Economia, e estamos certos que esse é o caminho mais correcto, que a forma de toda a fileira se entender ou pelo menos encontrar determinado tipo de acordos mais facilmente, é do foro voluntário. É esses organismos, em toda a fileira, fazerem parte de uma determinada organização, uma organização privada.

Estou a falar concretamente no Centro Açoriano de Leite e Lacticínios que, entre eles, fazendo parte de um organismo que é privado, do qual são sócios, promoverá uma discussão e uma procura de soluções que o observatório não vai trazer de maneira nenhuma.

Ou seja, para aquilo que interessa, este observatório não passa de mais um organismo público, com custos. O PSD também não conseguiu dizer quanto é que iria custar a criação deste observatório.

Deputado António Ventura (PSD): E o Centro de Leite e Lacticínios?

O Orador: Era mais uma entidade que se sobrepunha a outra já existente, com as mesmas competências e que não viria resolver aquilo que o PSD se propunha.

Para já a minha intervenção ficava por aqui. Já voltarei.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai abster-se relativamente a este diploma, muito embora consideramos que ele tem o mérito de levantar o problema do preço de venda do leite à indústria por parte dos produtores.

Este é um problema complicado não só na região como também no Continente e até há referências de que este problema possa comprometer o sector. É preciso ter cuidado com esta questão na Região.

Entendemos que é preciso perceber quais as principais razões para que este problema exista. Uma delas, sem dúvida nenhuma, é a liberalização do mercado que leva eventualmente à concentração da produção no centro e no norte da Europa se não fizermos nada contra isso.

Não temos dúvidas que a solução para este problema passa por decisões políticas concertadas, não só a nível nacional e regional, mas também no âmbito europeu. É preciso pensar mais uma vez nesta questão de forma mais aprofundada e coordenada com o Continente.

No caso específico sabemos até que o preço do leite que é aqui vendido tem muito a ver com o preço no mercado do leite em pó. Isto leva-nos a alguma reflexão e dá-nos pistas de como podemos resolver este problema. Uma delas tem a ver, por exemplo, com a diversificação que tem que ser feita do produto. É uma das formas que podemos ter na actuação regional, relativamente a esta questão do preço do leite ser vendido a um valor tão baixo.

Quero acrescentar que é verdade que este observatório tem uma abrangência que ultrapassa a monitorização do preço. Fala em promover estudo e investigação. Vemos isto com muito bons olhos e entendemos que são precisos estudos para clarificar até certas decisões políticas, ou certas linhas políticas que têm sido tomadas ao longo do tempo.

Dou apenas um exemplo: fala-se muito em aumentar a essência das explorações pelo emparcelamento, mas fala-se pouco na redução dos custos associados aos factores externos de produção, como por exemplo a questão da alimentação, caminhando para uma política mais de sustentabilidade.

Finalmente, uma questão que é muito importante para a Região e que aparentemente aqui não falamos, ou falamos pouco, que é a questão das quotas leiteiras, no sentido que entendo que se devia falar. Tem a ver com o estudo do impacto que este fim das quotas leiteiras tem na Região.

Sabemos que há eventualmente algum trabalho feito pela Universidade dos Açores sobre esta questão, mas este é mais um estudo que eventualmente deveria ser feito para nos prepararmos para esta situação.

Aliás, como foi dito nesta casa hoje, esta questão das quotas leiteiras está ainda a ser discutida na Comunidade Europeia e é bom que tenhamos dados concretos sobre a importância que ela eventualmente tem para nós.

Se a queremos defender para nós, era bom que tenhamos estudos que suportem essa decisão.

Parece-me que esses estudos têm que existir e este observatório poderia eventualmente contribuir para isso.

Somos sensíveis à argumentação de que há outras instituições, no caso o IAMA que aqui foi referido e bem, que têm a responsabilidade de não só monitorizar

esta questão do preço do leite, como também de propor e realizar estes estudos. O que nos parece é que não tem havido o esforço desta instituição para realizar esses estudos.

Achamos que faria sentido que este instituto tivesse mais dinâmica relativamente a estas questões.

Aproveitamos para perguntar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura como é que o IAMA pode ter mais intervenção nestes estudos? Como é que ele eventualmente pode participar no trabalho mais efectivo na procura de soluções para esta questão do preço do leite na Região e também para esta questão, e eventualmente outras, relacionadas com a questão das quotas leiteiras na Região?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é porventura uma das muitas vezes em que abordamos esta temática do Observatório do Leite, dos produtos lácteos e de outros produtos agrícolas, na versão última.

De todas as vezes que temos falado sobre essa matéria temos tido oportunidade de referir que organizações dessa natureza, quer natureza pública, quer de natureza privada, existem um pouco por toda a Europa. Até mesmo na nossa terra há organizações de natureza privada, como por exemplo de algumas associações agrícolas, que fazem a recolha, o tratamento e a comunicação ou divulgação dos preços de vários produtos agrícolas.

Também há aqui na Região outras entidades públicas, como o IAMA, que fazem essa recolha e essa divulgação, mas em todo o lado, aqui como em toda a restante Europa, não vejo nenhum organismo destes a regular o mercado, a influenciar a formação de preços, a aumentar o valor dos produtos agrícolas, nem tão pouco a colocar os produtores num pé de igualdade com os outros agentes de cada cadeia de valor.

Vamos desmistificar esta questão:

Estes organismos não servem em parte nenhuma para defender e promover agentes da fileira, não servem para regular mercados, não servem para formar preços, não servem para aumentar o valor dos produtos.

Deputado António Ventura (PSD): Que visão limitada! Como é que é possível?

O Orador: O que precisávamos, e o Sr. Deputado José Cascalho nisso falou com alguma ponderação, era que nalgumas circunstâncias, nalguns produtos onde a fragilidade de algumas economias...

Deputado António Ventura (PSD): Tem que haver eleições este ano!

O Orador: ... deles dependem, houvesse maior regulação do mercado, houvesse maior sensibilização para a defesa de certas formas de comercializar e de distribuir esses produtos. Estamos a falar nomeadamente em princípios de liberalização do mercado do leite e dos lacticínios.

É certo que o preço do leite não tem na Região muito a ver com o leite em pó. A Região produz o mesmo leite em pó praticamente que produzia há 20 anos e aumentou mais de 46% ou 47% a produção leiteira da Região.

Não é o nosso leite em pó que está a fazer aqui grande dificuldade em matéria de preço do leite pago aos produtores, pelo contrário, temos apenas uma empresa que se dedica exclusivamente à produção de leite em pó e para a empresa-mãe NESTLE. As restantes empresas produzem vários produtos que são colocados no mercado a preços sempre mais valorizados que o leite em pó.

Em 2008, e hoje, em 2011, verificamos uma circunstância anormal: o leite em pó no mercado disparou para preços nunca antes vistos. Até então tinha sido sempre o produto mais desclassificado, menos valorizado da cadeia do valor do leite e nesses dois anos, 2008 e 2011, o leite em pó tem valorizado no mercado internacional.

É certo que de alguma forma ajuda a tabelar os preços pagos por toda a Europa e por todo o mundo.

Gostaria também de vos dizer que não é necessário criar o observatório para promover estudos, para promover investigação, antes pelo contrário.

Deputado António Ventura (PSD): Ah, não! Se for igual aos outros observatórios que os senhores criaram, não vale a pena!

O Orador: Temos, por exemplo, neste momento, com a colaboração de entidades de conhecimento e do INOVA, investigação a ser feita por várias pequenas organizações de produção de queijo, pequenas queijarias regionais, no sentido de valorizar, tipificar e harmonizar o queijo e dar-lhe maior durabilidade de prateleira.

Para estas coisas não é necessário construir um observatório para fazer aquilo que está a ser feito por várias entidades. Não temos condição na Região para estarmos permanentemente a duplicar os serviços.

Temos que retirar dos serviços existentes a maior eficiência e eficácia possível.

Deputado António Ventura (PSD): Mas não funcionam! O Centro de Leite o que é?

O Orador: Não é duplicar serviços, duplicar serviços e duplicar serviços!

Eu gostaria de lembrar que a Comissão Europeia, a anterior, pela senhora que era a Comissária da Agricultura, prometeu, divulgou que era necessário fazer um estudo para analisar ao nível social, ao nível económico e ambiental os impactos da dissolução do regime de quotas. Até hoje a comissão europeia fez esse trabalho.

Quando se critica o Governo Regional por não ter estudos, quando é sabido que a Universidade dos Açores, afinal, fez o estudo sobre essa matéria, não ouvimos uma única palavra do PSD a criticar a entidade que tomou a iniciativa de desmantelar o regime de quotas e não ouvimos uma palavra a exigir desta entidade que faça o estudo de impacto das consequências sociais, económicas e ambientais da liberalização do regime de quotas.

Deputado António Ventura (PSD): Isto vai ser uma coisa deliciosa de responder!

O Orador: Gostaria também de vos dizer, para finalizar, que o que o PSD está aqui a dizer é:

Há entidades que tratam desses assuntos que nós propomos, mas nós não queremos essas entidades. Queremos outra entidade que tenha um conselho coordenador...

Deputado António Ventura (PSD): O Centro de Leite o que é?

O Orador: ... com um presidente e dois vice-presidentes, mais doze representantes de várias áreas, de várias cadeias de produção da região, que reúna uma vez por mês, provavelmente variando de ilha para ilha, que extraordinariamente e a pedido do senhor presidente possa reunir mais uma vez, que tenha uma unidade técnica, com um director técnico nomeado pelo governo (não se sabe ainda nessa proposta de diploma quem é que nomeia os outros do conselho coordenador), mais um núcleo de apoio permanente técnico e administrativo.

Deputado António Ventura (PSD): O que é o Centro de Leite e Lacticínios?

O Orador: Ou seja, o PSD a única coisa que faz, no momento em que toda a gente, em todo o mundo, está a tentar ser mais eficiente na despesa pública, é propor mais despesa pública para que tenhamos, no fim de contas, a mesma coisa que temos hoje, organismos a trabalhar para o mesmo fim.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser breve e não repetir aquilo que já foi dito pelos colegas de bancada dos vários partidos aqui representados e pelo próprio Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, aliás já marcámos a nossa posição na Comissão de Economia.

A criação de um observatório nestes moldes deixa-nos muitas dúvidas em termos da sua eficácia.

Alertámos na altura que já existem actualmente institutos ou organismos governamentais, nomeadamente o IAMA e o próprio Serviço Regional de Estatística, que supostamente deviam dar grande parte desta informação.

Também fizemos a crítica, e continuamos a reiterar esta mesma crítica, que a recolha da informação não é disponibilizada em condições aos agentes do sector.

Desse ponto de vista pensamos que o resultado em termos de eficácia desse observatório, devido à sua falta de independência, será muito semelhante aos organismos públicos que já existem.

Depois para corroborar da opinião de que a formação do preço final ao produtor é uma problemática que em termos da cadeia de valor sabemos que está inserida na parte da distribuição e esses dados estatísticos ou essa recolha de informação não está ao alcance de qualquer organismo que pretenda recolher essa mesma informação.

A própria Alta Autoridade para Concorrência, que é o organismo que supervisiona determinadas matérias no nosso país, consegue obter esse tipo de informação mas sob um sigilo que depois não pode transmitir aos outros agentes do sector.

Portanto, não estou a ver que a partir de um organismo ou de um observatório desta natureza possamos chegar à verdadeira formação do preço, nomeadamente ao nível do leite.

Termino com outra questão que nos levanta muitas dúvidas e tem a ver mais uma vez com a sua eficácia. Tem a ver com a questão da autonomia técnica e administrativa, com excepção da autonomia financeira.

Há aqui uma incongruência neste diploma, porque o presidente e os dois vice-presidentes são nomeados pelo Governo Regional dos Açores, na parte do Conselho Coordenador. A unidade técnica da observação permanente, o seu director técnico é nomeado pelo membro do governo com competência na área da agricultura, penso que é pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Seria!

O Orador: Penso que todo esse núcleo de apoio permanente de natureza técnica e administrativa teria de ser alguém da confiança, ou pelo menos este diploma deixa em aberto a forma de contratação dessas pessoas.

Não estou a ver que possa ter qualquer tipo de independência técnica ou administrativa em relação ao Governo Regional dos Açores.

Portanto, há uma grande incongruência neste diploma, que não está devidamente clarificada.

Para finalizar, aquilo que tem sido reiterado e também dito, e nós corroboraamos desta posição, é que Portugal e os Açores não estão em condições de ter mais institutos públicos, mais observatórios de cariz público. É contribuir mais para a despesa pública.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto há aqui aquilo que é a política de eficiência, a vontade de fazer e aquilo que é a inactividade do Governo Regional. Essa inactividade tem vindo pouco a pouco a aparecer à luz do dia, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é um disco riscado!

O Orador: ... porque pouco a pouco o Governo Regional vai dando a mão à palmatória do seu imobilismo relativamente a uma série de áreas, concretamente a agricultura.

Mas a questão é muito simples. Curiosamente, depois de surgir esta nossa proposta do Observatório do Leite e dos produtos agro-alimentares, o Centro de Leite vai avançar? Vão alterar a orgânica do IAMA porque, segundo as palavras do PS, o PS vai avançar com uma alteração da orgânica do IAMA para melhorar a competência desta entidade na recolha e tratamento de dados? Não funciona, não existe.

Curiosamente também, a carne de bovino passou a ficar sujeita ao regime de preços vigiados, depois do Observatório, pouco a pouco, concertando a necessidade de existir formação, transparência dessa informação e disponibilidade de dados.

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Lopes (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, reconhecem que efectivamente o que existe não funciona.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É tão simples quanto isto.

O que queremos é algo estruturante. Devo dizer-vos que não é nada de novo, não é nada que já não exista em outras regiões, em outros países e que funciona. Falamos da duplicação de organismos públicos, de estruturas.

Se compararmos também aquilo que são os estatutos do Centro de Leite e Lacticínios com o IAMA ou com o SERCLA, ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Não é um organismo público!

O Orador: ... vemos aqui 13 alíneas em que os objectivos passam pela concertação e sensibilização, aconselhamento e apoio, em que passam por programas de investigação aplicada, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é privado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A SAUDAÇOR também é!

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso tem a ver, Sr. Deputado Duarte Freitas?

O Orador: Experimentação e desenvolvimento, conciliação e arbitragem dos litígios e passam pela existência de uma direcção, um conselho fiscal, uma assembleia-geral.

Qual é a diferença em termos de instituto?

Os senhores reconhecem a vossa incompetência para o que existe e formam o Centro de Leite e Lacticínios. Este sim é o reconhecimento da vossa incompetência.

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2004, e relativamente à transparência e formação dos preços, no Congresso Regional da Agricultura, a intervenção final, por parte do Governo Regional, dizia o seguinte:

“As competências deste Centro do Leite e Lacticínios incluirão desde a promoção genérica dos produtos de lacticínios dos Açores, até à investigação com interesse para a Produção, para a Transformação e Comercialização, passando pelo acompanhamento dos mercados, de forma a permitir, entre

outros objectivos, a promoção da transparência na formação de preços, bem como um melhor conhecimento da estrutura de custos e respectivas possibilidades de redução.”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas então os senhores não cumprem com aquilo que dizem.

Se é impossível conhecer a formação dos preços por que é que os senhores anunciaram que era possível conhecer esta formação? Que incongruência! Os senhores entendam-se!

Esta afirmação foi feita, por isso os senhores talvez hoje não concordam, porque está de saída, pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Compreendo! Como está de saída e é preciso encontrar outro líder...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já tem o sucessor sentado na bancada!

O Orador: ... há agora divergências de opinião. Mas foi dito. Respeitem o Sr. Presidente do Governo! Respeitem esta afirmação do Sr. Presidente do Governo!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quanto a isto estamos falados.

O próprio Parlamento Europeu e a própria Comissão Europeia reconheceram que é necessário criar o Observatório Europeu dos preços e margens agrícolas. Inclusive o vosso Eurodeputado que esteve há pouco tempo sentado naquela bancada dizia, relativamente ao Observatório, que era necessário estabelecer-se ao longo da cadeia de abastecimento alimentar, maior transparência nos preços. Eu não entendo essa desunião, não entendo essa incongruência, esse desentendimento. Os senhores baralham-se a si e tentam-nos baralhar a nós. Não façam isso. Entendam-se primeiro e depois venham aqui defender aquilo que querem defender. Ninguém compreende.

O próprio Presidente da Autoridade da Concorrência também é muito objectivo a afirmar que faz sentido haver muita informação sobre o mercado do leite, sobre preços, quantidades e formação da cadeia de valor.

Se a Autoridade da Concorrência assim o quer, se os senhores querem para o leite e nós propomos algo mais abrangente para os produtos agro-alimentares, então onde é que está a diferença? A vossa é redutora, a nossa tem uma amplitude maior.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Obviamente que a nossa se traduz num benefício para a Região enquanto a vossa cinge-se única e exclusivamente ao leite.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, V. Exa. falou sobre quotas leiteiras.

Da parte da manhã, quando os nossos trabalhos foram suspensos para almoço, no meu relógio faltavam 2 minutos, mas respeito a decisão do Sr. Presidente...

Presidente: Quem quer relógios bons que os compre, Sr. Deputado!

O Orador: ... eu estava inscrito.

É bom perceber e afirmar que os senhores, nesta matéria da agricultura, chegaram tarde e têm responsabilidades.

Os senhores especulam sobre o desaparecimento do Ministério da Agricultura. Até parece que não governaram nos últimos anos.

Deputado Berto Messias (PS): Não é especulação, e o senhor sabe que não é!

O Orador: É especulação!

Pergunto-lhes: onde estavam os senhores, onde estava a vossa voz...

Deputado Berto Messias (PS): Continuamos à espera das justificações!

Presidente: Sr. Deputado, não seja tão susceptível aos apartes.

O Orador: Eu não gosto de barulho. Eu quero ser bem ouvido, bem entendido!

Deputado António Toste (PS): Quando os outros falam, há sempre muito ruído daí!

O Orador: Eu sou o primeiro pecador do barulho, é verdade!

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: Nesta matéria, pelo vosso silêncio, pela vossa ausência de voz, pela vossa pertinência, há aqui questões que eu quero responsabilizar-vos directamente e que estão a prejudicar os Açores relativamente à República.

Onde estavam os senhores quando Portugal definiu nas prioridades agrícolas as estratégias para 2007/2013? Não definiu a produção de leite, produção que fragilizou os Açores.

Onde é que estava a vossa voz?

Deputado Francisco César (PS): Em que dia, Sr. Deputado!

O Orador: A vossa reivindicação, onde é que estava?

Onde estavam os senhores quando foi preciso que Portugal integrasse uma minoria de bloqueio com a França, a Alemanha, a Áustria, a Finlândia para impedir o desmantelamento de quotas leiteiras? Onde estavam os senhores?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é que disseram sobre isto?

Onde estavam os senhores quando o Ministério da Agricultura, em resposta a um requerimento dos Deputados Regionais, disse que a solução para o fim do sistema de quotas leiteiras está no POSEI? Encontrem a solução para aí como entenderem! Com as actuais alíneas, com os actuais montantes, mas encontrem aí! Eu não quero saber disto! Onde é que estavam os senhores?

Onde estavam os senhores quando foi preciso Portugal opor-se ao acordo de Marrocos que está, de facto, a influenciar negativamente o sector hortofrutícola da Região?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Nem uma palavra! Nem uma linha! Nem uma frase!

Deputado Rui Ramos (PSD): Zero!

O Orador: Onde estavam os senhores quando foi preciso assinar uma declaração conjunta de 10 países contra os Acordos Mercosul? Onde estavam? Onde estava o Governo da República?

Deputado João Costa (PSD): Estavam fechados no Ministério da Agricultura!

O Orador: Onde estavam os senhores quando foi preciso apresentar no grupo de peritos que está a estudar a PAC, uma personalidade açoriana?

Não estavam! Não reivindicaram! Silêncio sobre esses assuntos!

Onde estavam os senhores quando foi preciso integrar nas organizações dos Açores uma estratégia e um patamar de internacionalização das frutas e dos legumes? Onde é que estavam?

Deputado João Costa (PSD): Fechados no Ministério!

O Orador: Não baixem a cabeça, olhem para mim. Digam-me onde estavam!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Não estavam aqui certamente, nem estavam aí fora. Portanto, não percebo.

Os senhores têm essa moralidade de vir aqui dizer que o que estamos a propor não é nada, que queremos extinguir o Ministério da Agricultura...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E querem!

O Orador: ... tentando passar uma borracha em toda a vossa responsabilidade que está a prejudicar a agricultura açoriana.

Quanto a isto Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a vossa irresponsabilidade não pode ser desculpa para rejeitarem este projecto.

Deputados Pedro Gomes e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Percebendo tudo isto, era bom que houvesse eleições em 2011 para resolvermos isso rapidamente e acabar com essa visão redutora relativamente à agricultura.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros e candidatos a Presidente do Governo:

A questão de princípio do Partido Popular Monárquico em relação a esta questão da criação de entidades deste género é, à partida, negativa.

É negativa porque eu considero, e está à vista de todos, que nestes últimos anos esta descentralização excessiva e esta fragmentação da Administração Pública conduziu o país a uma situação económica difícil, a um aumento exponencial da despesa pública e não aumentou a eficácia da Administração (não atacou o problema!). Também não permitiu que se tivesse, na minha perspectiva, porque existiu uma balcanização excessiva da Administração Pública, uma perspectiva global em relação às diversas questões. Esta é a questão de princípio.

Em relação à questão concreta que estamos aqui a discutir começo por ler o parecer da Federação Agrícola dos Açores:

“Embora consideremos que existem já organismos que poderiam produzir muita da informação que aqui se propõe, o facto é que desconhecemos a elaboração destes estudos, pois não existe divulgação de dados referentes à produção, comercialização e consumo de produtos agro-alimentares, organização de mercado, formação de preços, margens de comercialização, condições de concorrência e impacto de estratégias.

Toda a informação que se poderia produzir seria de grande utilidade para a definição das linhas estratégicas para o sector”.

Penso que este parecer da Federação Agrícola dos Açores é absolutamente devastador para o trabalho que a Secretaria da Agricultura está a realizar neste âmbito. Quando uma federação desta dimensão diz uma coisa destas, diz que, de facto, em relação à planificação, à implementação de uma estratégia de futuro para a agricultura que essa estratégia, essa implementação ou é muito fraca ou, como eles próprios dizem, não existe.

Temos que reconhecer que existe aqui um problema específico no que diz respeito a atacar este problema com soluções concretas e que possam potenciar o sector, tendo em conta também o contexto internacional e da União Europeia que será cada vez pior e que irá afunilar o desenvolvimento do sector nos próximos anos.

Nesse sentido, pergunto:

Tivemos nos Açores uma estratégia concertada que permitiu alcançar novos mercados?

Considero que essa estratégia teve um impacto muito residual.

Segunda questão, uma questão fundamental:

A margem de lucro que é dada aos produtores aumentou ou continua a ser, do ponto de vista da retribuição do trabalho, do ponto de vista social, profundamente injusta?

Considero que também se verifica a segunda condição, ou seja, a margem de lucro dos produtores continua a ser muito baixa e isso introduz factores de injustiça social intoleráveis, ou seja, não só não conseguimos penetrar em novos mercados, não diversificámos o sector numa margem aceitável e não lhe introduzimos justiça social no que diz respeito à distribuição dos lucros.

Nesse sentido, é um problema que urge atacar, nomeadamente reorganizando os serviços que estão a ser realizados pela Administração Regional, nomeadamente também pelos diversos institutos que têm, como foi enumerado, competências nesta matéria.

É preciso colocar a funcionar estas estruturas de uma forma centralizada, lógica e com resultados para que a própria Federação Agrícola dos Açores reconheça que existe este trabalho porque, como acabei de referenciar, eles próprios dizem que não têm acesso a esta informação, que não existe esta estratégia e não estamos a ter os resultados que poderíamos e que é necessário obter para o futuro.

Termino dando um exemplo:

Eu próprio, como Deputado deste Parlamento, considero que o acesso à informação por parte da Administração Regional continua a ser muito difícil mesmo para quem é um parlamentar dos Açores. Quando se pede informação – não é caso da agricultura, em específico, mas noutros sectores – ao Governo Regional sobre determinados dados que não estão à disposição, essa informação não é fornecida com celeridade, ou então são introduzidos critérios de uma enorme burocracia que fazem com que quando vem a resposta já não é eficaz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projecto do PSD que temos em análise na nossa opinião não vai resolver a questão que me parece essencial, que tinha a ver (não é a única questão, mas é importante) com a formação do preço do leite e o preço do leite na produção, para além de outras questões, da recolha da informação, dos estudos, etc., etc.

Por outro lado, o objectivo da criação do Observatório do Leite, relativamente à própria composição, se pretende criar uma entidade independente, por outro lado, na sua composição, acaba por propor uma composição extremamente governamentalizada a nosso ver.

A questão dos estudos é certamente um aspecto muito interessante desta iniciativa, mas mesmo em relação a este aspecto julgo que existem outras instituições na Região, designadamente a Universidade dos Açores, que pode e deve fazer esses estudos.

Deputado António Ventura (PSD): Um organismo prudente!

O Orador: Relativamente à questão da informação, uma vez que o Observatório está confinado à recolha de dados a nível regional (aliás penso que não poderia deixar de ser de outra maneira) e uma vez que, como já aqui foi referido por alguns colegas, a maior parte do produto é exportado, julgo que também a informação colhida não é muito relevante.

Não duvido nem ponho em causa a iniciativa do PSD e um objectivo que eventualmente poderia ser importante, mas julgo que esta não é a melhor forma de dar aqui um contributo importante para a defesa do sector, nomeadamente ao nível da produção e da salvaguarda da fileira do leite face aos perigos que todos nós conhecemos.

Deputado António Ventura (PSD): É um contributo. Não resolve o problema todo!

O Orador: Assim sendo, a Representação Parlamentar do PCP, face às questões que aqui fui colocando, vai abster-se relativamente a este projecto.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Não quer resposta às questões que colocou?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetece dizer aqui o seguinte:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, bendita ineficiência da sua secretaria que permitiu que a produção do leite aumentasse nos anos em que o PS é Governo; ...

Deputado João Costa (PSD): O preço é que está cada vez mais baixo!

O Orador: ... que permitiu que a produção média por exploração aumentasse nos anos em que o PS é Governo; que permite que o Estatuto Sanitário dos Rebanhos dos Açores tenha hoje uma situação invejável a nível europeu; que permite que a alteração do paradigma de comercialização de bovinos nesta Região esteja a mudar; que permite que a diversificação dos produtos, quer dos produtos lácteos, em que a produção de queijo e a produção de iogurte aumentaram, inclusivamente na diversificação dos outros sectores que têm vindo a aumentar progressivamente, em que esses produtos já chegam...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu sei que vos custa, mas devem experimentar os produtos das diversas ilhas que chegam a outras ilhas, que já chegam ao mercado do continente coisa que não acontecia. Bendita ineficiência!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Orador: Esperamos que continuemos a ser tão ineficientes como temos sido.

Para além disso quero dizer o seguinte:

Nada neste mundo é estático.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é natural que haja outros deputados que também sejam sensíveis aos apartes, sobretudo quando os apartes fazem um barulho inaceitável.

Sr. Deputado Duarte Moreira, faça favor de continuar.

O Orador: Tudo evolui. E um dos factores que mais evoluiu nos últimos anos na agricultura, a nível da Região, foi precisamente a diversificação e o aumento de produções, o que não se verificava.

Outra questão que evoluiu também foi os mercados para onde passámos a enviar produtos.

Neste momento os lacticínios já não estão só no mercado nacional. Já estão em outros mercados a nível europeu.

Deputado João Costa (PSD): Quais?

O Orador: Espanha e Polónia, por exemplo, para além de outros. São dois mercados na Europa onde chegam esses produtos.

Essas questões vão evoluindo.

Por outro lado, ninguém cria estruturas que sejam imutáveis ou que não possam evoluir na sua eficiência.

Foi por esse motivo que foi anunciado nas Jornadas Parlamentares do Partido Socialista que iríamos propor uma alteração à orgânica do IAMA que permitisse precisamente ir para além da primeira transformação e acompanhar esses produtos até ao consumidor, naquilo que é possível um organismo público deste tipo acompanhar.

Nesse sentido o Partido Socialista apresentou (se ainda não deu entrada, em breve dará) um Projecto de Resolução...

Deputado Rui Ramos (PSD): O Sr. Deputado Berto Messias já anunciou no facebook!

O Orador: ... que recomenda ao Governo três pontos simples:

- o aprofundamento da recolha, tratamento e divulgação da informação relativa ao sector agro-industrial para além da primeira transformação, porque é isso que está previsto neste momento na legislação;

- promoção, publicitação e divulgação de produtos agro-alimentares regionais a nível internacional, nacional e regional;

E um ponto que nos parece importante:

- Que o Governo Regional interceda junto do Governo da República para que seja celebrada uma adenda ao protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística e o Ministério das Finanças, no âmbito do IES – Informação Empresarial Simplificada, para a implementação de um projecto que se chama “Fluxos Comerciais com a Madeira e Continente”, que pretende melhorar o conhecimento sobre as trocas comerciais entre Açores, Continente e Madeira, mas isto no âmbito de um organismo que tenha competência de recolher essa informação, que é o Instituto Nacional de Estatística e o Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Nós estamos atentos e as coisas quando têm que evoluir evoluem.

O que não fazemos é sobrecarregar o erário público com uma coisa que não vem acrescentar nada.

Aliás, existe desde 1997, criado pela Lei 11/97, uma coisa que se chama Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares, isto no Continente Português.

Deputado António Ventura (PSD): Ele existe para conhecer os preços? Não existe! O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: O sector do leite e o sector agrícola no Continente não têm problemas por causa da existência deste observatório?

Este observatório tem o mesmo problema que o Observatório que os senhores propõem. Do ponto de vista legal não pode aceder à informação que é necessária para perceber a formulação dos preços. Aliás, os observatórios que o senhor falou noutros países, a maioria deles são de cariz privado, são de cariz interprofissional, em que as relações entre as entidades se fazem numa relação de voluntariado.

Deputado António Ventura (PSD): Espanha, França Andaluza!

O Orador: Não estou a dizer que são todos. Existem muitos e daqueles que conhecemos um, inclusivamente, fica em França que foi o exemplo que o senhor há dias referiu.

Aquelas questões que foram por nós colocadas quer na Comissão de Economia, quer por mim hoje, não têm qualquer tipo de resposta por parte da bancada do PSD. Quanto custa o funcionamento deste organismo? Qual é a mais-valia em relação àquilo que existe? Como é que ele ia chegar à informação das cadeias de distribuição, para aquilo que nos interessa, que é saber como é que elas formulam os preços?

Nada disto foi respondido e não pode ser respondido, porque o PSD não sabe e noutras situações sabe que não consegue lá chegar.

Por isso julgo que a posição do PS é clara. Vamos votar contra esta iniciativa do PSD.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Já apresentaram a iniciativa legislativa para votar contra!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecemos pelo fim e é bom que isso fique esclarecido.

O Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares não tem como objectivo conhecer a formação dos preços e a estrutura de custos. Tem, sim, como objectivo fazer uma coisa que o senhor devia ler antes de vir a reboque do PSD, que era conhecer a evolução da balança de pagamentos no sector das carnes.

A função desse observatório é estudar os mercados, não é conhecer preços.

Portanto, quanto a isso estamos falados. Ou os senhores não leram bem os objectivos do Observatório ou de facto estão aqui a tentar enganar os açorianos.

Deputado Duarte Moreira (PS): Paciência!

O Orador: Segunda questão:

Estamos numa Região, das únicas regiões do mundo que tem este peso da agricultura e em especial da produção de leite, em que não se faz tratamento estatístico do preço do litro do leite e em que não se sabe, no grau de desagregação necessário, o que é que é exportado de lácteos para fora da Região.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Deputado, pela sua saúde!

O Orador: Que lacticínios são exportados da Região? Isso não se sabe.

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Aliás, é muita clara a resposta ao requerimento em que diz isso: nós não conhecemos, com o grau de desagregação necessário; não existe informação publicada.

Há várias deficiências aqui instaladas e obviamente que essas deficiências instaladas só podem ser colmatadas com uma estruturação de informação, de tratamento, de coordenação da investigação, de estudos, de envolvimento dos parceiros sociais para tentarmos encontrar as melhores soluções.

Relativamente aos observatórios, aqueles que são públicos e privados, de todos os que consultei em Espanha e em França, todos são públicos.

Diga-me um que não seja público e que esteja a fazer o tratamento da formação dos preços!

Eu tenho aqui os Observatórios de Espanha, da Galiza, da Andaluzia, de França... todos, todos públicos. Diga-me um que não seja público.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não vamos aqui dizer coisas que não existem.

Acho que aqui o que está em causa é o seguinte:

Os senhores já formaram por aí quatro ou cinco observatórios: o do turismo, o da vulcanologia...

Deputado Duarte Moreira (PS): E a questão que lhe pus?

O Orador: ... e pensam que este tem que ser tratado da mesma maneira que tratam os outros, com incompetência.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu até reconheço que os senhores votem contra este, porque fazem o mais fácil, reconhecem a vossa incapacidade para pôr em prática um projecto desta natureza.

Deputados João Costa Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Como não têm essa capacidade, então vamos fazer o mais fácil, porque o que fazemos nos outros observatórios não é o que queremos fazer neste.

Está explicado. Não vale a pena darem mais argumentos. Está explicada a vossa incapacidade e incompetência, porque querem tratar este da mesma maneira como tratam os outros.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que esta será a minha última intervenção sobre esta matéria.

Gostaria de sugerir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão – reconheço que naturalmente o Sr. Deputado não tenha a apetência natural e uma grande vocação para as questões da agricultura – a consulta do site do Governo, e em concreto do IAMA, para ficar a saber o registo dos preços, dos valores dos produtos agrícolas que lá existem, para poder falar pelo seu próprio conhecimento e não por voz alheia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Além de me dar a mim, tem que dar à Federação Agrícola dos Açores!

O Orador: Gostaria também de lhe dizer que a avaliação da agricultura açoriana é feita por várias entidades alheias e estranhas ao próprio Governo. É feita na execução dos programas comunitários PRORURAL e POSEI (ainda há pouco tivemos cá uma missão a fazer a análise dos impactos desses programas

na região e a fazer o retracto fidedigno da agricultura dos Açores). Não estamos, como Sr. Deputado fez crer, sem nenhuma análise do sector, da sua evolução e do seu progresso ao longo dos anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leia o parecer!

O Orador: Gostaria de aproveitar este momento para deixar aqui uma nota interessante acerca daquilo que acabámos de ouvir do Sr. Deputado António Ventura.

Diz que o Centro Açoriano de Leite e Lacticínios tem uns Estatutos.

Deputado António Ventura (PSD): Eu conheço uma versão!

O Orador: Exibiu-os, falando na participação do IAMA e de outros organismos públicos. Até parece que não ouviu as críticas públicas que foram feitas ao Governo, porque o Governo entendia que não devia pertencer, ele próprio, ao Centro de Leite e Lacticínios.

Esqueceu que existem várias dificuldades para harmonizar posições entre produção e indústria e revelou uma outra coisa estranhíssima, é que acabou por confessar que afinal os objectivos, as formas, o conteúdo da sua proposta de diploma legislativo afinal eram aqueles que estavam no Centro de Leite e Lacticínios.

O PSD, até nisto, está a plagiar aquilo que o Governo faz, mas faz a inversão das condições.

Deputado António Ventura (PSD): Já em 2006 apresentámos esse observatório!

Deputado João Costa (PSD): Agro-alimentar não é só leite, Sr. Secretário!

O Orador: Quando os Srs. Deputados acabarem de falar, eu falo.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Secretário.

O Orador: Gostaria de deixar aqui uma última nota sobre essa matéria.

Os Açores definiram, e sempre o fizeram na cadeia de produção de leite, o seu sector estratégico regional.

É certo que Portugal não fez parte de uma melhoria de bloqueio. É certo que sabemos o que foi dito nos últimos tempos sobre o MERCOSUL, mas pergunto:

Onde estava o PSD em 2003, com um Ministro da Agricultura do PSD, quando foi adoptado e definido o desmantelamento do regime de quotas? Onde estava o PSD?

Deputado António Ventura (PSD): O Sevinate Pinto votou contra a PAC!

O Orador: Digo-lhe onde estava o PS e o Governo Regional: o PS e o Governo Regional estavam nos Açores a defender a falência em que os senhores deixaram a agricultura açoriana.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

O Orador: O PS e o Governo estavam aqui a recuperar o ânimo dos agricultores, a recuperar as produções, a aumentar e a reorganizar a agricultura açoriana, a reestruturar e a modernizar a nossa agricultura e a fazer com que hoje seja um dos sectores que melhor resiste às dificuldades de mercado.

Obrigado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputada António Ventura (PSD): É só isso que o senhor tem para dizer?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de intervir neste debate para introduzir um elemento novo que ainda não foi aqui discutido e que é de grande importância para mostrar também a valia desta proposta do PSD.

Com a entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilístico, a contabilidade das empresas passou a ter uma norma específica para a agricultura que permite contabilizar os activos biológicos. Ou seja, qualquer planta viva ou animal, no final do ano terá que ser valorizado ao seu justo valor. Se é verdade que em Portugal Continental temos um sistema de informação de mercados agrícolas que permite, através das cotações oficiais, fazer essa valorização ao justo valor, nos Açores isso não acontece.

Não acontecendo faz com que esta proposta do PSD poderia ser mais uma valia de informação para os técnicos oficiais de contas.

O que acontece é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o próprio Governo Regional, ao rejeitarem esta proposta, estão também a pôr por terra as expectativas que os técnicos oficiais de contas têm sobre algo que o Governo já deveria ter feito.

Deputado António Ventura (PSD): E agora?

A Oradora: Ou seja, o Governo Regional dos Açores já devia ter tomado uma atitude sobre os dados que são essenciais para os técnicos oficiais de contas fazerem o seu trabalho convenientemente e para as contabilidades das empresas agrícolas cumprirem os critérios impostos pelo sistema de normalização contabilístico que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Neste momento, as empresas de contabilidade e os técnicos oficiais de contas estão sem dados, Sr. Secretário. Por isso mesmo, e uma vez que nesta casa são sempre aduzidos argumentos de que o Governo Regional está sempre à frente, já pensou e já fez tudo, o que lhe pergunto é o que é que fez ou o que é que já está a ser feito para resolver este problema?

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Surpreenda-nos e diga que o governo está sempre atento!

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra não para falar disto obviamente, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas pode falar!

O Orador: ... porque já tinha pedido antes da Sra. Deputada ter falado, mas a única coisa que pergunto é, nestes quatro pontos das competências do observatório proposto, onde é que essa sua observação se insere? Agradecia que me explicasse.

Deputado António Ventura (PSD): Depois tem a regulamentação!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): A regulamentação? Ao que isto chegou!

O Orador: Pedi a palavra neste momento, e provavelmente será a última vez, para resumir, simplificar e deixar claro os motivos pelos quais vamos votar contra.

Esta é uma proposta que, no fundo, quer em termos de competência, quer em termos de constituição, repete aquilo que já existe (ponto nº 1).

É um organismo público que vem nesta altura aumentar os custos da administração não trazendo nada de novo àquilo que existe. Neste momento, temos outra prioridade relativamente à situação que parece ser prioridade do PSD.

Deputada Aida Santos (PSD): Isto é de bradar aos céus!

O Orador: Temos como prioridade continuar a modernizar e a investir os recursos que temos na modernização das explorações, nos caminhos rurais, na água à lavoura, na transformação, na diversificação. É essa a nossa prioridade.

Vêm trazer aqui uma proposta que não traz nada de novo, como ficou demonstrado, e isso foi transversal a todas as bancadas (não é só uma questão desta bancada, todas as bancadas referiram isso mesmo), porque é um organismo que vem repetir aquilo que já existe na administração.

Desta forma, estamos conversados. Percebemos aquilo que o PSD pretende, mas não é desta forma. Este observatório não tem as competências necessárias para retirar a informação que os senhores pretendem que ele retire.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores já fizeram os caminhos e já levaram a água!

O Orador: Ia ser criado um organismo que ia ser completamente ineficaz.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura:

Nós, deputados, somos pessoas comuns. Representamos as pessoas comuns.

O que fazemos, e é nossa função como deputados, é ler os relatórios, os assuntos, e extrair as conclusões respectivas. Depois vir aqui e fundamentá-las.

O que eu fiz, Sr. Secretário, foi o seguinte: li o que o parecer da Federação Agrícola dos Açores disse.

O que disse foi:

“Embora consideremos que existem já organismos que poderiam produzir muita da informação que aqui se propõe, o facto é que desconhecemos a elaboração destes estudos, pois não existe divulgação de dados referentes à produção, comercialização e consumo de produtos agro-alimentares, organização de mercado, formação de preços, margens de comercialização, condições de concorrência e impacto de estratégias”.

A questão que lhe deixo é esta: comente-me este parágrafo, se acha que é meu desconhecimento, ou então se acha que a Federação Agrícola dos Açores não está a dizer a verdade.

Segundo ponto:

Apresentei-lhe três argumentos em relação ao posicionamento do Partido Popular Monárquico nesta área:

- Conquista de novos mercados;

Têm sido feitos esforços? Sim!

Resultaram? Não!

- Diversificação agrícola;

Têm sido feitos esforços? Sim!

Resultaram? Não!

- Margem de lucro dos produtores;

A margem de lucro dos produtores neste momento é aceitável? Não!

Deputado João Costa (PSD): Fizeram os caminhos e não chegaram lá!

Presidente: O Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos falar de uma questão de custo e de oportunidade.

Não é a primeira vez que o PSD traz esta iniciativa. No início de 2006 trouxe esta iniciativa a esta casa, sobre outra forma legislativa, e o PS também votou contra, porque ia avançar com o Centro de Leite e Lacticínios.

O nosso espanto é que para o Orçamento de 2007 inscreveram um milhão de euros para pôr em funcionamento o Centro de Leite e Lacticínios. Não chegou a ser utilizado, porque o centro não funcionou.

Estamos a falar de um milhão de euros públicos. Quanto a custos públicos, estamos falados.

Se o Centro de Leite e Lacticínios tivesse corrido bem, era o Governo Regional quem tinha instalado o Centro de Leite e Lacticínios, aliás, como o PS já nos habituou.

Recordo que em finais de 2006 o Governo Regional dizia: o Centro de Leite e Lacticínios é uma prioridade desta governação.

É tanto uma prioridade que ainda não existe! É essa a questão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Começou a existir divergências. Eu não sei como é que antes existiam divergências e agora vão ser sanadas. Por que é que não foram sanadas antes? Há qualquer coisa que não bate certo aqui.

Parece que quando o PSD avança, o PS avança. Há qualquer coisa aqui que curiosamente tem que ser bem explicada.

Relativamente ao Ministro da Agricultura, Eng^o Sevinato Pinto, em 2003, foi o único Ministro da Agricultura, desde que Portugal está na União Europeia, que votou contra a PAC por causa dos Açores...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... contrariamente ao Eng. Capoulas Santos que fez uma proposta em Bruxelas que era trocar a nossa produção de leite por direitos de vacas aleitantes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Queria vender os Açores! É essa a questão e temos que ver é por aí, quem defende e quem vende! Neste caso, o PSD defende! O PS quer vender! Tenho dito!

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer dois assuntos.

Um foi colocado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, relativamente aos novos mercados, à diversificação e às margens dos produtores.

No que diz respeito aos novos mercados, se o Sr. Deputado já ouviu algumas questões aqui referidas e se falar com algumas das empresas regionais, facilmente saberá que os produtos regionais, nomeadamente na área do leite e da carne, hoje estão em mercados que há meia dúzia de anos ninguém os encontrava. Isto é fruto do trabalho e do investimento dessas empresas no sentido de divulgar e promover os seus produtos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a percentagem? É residual! Estamos em novos mercados de forma residual!

O Orador: ... aproveitando (é certo também!), do nosso ponto de vista, de uma forma deficiente, o conjunto de incentivos e de apoios que existe para esta promoção e divulgação.

Hoje temos produtos em mercados do exterior do país, nomeadamente em Espanha e na Polónia.

Também temos na área da diversificação uma coisa que não existia há bem pouco atrás. Estamos a exportar produtos na área da floricultura e da fruticultura e isto é um bom indicador para as potencialidades que a nossa região apresenta.

Isso não se fez em litígio com as produções tradicionais do leite e da carne, com as produções animais. Fez-se naturalmente em novas áreas.

Gostaria também de falar na área da diversificação dos próprios produtos de lacticínios.

Se o senhor olhar para as prateleiras, dos consumidores, nas grandes superfícies, verifica hoje a existência de produtos muito diferenciados, muito diversificados.

Sabe, no entanto, aliás deve ser um paladino desta matéria, que as questões da valorização dos produtos se obtêm sempre nos mercados e a margem dos produtores, infelizmente, é decorrente daquilo que é a colocação e a valorização dos produtos no mercado.

Mas a Região, em bom rigor, também é certo, vende para o Continente, e nesse último caso que também estava a referir para a Espanha e para a Polónia, um conjunto de produtos regionais, mas essas vendas não são tidas como exportações. São vendas no interior do próprio país.

O tratamento disto é muito diferente daquele que têm quando são exportações para o exterior do seu próprio país. Dentro do mesmo país não há um critério de exportações.

Por outro lado, gostaria de dizer que vendendo como se vende para fora do mercado regional, no caso dos produtos tradicionais do leite e da carne, mais de 80% daquilo que se produz, como é que é possível (como é que seria possível?!) legislar-se nesta casa no sentido de obrigar que entidades que têm sede, que estão em funcionamento, que exercem a sua actividade fora do território regional, pudessem cumprir o desígnio que esta proposta de Decreto Legislativo Regional do PSD aqui nos traz?

É óbvio que isto era mais uma coisa para nada fazer, apenas mais uma coisa para gastar mais dinheiro.

Deputado António Ventura (PSD): Se calhar era igual às vossas!

O Orador: Gostaria também de vos dizer que, deste lado, deveremos trabalhar sempre no sentido de trazer maior competitividade e maior produtividade aos sectores da actividade agrícola regional. Isto tem que ser induzido e tem que ser feito em grande medida com a reestruturação permanente do sector, com a modernização dos vários agentes do sector, desde a produção até à industrialização, e com a preocupação de promover esses produtos junto dos mercados onde eles se encontrem.

Por isso, o que necessitamos na Região, mais do que acompanhar e vigiar os preços como se estivéssemos numa economia vigiada, tipo soviética, é de algum instituto que de uma forma concertada possa fazer a promoção e a divulgação dos produtos, porque é nos mercados que se ganha a valorização dos produtos e é nos mercados que podemos melhorar a margem dos produtores.

A finalizar gostaria de vos dizer o seguinte:

O Centro de Leite e Lacticínios tenta aproximar numa estrutura interprofissional, que não numa estrutura pública, parceiros da produção e da industrialização, ambos na defesa de um sector estratégico regional, que é o sector do leite, ambos a definir uma estratégia de valorização da nossa mais importante cadeia de produção, uma estratégia de estudo e acompanhamento permanente desta cadeia de produção, mas não de uma forma pública, não de uma forma com custos acentuados e permanentes. Antes, sim, recorrendo às entidades do saber, recorrendo às entidades científicas, para desenvolver os trabalhos que são necessários para fundamentar e para avaliar de uma forma permanente o sector de leite e lacticínios, para o projectar junto dos mercados.

É isso o Centro de Leite e Lacticínios. Não é nada que seja público no sentido de dirigir quaisquer funcionamentos de produtores e industriais regionais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para concretizar duas coisas.

O Sr. Secretário não me respondeu em relação à questão do parágrafo que lhe li do parecer da Federação Agrícola dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Há vários pareceres! Leia os outros pareceres!

O Orador: A questão é esta. Eles dizem que não existe e o Sr. Secretário da Agricultura nada diz sobre esta questão. Ou tem medo deles ou acha que eles têm razão. Uma das duas questões. Não há aqui mais fuga possível.

Segunda questão:

Todos os valores que referiu, conhecemos. Estamos residualmente a chegar a outros mercados, mas isso é residual, como sabe perfeitamente.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor não leu os relatórios!

O Orador: Portanto, não é uma mudança significativa. Estão aí os relatórios europeus e os nacionais, que neste momento não lhe posso citar, mas evidentemente toda a gente sabe que a nossa agricultura, do ponto de vista da conquista dos mercados, neste momento não tem resultados significativos. Os exemplos que me apontou são absolutamente residuais.

Em relação à diversificação agrícola, peço-lhe que desminta este número. Penso que será na ordem dos 3% os novos factores retirados à carne e ao leite.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reiterar o meu pedido ao Sr. Secretário sobre a pergunta que lhe fiz há pouco.

Uma vez que este projecto apresentado pelo PSD será chumbado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de saber qual é a iniciativa do governo relativamente a esta informação dos mercados agrícolas, que é premente nos Açores, para os técnicos oficiais de contas poderem fazer o seu trabalho e para as contabilidades agrícolas nesta Região poderem cumprir com o normativo que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Enquanto isso vemos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está muito bem sentado nas suas cadeiras e cada vez mais distante da realidade que se passa lá fora.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está muito enganada, Sra. Deputada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito simples e rápida para responder à Sra. Deputada Carla Bretão.

Temos na Região, como aliás existe noutros lados, um regime de contabilidades agrícolas e recolhemos contabilidades agrícolas que são, aliás, divulgadas em documento próprio.

As contabilidades agrícolas, para efeitos de cálculo dos valores da agricultura estão publicadas. Para efeitos contabilísticos e para valorizar a produção pode perfeitamente consultar as contabilidades agrícolas. Para quem é técnico de contas encontra lá todas as respostas que pode necessitar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário está completamente fora da realidade. O senhor não sabe o que é que está a dizer.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Não conhece o RICA?

A Oradora: O sistema de normalização contabilístico, o novo sistema de contabilização de todas as empresas que veio substituir o Plano Oficial de Contabilidade, tem uma norma específica sobre a agricultura. Caso não conheça, aconselhava-o a pesquisar e a estudar o assunto.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Qual é o link?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Para valorizar?

A Oradora: Tem uma norma sobre a agricultura em que exige que os activos biológicos, sejam animais ou plantas vivos, sejam reconhecidos ao justo valor. Esse justo valor é o valor de mercado, é o valor aproximado da cotação de mercado.

Se em Portugal Continental temos esses dados através do sistema de informação dos mercados agrícolas, nos Açores essa informação não existe.

Eu não estou a falar do RICA. Eu não estou a falar da agregação das contabilidades agrícolas. Estou a falar de todos os técnicos oficiais de contas que têm a seu cargo contabilidades agrícolas e que neste momento não têm dados para poder fazê-las.

Deputados Clélio Meneses e António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: Percebe, Sr. Secretário?

É disso que estamos a falar. É algo que o senhor não sabe o que está a dizer. Aconselhava-o que se fosse informar.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projecto foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos. Regressamos às 17 horas e 20 minutos.

Até já.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Está aberto o debate sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011 – “Aprova o regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas. Transpõe para a Ordem Jurídica Regional a Directiva 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares”**;

Rege nesta matéria a grelha de tempos habitual.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar para apresentar o diploma.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora apreciamos tem um duplo objectivo:

Por um lado, as questões que têm a ver com a qualidade das águas balneares e com a gestão das próprias águas balneares;

Por outro lado, as questões de natureza organizativa e de segurança, que têm a ver com a gestão das zonas balneares e com a garantia de que essas zonas que são aprovadas como tal são lugares seguros que satisfazem, para além dos requisitos da qualidade da água, os requisitos de acessibilidade e de segurança, no que diz respeito a movimentos de massa, mais concretamente desmoronamentos e a outras questões que têm a ver com a própria segurança das pessoas que as frequentam.

Também aproveita-se a oportunidade para se regulamentar uma questão que na Região, até agora, não teve um enquadramento muito claro, que tem a ver com quem é responsável pela gestão das zonas balneares e de que forma é que essa responsabilidade depois se materializa, do ponto de vista da concessão.

As zonas balneares, por definição, estão no domínio hídrico. O domínio hídrico tem um conjunto de servidões de natureza administrativa que deve ser respeitado.

Aproveita-se aqui para estabelecer níveis competenciais no sentido de clarificar quem gere e como gere as zonas balneares.

No que diz respeito às questões da qualidade da água, aí estamos a fazer a transposição para o direito regional da Directiva 2006/7/CE. É uma área na qual a Região já tem alguma experiência e é uma área que felizmente o número de violações da qualidade da água, dadas as nossas condições oceânicas, é muito baixo.

Já atingimos os objectivos que a Directiva fixa para 2015. Portanto, estamos numa posição bastante privilegiada no contexto europeu.

Outra área que também se aproveita para regulamentar tem a ver com a forma como a vigilância e a segurança dos banhistas é feita, o estatuto, as obrigações e direitos dos nadadores salvadores e das entidades que os contratam e o seu enquadramento do ponto de vista da sua relação com a autoridade marítima por um lado e, por outro lado, com as autarquias ou com os concessionários das zonas balneares.

Outras questões que também aqui se introduzem são questões específicas na nossa Região e têm a ver essencialmente com as questões, por um lado, relacionadas com os cnidários e as preocupações que eles levantam do ponto de vista da segurança das pessoas e do bem-estar dos banhistas e também as questões que têm a ver com a necessidade de compatibilizar os usos balneares com a utilização dos portinhos.

Há aqui uma parte importante das nossas zonas balneares que são simultaneamente zonas balneares, mas também são antigas instalações portuárias, embora com uso residual, mas esse uso residual tem que ser compatibilizado. No actual enquadramento jurídico não há essa compatibilização, o que leva a que existam nalguns sítios conflitos de uso que precisam de ser resolvidos.

Também se introduz de novo, na legislação, as questões que têm a ver com os desportos de ondas, mais concretamente as questões que têm a ver com o surf e com o windsurf que também no actual enquadramento jurídico são fonte de incompatibilidade entre as diversas áreas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Carla Bretão, tem a palavra.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa região como os Açores, com uma extensão de costa e de mar que todos conhecemos e cuja utilização pode e deve ser potenciada, quer ao nível económico, quer de lazer, este diploma reveste uma especial importância, na medida em que deverá ser, por um lado, um garante da defesa e segurança das pessoas, da melhoria e protecção do ambiente e, por outro, da criação de condições que permitam promover as actividades económicas e de lazer ligadas ao mar.

Neste sentido o Grupo Parlamentar do PSD será sempre favorável a tudo quanto venha melhorar e proteger o ambiente e também conjugar tudo isto com a defesa e segurança da pessoa humana e das suas actividades de lazer.

Para além disso podemos também dizer que somos favoráveis às alterações que vão ser feitas a este diploma, aliás subscrevemos as que vieram da comissão, por conterem contributos efectivos para adaptação à realidade açoriana.

Por fim, gostaríamos apenas de deixar um alerta. Se é importante que este diploma exista, é importante que ele funcione na prática.

Deixamos esse alerta porque apenas queremos e esperamos que, por exemplo (vou dar um exemplo do que acontece neste momento) este diploma venha resolver algumas situações menos próprias, que existem nesta altura, como por exemplo o que se está a passar com a zona da Ferraria. Há um problema de séria segurança para a pessoa humana. Aproxima-se o início da zona balnear e parece haver aqui um pouco de falta de diálogo entre as diversas entidades ao nível da percepção de quem terá a responsabilidade, quer na manutenção, quer nas limpezas, quer no assegurar das condições para que as pessoas possam usufruir daquele local para o seu lazer, mas ao mesmo tempo com toda a segurança que tem de existir.

Por isso mesmo esperamos que este importante diploma venha clarificar todas estas questões e venha aniquilar, digamos assim, alguns problemas que existem neste momento.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS/PP este é um diploma válido, importante, um diploma que transpõe para a Região normas comunitárias, que certamente trará para a Região mais-valias para as zonas balneares, nomeadamente a qualidade das águas e a monitorização das mesmas, e como já frisou o Sr. Secretário, traz responsabilidades para os diversos organismos, quer sejam do Governo, quer sejam camarários, dentro da área de jurisdição de cada organismo.

No entanto esperamos que este seja colocado em prática e respeitado pelos diversos organismos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este regime jurídico que estamos a apreciar e que pretende uniformizar critérios em relação às zonas balneares, ao nível da segurança, da gestão dos equipamentos, etc., etc., é de facto um excelente documento porque adaptando ou transferindo o normativo regional, aprofunda, aperfeiçoa e adequa à realidade regional.

Tem de facto vários aspectos positivos e queria declarar aqui isto mesmo, publicamente, é um excelente trabalho que o Secretário Regional do Ambiente e do Mar aqui apresenta e com o qual nós concordamos inteiramente e iremos dar, sem nenhum pejo, o nosso apoio.

Para terminar, queria dizer que quando se traz um trabalho destes e a forma como foi construído, atendendo aos contributos que foram prestados

nomeadamente pela Associação de Municípios, não nos custa nada reconhecer esse valor.

Estamos aqui para criticar quando entendemos que o devemos fazer, mas também para reconhecer o mérito quando temos de o reconhecer.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na linha daquilo que já aqui foi dito, o PS através do seu Grupo Parlamentar, manifesta o seu apoio a esta iniciativa que reveste de facto grande importância, atendendo às características geográficas da nossa Região, à diversidade de tipologias de zonas de uso balnear que podemos encontrar e ao papel que essas zonas podem desempenhar no desenvolvimento quer de actividades de lazer por parte da população, quer de actividades económicas ligadas ao turismo.

Um dos grandes méritos que este diploma tem efectivamente, é o de clarificar as entidades gestoras das zonas balneares. Muitas dessas zonas ou não tinham de todo entidade gestora, ou tinham disputas quanto à sua gestão e isso fica absolutamente clarificado com as regras que constam da proposta que estamos agora a analisar.

Outra questão também muito importante é o estabelecimento de critérios bastante mais restritos relativamente ao que se passa no território continental, no que se refere às questões de segurança.

As questões de segurança são tratadas em dois planos: as questões de segurança que se prendem com as questões da qualidade da água e logo da segurança dos banhistas, através dos sistemas de monitorização e da definição dos perfis das águas, mas também as questões relativas às falésias e a toda a costa, que assume na nossa Região uma importância maior, como é do conhecimento de todos nesta câmara.

Uma questão que eu gostaria também de relevar, porque é também um mérito desta iniciativa, é atribuir-se às escolas profissionais da Região Autónoma, a possibilidade de formar nadadores salvadores.

Nesta matéria, o BE apresentou uma proposta muito pertinente e que enriquecerá o currículo formativo dos nadadores salvadores.

Se o Sr. Presidente me permitisse, eu entraria um pouco em sede da especialidade, para dizer que efectivamente tivemos um contributo muito interessante e pertinente, por parte da Associação de Municípios da RAA. Muito importante porque as autarquias são um dos destinatários mais importante deste conjunto de normas que estamos hoje aqui a discutir e sobre as quais iremos deliberar. A Comissão, através da iniciativa do PS que foi depois acompanhada pelo PSD, apresentou um conjunto de propostas que visaram consubstanciar no articulado da iniciativa, as sugestões feitas pela Associação de Municípios.

Procurámos também em sede de alterações, tornar menos rígida a regra relativa ao dispositivo de nadadores salvadores. No território continental a fracção é de 50 metros, mas há que adaptar as normas à nossa realidade regional e se compararmos a dimensão e profundidade das zonas, nomeadamente de praias, na RAA, e até a capacidade de utentes das nossas praias, parece-nos que tal como a norma estava formulada inicialmente na proposta fazia recair sobre as entidades gestoras um ónus excessivo e portanto procurámos construir uma solução que aliviasse essa carga das entidades gestoras sem nunca pôr em causa a qualidade dos banhistas.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para referenciar que o PPM apoia a iniciativa e considera a regulamentação destas matérias importante, por isso o diploma merece a nossa aprovação.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o PS já entrou na especialidade, o BE aproveita para explicar a razão pela qual tem uma proposta de alteração ao artigo 44º.

Nós pretendemos com isto dar oportunidade para que os nadadores salvadores possam aprender um pouco da biologia destes organismos que provocam queimaduras e eventualmente a morte aos banhistas.

Portanto interessa que eles conheçam a biologia, o que fazer na sua presença e fazer uma avaliação da situação de risco que esses banhistas correm.

Esta alteração tem apenas esse objectivo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho para já mais intervenções. Assim sendo, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos entrar no debate e votação na especialidade.

Face àquilo que me parece ser um largo consenso acerca quer do diploma, quer das suas alterações, eu proponha à câmara que nós votássemos em bloco as alterações advindas da Comissão e subscritas por vários Deputados.

Estando todos de acordo vamos assim proceder.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Por ordem cronológica poria à votação agora a proposta de alteração apresentada pelo BE para o artigo 44º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ponho agora à votação as propostas de alteração quer para o artigo, quer para o anexo II, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Proponho também a votação em bloco dos artigos 1º. a 108º., incluindo os anexos I e II, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 29/2011 - “Recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares para justificar a urgência.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda/Açores não terá muito mais a acrescentar no sentido de justificar o pedido de urgência, para além daquilo que consta do próprio diploma.

Este Projecto de Resolução que recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea, na ilha de S. Miguel, tem de facto urgência na sua discussão, considerando a sua natureza e oportunidade e dados os eventuais compromissos já assinados ou que a curto prazo possam ainda vir a ser assinados em relação a este, ou relacionados com este assunto.

Esta é a única razão do pedido de urgência, nada mais há a acrescentar.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, entendendo o objecto e a pertinência que tem o objecto deste Projecto de Resolução, considera que a urgência não

poderia ser votada favoravelmente, uma vez que seria importante ouvir a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, assim como o Governo e procurar que se consiga algum consenso à volta desta questão.

Em virtude disto a Representação Parlamentar do PCP irá votar contra o pedido de urgência.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 08 minutos.

(Eram 17 horas e 54 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 11 minutos)

Estávamos debatendo o pedido de urgência do BE, relativo ao Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Publicamente o CDS já denunciou e chamou a atenção para esta situação.

Julgamos que a iniciativa do BE é muito pertinente e é quanto a nós urgente que seja discutida neste Parlamento.

O que este Parlamento vai propor é que essas duas entidades se entendem.

Portanto não temos, no nosso entender, de fazer audições prévias. São desnecessárias.

O que temos é que aprovar uma resolução, um instrumento.

Parece-me que serão civilizados o suficiente, quer o Governo, quer a Câmara Municipal de Ponta Delgada, para se entenderem.

Portanto aprovaremos este pedido de urgência do BE.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que de facto o assunto é urgente. A situação do País e da Região é de grande urgência e justifica-se amplamente que este assunto seja discutido com a maior urgência.

Presidente: Creio que não existem mais intervenções, assim sendo vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para a substância do **Projecto de Resolução n.º 29/2011 - “Recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Rege a grelha normal que temos vindo a usar.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar o projecto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Várias são as razões que levam o Grupo Parlamentar do BE a fazer esta recomendação de diálogo e de concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Contudo, pretendemos deixar muito claro que o BE/A considera importante a iniciativa de dotar os Açores de um Centro de Arte Contemporânea, que se possa constituir como um espaço de divulgação e de intercâmbio cultural, onde se cruzem linguagens artísticas diversificadas e onde os artistas açorianos possam dar a conhecer o seu trabalho, interagindo com o público, realizando workshops, formação, etc.

Sendo, por isso, certo que os Açores exigem e merecem um espaço de excelência, com as características mencionadas, capaz de nos disponibilizar o que de melhor se faz no mundo, a este nível, não é menos certo que é preferível um centro de excelência e não apenas dois sofríveis.

Deputado Francisco César (PS): Isso não funciona assim!

A Oradora: Num tempo de crise, a cultura tem de ser um investimento no futuro, o que é contrário à mesquinhez de interesses partidários e, ainda por cima, à custa de dinheiros públicos.

É verdade que, quer a Câmara Municipal de Ponta Delgada, quer o Governo Regional, embora com filosofias diferentes, procuraram responder a esta necessidade e a este direito das nossas populações. Mas, se este facto é de enaltecer, já a forma como se propõem alcançar este desiderato, em fraticida competição, é profundamente condenável.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Primeiro, porque os nobres objectivos que identificámos sucumbem a uma lógica instrumental e eleitoralista da própria cultura.

Segundo, porque a competição subjacente a estes dois projectos configura um novo-riquismo que a situação social e económica, vivida na nossa Região, pela esmagadora maioria das suas populações, não permite, nem legitima.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Terceiro, porque é um atentado à própria cultura.

A disputa por dois centros de arte contemporânea - a uma distância de cerca de 10 quilómetros, em linha recta, um do outro -, é bem demonstrativa do que, verdadeiramente, está em causa: não é o desenvolvimento cultural dos Açores,

mas sim a utilização de dinheiros públicos, em proveito de uma estratégia eleitoral.

Qualquer análise de mero bom senso apontará para a criação de um Centro de Arte Contemporânea com as características previstas, permitindo assim poupar dinheiro público, na construção e, não menos importante, na garantia de produção, iniciativas, dinâmicas e sobretudo do próprio acervo condigno e de qualidade.

O Projecto de Resolução do BE/A visa dotar os Açores de um Centro de Arte Contemporânea de excelência, através de uma parceria entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, promovendo a qualidade e poupando dinheiros públicos importantes para outras iniciativas do mesmo ou diferente cariz.

Num tempo de dificuldades e de ameaças acrescidas, como aquele que vivemos, os caprichos de qualquer natureza, serão sempre nefastos para os/as Açorianos/as.

Por agora ficava por aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo participa neste debate, começando por situar a questão historicamente, porque esta questão tem uma história e essa história deve ser relembrada para que os factos e os dados sejam concretos.

O projecto relativo ao Centro de Artes Contemporâneas é uma ideia que data de 2004. 2004 Sra. Deputada!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não diga isso a mim, diga para aquela bancada!

O Orador: Digo a si, digo à câmara e digo aos açorianos. Data de 2004.

A sistematização do conceito foi feita em 2006. Pouco depois surgiu a localização, a ideia de aproveitar o processo para recuperar um património

industrial e arquitectónico de importância para a Ilha de S. Miguel, juntando assim essas duas valências.

De seguida veio o projecto e foi lançada a empreitada.

Portanto é nesta fase que nós estamos. Fase de concurso para a empreitada de construção do centro de artes contemporâneas.

Não estamos, como diz o BE, numa fase em que tudo é reversível.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não diz isso!

O Orador: Diz.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não diz, não!

O Orador: A páginas tantas do seu texto diz “sendo ainda possível reverter...”.

Portanto não é possível reverter e não é algo que tenha surgido do pé para a mão, nem em concorrência com ninguém.

Este processo foi feito desta forma, com esta cronologia e isso é importante que fique claro.

Agora, outra coisa é alguém ter achado que também devia ter o seu museu de arte contemporânea, mais tarde, ter achado que isso era uma disputa política que tinha algum interesse (estou a pensar concretamente na autarquia de Ponta Delgada), ter achado também que por essa via estava a fazer boa utilização da sua quota de fundos comunitários e ter dito aos açorianos que não se podia gastar fundos comunitários em mais nada, a não ser em fazer concorrência ao projecto do governo para se ter um museu de arte contemporânea.

Por isso o Governo não pode responder, embora não compreenda muito bem a utilidade dessa decisão política, nem a vantagem da Câmara de Ponta Delgada ter decidido que era útil e desejável para o seu concelho fazer concorrência a um projecto governamental.

Sobre isso não lhe posso responder. Acho até que a melhor resposta podia ser obtida a nível municipal na Assembleia Municipal, provavelmente, porque aí sim estariam as entidades mais indicadas para lhe darem uma resposta mais concreta.

Do ponto de vista do Governo o que continuará a acontecer é a execução do projecto que vem de 2004, tanto quanto possível cumprindo o calendário que

foi estabelecido de modo a que os açorianos possam beneficiar da existência dum centro de artes contemporâneas, localizado em S. Miguel, mas ao dispor de todos os açorianos que o possam visitar e desfrutar da sua existência.

Também é, como disse e muito bem a Sra. Deputada Zuraida Soares, um incentivo à criação aos artistas locais e aos artistas regionais. É uma forma de projectar, ainda que indirectamente, a capacidade produtiva dos açorianos ao nível artístico. Tem todas essas valências por isso mesmo é um investimento que nós consideramos importante e também do nosso ponto de vista a cultura é um investimento reprodutivo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não parece!

O Orador: Portanto foi esse o objectivo, foram esses os princípios, foram essas as ideias que nortearam a decisão política e o processo que estamos a concretizar de criação deste centro de artes.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encontram-se na galeria dois ex-deputados desta casa, os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro e Joaquim Machado, a quem saúdo efusivamente.

(Aplausos da Câmara)

Vamos prosseguir o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos, ao fim e ao cabo, a falar de exercício do poder e como nós dizemos há muito tempo, não há grandes diferenças no exercício do poder pelo PSD e pelo PS, ou seja, exercem-no da mesma maneira com interesse eleitoralista, visando apenas benefícios eleitoralistas.

Deputado Berto Messias (PS): No fundo, as diferenças!

O Orador: Fala-se de megalomanias. Já ouvi acusarem-se mutuamente de megalomanias. Este projecto da Câmara Municipal de Ponta Delgada não passa de uma megalomania excêntrica.

Quando se afirma que não há preocupação com dinheiro porque 85% é de fundos comunitários, é de uma pessoa não acreditar naquilo que está ouvindo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Menente!

O Orador: Fica menente, efectivamente, (é um adjectivo que já utilizei aqui esta semana).

É por essa atitude e outras semelhantes que a Europa está como está, porque tem-se a consciência e a ideia que o dinheiro da Europa não é nosso, vai-se buscar para gastar e depois não importa.

Por isso é que o País e as autarquias devem hoje o que devem, porque o dinheiro vem da Europa. O dinheiro vem da Europa foi-se gastando à tripa forra e hoje a Europa já não tem dinheiro para nos emprestar, quanto mais para nos dar.

Nós também temos que dar exemplos de poupança e de boa gestão de dinheiros públicos.

Dizia a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada: “nenhuma Região pode dizer que tem equipamentos culturais a mais”.

Eu acho que nos Açores podemos e devemos dizer que começa a haver equipamentos culturais e desportivos a mais, por mera cobiça eleitoralista das autarquias e dos Governos. É verdade! Começa a haver a mais!

Dizia ainda: “vão funcionar os dois e ficaremos todos mais ricos”.

Quem me dera acreditar nisso! Não vão funcionar os dois e vamos ficar todos mais pobres, com encargos para o futuro que não podemos depois sustentar, porque essas duas infra-estruturas não se sustentam sem dinheiros públicos, sem investimento público.

Eu acho que um museu de arte moderna em Ponta Delgada é efectivamente um luxo, um luxo a que os açorianos não se podem dar.

Que mau exemplo de entendimento existe entre Governo e autarquia, aliás, é a repetição do mau exemplo porque já o tivemos nos parques de estacionamento laranja e verde nas Portas do Mar.

Que esbanjamento de dinheiros públicos!

Como é que o PSD é a alternativa ao PS? É a essa pergunta que os senhores têm que responder. Já estiveram calados de manhã, estão calados à tarde.

Que alternativa é que os senhores apresentam ao PS, que acusam de esbanjador?

Deputado Berto Messias (PS): Pode perder as esperanças! Dali não vem resposta!

O Orador: E os senhores não são esbanjadores? Acham que é fundamental um museu de arte moderna? Acham que pelo menos não era sensato suspender este processo?

Acham que pelo menos não era sensato parar este investimento, que é um investimento público megalómano, que os senhores tanto criticaram e criticam que aqueles senhores vão fazer ou queriam fazer e ainda pelos vistos querem um TGV em Lisboa? Eu não sei o que é que é mais megalómano, se é um TGV no continente, se é um museu de arte moderna em Ponta Delgada.

Deputada Zuraída Soares (PS): É os dois!

O Orador: Nisso é que os senhores vão ter que reflectir e pensar.

Isso é que os senhores vão ter que explicar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que sucedeu e o que se sucede em termos de investimentos de âmbito cultural, nomeadamente naquilo que são os núcleos museológicos, não posso deixar de dizer que envergonha profundamente esta Região e os respectivos legisladores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o que nos orgulha!

O Orador: Como é que é possível que se continuem a realizar investimentos em núcleos museológicos, em ilhas que já estão servidas, como é o caso da Ilha de S. Miguel que já tem 25 núcleos museológicos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... e que se tenha uma ideia duma Região descentralizada?

Deputado Berto Messias (PS): Insiste no erro!

O Orador: Como é que é possível que se tenha uma ideia em que se valoriza a identidade e o património de todas as ilhas e que enquanto são feitos estes investimentos, um pouco por todas as ilhas (não estou contra desde que seja de uma forma controlada, ordenada, com sentido de prioridades) se continue a colocar de parte o património da Ilha do Corvo, continuando a não proteger o património daquela ilha, que está a desaparecer?

Os senhores são responsáveis por um autêntico genocídio cultural. Os senhores são responsáveis pelo genocídio duma cultura de uma ilha dos Açores e isso vai pesar-vos sempre na vossa consciência.

Fico impressionado, eu e muita gente nesta Região, que ontem me telefonou, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah, sim, sim!

O Orador: ... que me contactou e que perguntou como é que pessoas civilizadas, como é que gente responsável faz isto na RAA? Como é que nega a protecção do património de uma ilha? Como é que deixa morrer aquele património?

Ao mesmo tempo que os senhores têm milhões de euros para continuar a fazer investimento público da mesma natureza, investimento público com o mesmo objectivo, deixam um apagão numa ilha. Não posso concordar com isso e acho que há algo que envergonha profundamente a autonomia, acho até que aquilo que aconteceu ontem é dos episódios mais vergonhosos que a nossa autonomia e este parlamento já tiveram oportunidade de deliberar.

A verdade é esta, não há nenhum povo que tenha menos dignidade...

Presidente: Sr. Deputado, volte ao objecto se faz favor.

O Orador: Estou a falar de investimento público da mesma natureza, estou a falar de prioridades e penso que tenho o direito de dizer para onde deve ser canalizado o investimento público.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não está a falar do objecto!

O Orador: Este ano já tivemos diversos investimentos em núcleos museológicos e continua-se denegrindo a identidade dum povo, considerando que se calhar aquele povo não tem história, não tem cultura, não tem

património, aquela ilha não conta, o património e a história daquela ilha não contam e podem-se perder nos tempos. A partir do momento em que isto se faz de forma reiterada, distribuindo milhões por outras ilhas, considero profundamente negativo e tinha que vos dizer isto.

Outra questão fundamental é esta. Eu quero enumerar, porque a minha posição em relação à barbaridade de dinheiro que se está a gastar neste investimento, é uma posição que já vem de há muito e que foi realizada no âmbito da última discussão do Orçamento, para onde o PPM estava a investir uma parte significativa destes investimentos: ...

Deputado Francisco César (PS): Está no nosso programa eleitoral, Sr. Deputado!

O Orador: - edições de obras de cariz cultural;

- rede de leitura pública;

- bolsas para formação e criação artística;

- orquestra profissional da música clássica;

- classificação de imóveis em núcleos protegidos;

- investigação arqueológica;

- museus, bibliotecas e arquivos;

- salvaguarda do património baleeiro;

- aquisição de conteúdos para bibliotecas e arquivos;

- restauro de bens arquivísticos;

- construção do museu do Corvo;

- programa de recuperação e conservação dos imóveis classificados do centro histórico da Vila do Corvo;

- avaliação do impacto ambiental;

- centros de interpretação ambiental;

- Pro-energia;

- apoio ao desenvolvimento do sistema sustentável de energia;

- desenvolvimento do programa de mobilidade eléctrica;

- apoio à promoção da substituição de utilização de gases liquefeitos, ...

Presidente: Não vai ler todas as propostas de alteração que apresentou, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, não posso ser penalizado pelo facto de ter muito trabalho para apresentar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é trabalho!

(Risos dos Deputados do PS, do CDS e do BE)

O Orador: ... - beneficiação das instalações (muito importante, vejam o estado em que estão as nossas instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma);

- representação da promoção externa da região, etc.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Isso é apresentação do relatório

O Orador: O que vos quero referenciar é que isto demonstra bem o seguinte: com aquele dinheiro podíamos estar a fazer muitas outras coisas.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Não sabe o que está a dizer, por isso está a falar!

O Orador: No essencial há aqui uma questão central, a questão de prioridades, vamos deixar de fazer isto tudo porque os senhores preferem gastar estes milhões todos numa só obra.

O que eu vos pergunto é se os senhores acham que a vossa prioridade é correcta, ou se é a nossa?

Eu acho que a nossa é que é correcta e a vossa não passa dum esbanjamento que neste momento o País não pode aguentar.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Já em sede de orçamento a Representação Parlamentar do PCP colocou algumas reservas quanto a este investimento, não pela sua importância ou pela sua necessidade e pertinência, mas porque o momento aconselha alguma contenção e reflexão.

Estas reservas aqui são colocadas por parte da Representação Parlamentar do PCP relativamente ao projecto do Governo Regional, mas são-no igualmente relativamente ao projecto anunciado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada. Para nós essas reservas são, de facto, muitas.

Não temos reserva nenhuma relativamente a outra questão: não faz sentido nenhum que a Ilha de S. Miguel seja dotada de duas infra-estruturas deste tipo que servem para o mesmo efeito.

Quer se queira, quer não (não vou colocar a questão de quem é que veio primeiro a terreiro, ou quem é que veio depois, julgo que não é isso que é importante...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Foi o Governo, é histórico!

O Orador: Oh Sr. Secretário, está bem, foi o Governo, depois veio a Câmara, mas aquilo que os açorianos e as açorianas esperam de nós, esperam do poder regional e esperam do poder local, é outro tipo de coisas, nomeadamente que o investimento público seja feito com racionalidade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E é!

O Orador: Aliás, hoje de manhã, lembrei aqui que um dos problemas que muito contribuiu para o endividamento público tem a ver com os projectos co-financiados pelos fundos europeus e a forma como, quer o poder central, quer o poder regional, quer o poder local, tem-no utilizado e a necessidade de haver alguma alteração a isso.

Relativamente à construção duma infra-estrutura destas não tenho dúvidas nem reservas e certamente apoiamos.

Agora, aquilo que se trata aqui, o objecto do Projecto de Resolução do BE, é um apelo ao diálogo, à concertação.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O problema é da Câmara Municipal que não apoiou!

O Orador: Vs. Exas. costumam fazer estudos de opinião sobre os mais diversos assuntos, é uma questão de perguntarem aos açorianos e açorianas...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não, isso é muito importante, isso é que é história!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Presidência, estamos a tratar de um assunto sério e eu quero manter-me com este registo. Portanto não vale a pena provocar porque se pretende que eu mude de registo não vai ter sorte nenhuma...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Longe de mim!

O Orador: ... pois aquilo que os açorianos e açorianas esperam e aquilo que os micaelenses esperam é que o dinheiro público seja investido com racionalidade, seja em tempo de “vacas gordas”, seja em tempo de “vacas magras”, como aquele que estamos a passar.

O objecto do Projecto de Resolução do BE apela exactamente a isso, ao diálogo e à concertação.

Aliás, não vejo como é que dois centros de arte contemporânea, no espaço confinado da Ilha de S. Miguel possam ser potenciados. Não é possível!

Eu julgo que ninguém entenderá, a não ser pelos piores motivos, isto é, fazer para isto ser a obra que marca o regime, seja a passagem da Dra. Berta Cabral pelo Município de Ponta Delgada, seja a passagem do PS pelo Governo.

Acho que as coisas medem-se doutra maneira. Têm de medir-se doutra maneira, têm de medir-se pela qualidade de vida que se deve proporcionar aos açorianos e açorianas e essa qualidade de vida passa também pela construção dum Centro de Arte Contemporânea. Passa certamente! Passa certamente, não tenho dúvidas nenhuma!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então qual é a surpresa?

O Orador: Agora, o que não passará certamente é por dois centros de arte contemporânea.

Aquilo que se está aqui a recomendar é que haja diálogo e concertação, porque asneiras em Ponta Delgada já foram cometidas muitas à sombra duma competição entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, com que já ninguém pode. Já ninguém pode com isso!

Portanto, é uma questão de bom senso.

Um Centro de Arte Contemporânea: sim senhor! Mas haja bom senso.

É isso que se está a pedir e esse bom senso só é conseguido através do diálogo e da concertação.

A Representação Parlamentar do PCP dará o voto favorável ao Projecto de Resolução apresentado pelo BE.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recordando o diálogo da manhã, eu diria que estes primos inter-pares, pelo menos numa coisa já acertaram, no casamento, agora falta é o local da boda, se em Ponta Delgada, se na Ribeira Grande. É essa parte que falta. Os senhores vão acertar o local da boda.

Sr. Deputado Berto Messias e Sr. Secretário Regional, eu queria que os senhores me explicassem, e também o Grupo Parlamentar do PSD, pois todos falam sobre este grande conceito de desenvolvimento harmonioso dos Açores, o que é desenvolvimento harmonioso dos Açores?

Volto aqui à questão da Presidente da Câmara de Ponta Delgada, quando diz que “nenhuma Região tem equipamentos culturais a mais”.

Bom, até poderíamos admitir, mas uma coisa é certa: concentrado a mais, isso temos. Desnecessariamente concentrado, isso temos, devido a uma birra entre a Câmara de Ponta Delgada e o Governo Regional dos Açores. É uma questão birrenta que vos fica mal, não traz nada de bom à democracia e quem vai pagar essa birrinha, como já estão a pagar, são os açorianos. Isso é que é grave.

Vou ler aqui um excerto dum articulista do PSD que diz o seguinte, com as devidas adaptações à Região: ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Leia, leia, para ver se eles dizem alguma coisa!

O Orador: “O País vivia desafogado, longe da penúria doutras nações (assim como os Açores), o PIB crescia imparável e a dívida minguava

vertiginosamente (o mesmo dizem os senhores dos Açores), por isso abundavam os recursos e a capacidade para gerar todo o dinheiro que fosse necessário (aplique-se com as devidas adaptações). Difícil era às vezes identificar novas áreas para absorver uma tão grande disponibilidade financeira”.

Senhores do PS, Sr. Secretário e senhores do PSD, é esta a situação que vivemos? Lá fora é assim e aqui?

Dizia-se mais: “abriram-se estradas e mais estradas, mesmo onde não havia viaturas”. A tal auto-estrada rosa que os senhores criticaram lá fora.

E aqui, há público, há sustentabilidade, há espólio para esse museu, senhores Deputados do PSD?

Mais abaixo: “tornamo-nos numa referência mundial em tecnologia”.

Eu pergunto, é útil tornarmo-nos numa referência mundial num Roteiro de Niemeyer por muito importante que seja. É isso que vai trazer riqueza aos Açores e a Ponta Delgada?

É a essas questões que os senhores têm que responder, os senhores e aqueles senhores, para o desenvolvimento harmonioso que os senhores defendem.

Ainda não ouvi o Grupo Parlamentar do PSD manifestar-se nesta discussão, mas tenho esperança que venha ao debate.

Eu espero que não tenha sido instituído aquela célebre norma dum congresso do PSD, que os senhores tanto criticaram a Sra. Secretária da Educação, a lei da rolha. Espero que não estejam a padecer desse problema.

Espero que o Grupo Parlamentar não esteja devidamente instruído para a lei da rolha neste debate parlamentar.

Deputado José San-Bento (PS): A gente tira a rolha e damos a garrafa!

O Orador: Portanto ficamos à espera da vossa opinião e da vossa defesa, neste caso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): O que o obrigam a fazer!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima não teve de esperar muito, já estava inscrito antes mesmo de terminar a sua intervenção.

Nós podemos passar aqui toda a tarde a falar sobre o Projecto de Resolução do BE, mas ainda na passada terça-feira, foi lido nesta Assembleia um relatório que dizia nas suas conclusões, vou citar: “a matéria objecto da presente petição é da competência municipal, nos termos do disposto na Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias, assim como as respectivas competências”.

É disso que estamos a falar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é não!

O Orador: O que estamos a falar é das competências que esta Assembleia tem para legislar, para deliberar relativamente a uma competência puramente autárquica.

É muito estranho que estando o CDS/PP e o BE representados na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, órgão competente para tratar essa matéria, nós não tenhamos ouvido uma única palavra, um único reparo, um único “ai”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenha calma! Agora estamos aqui!

Deputado Mark Marques (PSD): Era o contrário!

O Orador: Acontece também que o projecto do museu de arte contemporânea em Ponta Delgada, foi também sufragado pelos eleitores de Ponta Delgada, ou seja, está neste momento por iniciativa do BE, esta Assembleia, a querer, segundo a iniciativa do BE, legislar, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Legislar?

O Orador: ... deliberar e opinar, relativamente a uma promessa eleitoral que foi sufragada pelos habitantes, pelos ponta-delgadenses.

Aí sim, na Assembleia Municipal, teria todo o cabimento uma discussão deste tipo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamo-nos encontrar lá!

O Orador: Aqui nesta casa, é importante que possamos falar daquilo que entendermos, é assim que deve ser, agora não é aqui o órgão competente para fazermos ...

Deputada Zuraída Soares (BE): A recomendação!

O Orador: ... a recomendação (muito obrigado pela correcção Sra. Deputada), relativamente à existência ou não dum Centro de Arte Contemporânea em Ponta Delgada, por iniciativa da Câmara Municipal e outro na Ribeira Grande por iniciativa do Governo regional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

(*) Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, o Projecto de Resolução do BE enferma de um erro que lhe é fatal. Esse erro é exactamente o destinatário deste mesmo Projecto de Resolução. Esse destinatário não é o Governo Regional dos Açores, mas sim, a Presidente da Câmara de Ponta Delgada.

Deputado Costa Pereira (PSD): Já viu o que era a Assembleia estar a fazer recomendações à Câmara Municipal de Ponta Delgada?

O Orador: A questão aqui é bastante simples.

Quando se lê aqui no Projecto de Resolução que ainda se encontram estes projectos numa fase de poderem ser convertidos num só projecto, tal como foi referido por um membro do Governo, há uma questão cronológica a que não é alheia o projecto arquipélago.

Não é uma questão de capricho do Governo, aliás há outra questão aqui inerente. É um capricho que vem de 2004, não é um projecto que saiu da cartola, nem é um projecto que se resume a uma única legislatura. É um projecto que tem sido ponderado com bom senso.

Deputado João Costa (PSD): Tem sido adiado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... e extravasa largamente esta legislatura. É um projecto que extravasa o âmbito concelhio. É um projecto da Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da Região vamos ter arte contemporânea!

O Orador: Daí que para nós esta questão seja fulcral.

Para o PS os considerandos são perfeitamente legítimos, concordamos com eles.

O BE com esta resolução vem no fundo ao encontro do que o PS em Ponta Delgada já disse.

Neste tempo há que reflectir em relação aos custos, mas no caso do Governo o projecto em curso está numa fase final de adjudicação.

O projecto da Câmara Municipal de Ponta Delgada está em projecto, é uma fotografia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estudo prévio!

O Orador: Este é um projecto que não nasce do nada.

Para além disto há uma questão que todos nós falamos aqui, que é a questão da necessidade dum desenvolvimento harmonioso, descentralizado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Descentralizado? Desenvolvimento harmonioso?

O Orador: A questão de existir na Ribeira Grande é exactamente por esse facto. Não centralizar todo o investimento em Ponta Delgada, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então faça no Corvo!

O Orador: ... até porque as novas vias de comunicação na Ilha de S. Miguel permitem exactamente uma questão de acessibilidades muito mais fluida.

A questão fulcral aqui é se há uma ilha onde é possível fazer um centro com dimensão regional, essa ilha é S. Miguel. Isso é claríssimo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe, vou-me embora!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já vai tarde!

(O Deputado Paulo Estêvão abandonou a sala)

O Orador: Outro facto inerente a este projecto é o facto de estarmos perante a reconversão duma antiga unidade industrial.

O centro arquipélago não é um museu, é um centro criativo, extravasa em muito a questão do museu.

A questão do acervo tem muito que se diga. Se podemos considerar reduzido o acervo regional, se há um acervo regional, esse acervo está na posse do Governo Regional.

Deputado Costa Pereira (PSD): Do PS! Os senhores dizem que o PS faz tudo nesta Região!

O Orador: Não é do PS, Sr. Deputado.

Por todos estes factos parece-nos extemporânea esta proposta do BE, porque faz sentido, isso sim, remetê-la à Câmara Municipal de Ponta Delgada para uma melhor ponderação do projecto em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para esclarecer o Sr. Deputado Jorge Macedo, porque entendemos que a memória não pode ser tão curta. O CDS/PP votou contra o último plano e orçamento camarário.

Votou porque não foi ouvido, nem nesta nem noutras matérias estruturantes para o concelho de Ponta Delgada. Foi uma clara violação da lei e esperamos que no futuro essa situação não se repita.

Portanto nessa matéria não podemos ter responsabilidades nem sabe qual é a nossa opinião sobre esta mesma matéria.

Muito obrigado.

Deputado Costa Pereira (PSD): Como é que votaram o plano e orçamento aqui?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Deputado Artur Lima, num aparte, que a questão central não era de quem tinha chegado primeiro, de quem tinha começado o projecto primeiro.

Permita-me discordar, Sr. Deputado, mas eu acho relevante que se perceba quem é que começou primeiro, porque percebendo quem começou primeiro, quem teve a ideia, quem começou a desenvolver o projecto, quem desenvolveu

o conceito, quem chegou à fase de projecto e depois lançamento de concurso para a empreitada, percebe-se quem chegou depois e quem chegou depois tem mais obrigação de não replicar um determinado investimento público do que quem começou o processo.

Isso é bom que se perceba.

Os açorianos têm que perceber que neste caso quem chegou depois foi a autarquia de Ponta Delgada.

Há um aspecto ainda mais grave, é que isto é um padrão, isto não aconteceu só agora, já aconteceu muitas outras vezes.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas quem paga são sempre os mesmos!

O Orador: Quem chega depois é sempre a autarquia de Ponta Delgada.

Aconteceu com o Coliseu Micaelense...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é que é!

O Orador: ...em resposta ao projecto de recuperação do Teatro Micaelense; aconteceu com o festival “Sol Maior”, que é uma resposta a um festival existente da Direcção Regional da Cultura, aconteceu com o parque de S. João, com o parque das Portas do Mar. Está sempre a acontecer, Sr. Deputado e isso é que é grave.

Esse padrão é que é preciso ser explicado aos açorianos, se é que os senhores se preocupam com isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O padrão é exactamente o contrário!

O Orador: A mim parece-me que os senhores não estão minimamente preocupados, até pela defesa um bocadinho mole e incómoda, que o Sr. Deputado fez na sua bancada em relação a essa questão.

Eu sei que o dia não é o mais indicado para ter que defender questões que dizem respeito à liderança da Câmara de Ponta Delgada e do Partido, mas foi uma coincidência.

É bom que os açorianos percebam quem chega primeiro a estas questões e quem vem a reboque. Quem copia e quem é o original.

Por outro lado, eu gostava de dizer que uma coisa é estarmos do lado, com um projecto que tem uma maturação de 7 anos, em fase de empreitada e, do outro,

estarmos com 2 ou 3 fotografias, com o arquitecto Niemeyer, já com dificuldades próprias da idade, com uma fotografia do estudo prévio, que é mais ou menos um desenho, e ainda por cima é igual a um outro museu Niemeyer, que está a ser construído em Espanha, o que faz presumir que aquele será mais ou menos em sistema de serigrafia.

Portanto, dum lado está algo consistente, algo em execução, algo que vai avançar agora para obra e do outro lado está uma ideia e pouco mais.

Isso significa que se o BE acha importante que haja concertação, julgo que a concertação só pode partir de quem está com o projecto mais atrasado, que ainda não pôs nada em prática, que ainda tem capacidade de assumir que não vale a pena copiar os outros. Não vale a pena investir em algo que já existe e que está a ser feito por outra entidade, neste caso, o Governo Regional.

Mais um aspecto que acho importante relevar, é que o PS, Sr. Deputado Jorge Macedo, em Março deste ano, na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, levantou esta questão.

Nessa altura tenho impressão que o BE não acompanhou e também que o CDS/PP não se terá pronunciado, mas não posso garantir.

Sei que nós levantamos a questão. O PS levantou a questão e sei também que a resposta na altura foi mais ou menos a seguinte, vou tentar citar: “Ponta Delgada não vê inconvenientes em termos de funcionalidade. São situações diferentes, que eu comparava ao processo do Coliseu, do Teatro Micaelense, funcionarão todos e toda a gente fica satisfeito”. Isto foi a Sra. Presidente da Câmara que disse.

Portanto acho que se alguém tem que esclarecer este conceito de que fica toda a gente satisfeita, é a Sra. Presidente da Câmara de Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já ouvimos dizer aqui que era preferível não fazer, por exemplo, um estádio de futebol, ou a cobertura dum estádio de futebol, para investir nas pessoas e nos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): É diferente, Sr. Deputado.

O Orador: Quero deixar uma pergunta ao PS: é possível ou não, nesta altura, suspender a obra?

Esta é a pergunta porque a teimosia do TGV, do vosso camarada Zé, já deu no que deu.

Portanto, eu pergunto: é prioritário, é fundamental, para os Açores, o Governo construir um centro de arte moderna?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O estado das nossas contas públicas não permite isso!

O Orador: Independentemente de ter tido a primazia de o ter anunciado, na situação em que o país está, com o FMI à porta, com a recessão que aí está, com a recessão que vai piorar, com os sacrifícios que os açorianos têm que fazer, os senhores consideram ou não, eventualmente, adiar a construção deste centro de arte moderna?

Para aqueles senhores ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Os senhores deputados, se não se importa!

O Orador: ... eu já não lhes digo mais nada porque efectivamente não têm resposta e os açorianos cada vez mais percebem que não são alternativa ao PS, são tão só uma imitação do PS.

É isto que querem, mas não se inibem de virem aqui apresentar pacotes para as contas públicas, de controlo das contas públicas, de unidades técnicas para isto e para aquilo. Para isso não se inibem, mas não se aplica ao poder local, é só ao poder regional.

Sr. Secretário, devo dizer-lhe uma coisa: concordo consigo, tem sido sempre o mesmo padrão, é o mesmo padrão mas quem paga é o “povão”. Tem sido, infelizmente, sempre assim. A realidade é esta.

Agora, fiquei perfeitamente esclarecido, Sr. Deputado Alexandre Pascoal, do que é desenvolvimento harmonioso e do que é descentralizar.

Descentralizar para o PS é de Ponta Delgada para a Ribeira Grande. O resto é paisagem.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Nada demagógico!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de entrar no debate para frisar dois aspectos que me parecem que estão a ser descorados neste debate.

Há uma coisa que ainda ninguém se deu conta, parece-me que nem o BE enquanto proponente e já muito foi falado e eu acho que de facto o destinatário aqui é quem chegou por último, o destinatário aqui é para quem faz a birra, o destinatário aqui é para quem copiou.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Há uma coisa que nesses 15 anos o PS e os seus governos têm feito que é de facto zelar por um desenvolvimento que tem por base um pilar, que é a educação, um outro pilar, a cultura, como forma de conferir e capacitar a sociedade, os jovens, as crianças, para um salto qualitativo em termos civilizacionais.

Isto só é possível com estruturas.

Eu lamento que nesta casa ainda ninguém tenha considerado que de facto a cultura, a educação são estruturantes.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é verdade! Disse-o na apresentação.

A Oradora: Sra. Deputada, a senhora diz que de facto o papel da cultura é vital no desenvolvimento duma sociedade, mas depois mais abaixo (eu não queria repetir argumentos que aqui já foram esgrimidos) diz que “encontram-se numa fase de poderem ser convertidos num só”. Isto não é verdade e a Sra. Deputada sabe que isto não é verdade.

Tanto não é verdade que já foi explicado e muito bem explicado a cronologia do processo.

Quando se fala da importância da cultura e da educação, a nível da UNESCO recomenda-se que se deve desenvolver nas crianças e nos jovens uma maior tomada de consciência não só deles próprios, mas também do seu meio ambiente natural e cultural, e que o acesso a todos os bens, serviços e práticas culturais deve fazer parte dos objectivos dos sistemas educativos e culturais;

Que se deve ter em conta que, em muitas sociedades, a arte foi tradicionalmente, e em muitos casos continua a ser, parte integrante da vida diária e desempenha um papel fundamental na transmissão cultural e na evolução da comunidade e dos indivíduos;

Recomendam que se registe a necessidade essencial para os jovens de terem um espaço para actividades artísticas, como por exemplo centros comunitários/culturais e museus de arte;

Reconhecem o valor e a aplicabilidade das artes no processo de aprendizagem e o seu papel no desenvolvimento de capacidades cognitivas e sociais que estão subjacentes à tolerância social e à celebração da diversidade.

Ora bem, é com esta preocupação e tendo em conta esta preocupação que o Governo descentalizando, que o Governo numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso, Sr. Deputado Artur Lima, e não eleitoralista, escolheu a Ribeira Grande como sendo o concelho da Região mais jovem, o concelho da Região que todos aqui reconhecem que tem uma imensa quantidade de jovens, de crianças que precisam de acesso a esses bens próximos de si.

É com esta preocupação que este acesso à cultura pode complementar o esforço nas estruturas, nos equipamentos da educação para dar o salto qualitativo. São duas coisas indissociáveis, não caem do céu, não é uma “birra”, é porque a cultura e a educação fazem-se, constroem-se, contribuem para a sociedade.

É com este pensamento que o Governo descentaliza para um concelho que é jovem, um concelho que terá um retorno muito maior com este empreendimento.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Um concelho que ontem se sentiu ofendido por ter sido menosprezado, por ter sido considerado que o Centro não seria ali, porque a consensualizar não seria ali.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: A Ribeira Grande tem a obrigação e o direito de poder diferenciarse, distinguir-se, afirmar-se, no plano regional pelo vector cultural.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Já o faz no vector económico com as suas indústrias, já o faz num plano cultural, com todo o seu património natural, com todo o seu património edificado, com todo o seu património histórico e industrial, que agora fica também ao nível da cultura.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: O desenvolvimento harmonioso, Sr. Deputado Artur Lima, não se faz com as comunidades a competirem entre si.

O desenvolvimento harmonioso faz-se com cada comunidade, descobrindo qual o vector que pode potenciar, qual o vector que pode marcá-la no mapa.

Aconteceu em Bilbao, com um museu que ficou de facto no mapa.

Aqui não se trata da Rota Nimeyer, trata-se dos açorianos, da cultura feita para os açorianos desfrutarem, para a fruição, para a inovação, para a diferença.

As acessibilidades estão ali, o centro da ilha está ali também.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Os Açores estão na Ribeira Grande!

A Oradora: O Sr. Deputado Artur Lima falou de facto em eleitoralismo e eu lamento que os benefícios eleitoralistas do PP (e do BE também), de vir agora dizer na altura que toda a gente sabe que é muito complicada financeiramente e que de facto vai obrigar a cortes, as birras não sejam feitas pela Câmara.

Não podem pôr em causa um projecto pensado pelo Governo, que data de 2004 e que tem na base fundamentos muito mais criteriosos do que uma birra, do que uma cópia, do que uma ambição de fazer ali em Ponta Delgada, de onde a senhora não sai do seu reduto porque é Líder Regional, mas vai chegar pelo facebook à Região.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não apoiado!

A Oradora: Ela vai chegar à Região pelas redes sociais, como ela diz, que não precisa de viajar porque em Ponta Delgada, no seu umbigo ela chega aos outros todos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Que falta de argumentos!

A Oradora: O Governo não, o Governo descentraliza, o Governo chega a todos os açorianos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Que pobreza de intervenção!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 1 minuto e 20 segundos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente a última intervenção sobre esta matéria.

(Aparte inaudível do Deputado Jorge Macedo)

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor devia estar calado, devia ter feito a sua intervenção nesse debate até porque é vereador em Ponta Delgada e está aí só de ponto. Fica-lhe mal, já lhe disse. O senhor é um relé de repetição das coisas que dizem atrás.

Já que o senhor não fala deixe os outros falarem.

O desenvolvimento dos Açores faz-se com investimento, mas o destinatário desse investimento devem ser os açorianos e os Açores têm 9 ilhas, Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é contra os dois argumentos!

O Orador: Para a Sra. Deputada Catarina Furtado é a mesma coisa um pontadeldgadense ir à Ribeira Grande ou vice-versa, ou um florentino ir à Ribeira Grande.

Quanta arrogância Sra. Deputada! Quanta arrogância em pensar isso!

A senhora acha que está a dar a mesma oportunidade aos açorianos descentralizando para a Ribeira Grande. É a mesma coisa ir um jorgense ou um picoense à Ribeira Grande, como um de Ponta Delgada ir à Ribeira Grande.

Esse é o vosso conceito de descentralização.

Mais uma questão que acho fundamental, Sra. Deputada.

A cultura é estruturante, concordo consigo, mas a cultura é estruturante quando não há empresas a falir, quando não há desemprego a aumentar, quando não há famílias a passar necessidades. É estruturante quando as pessoas têm o básico para viverem, o suficiente para viverem e as famílias não passem necessidades. Aí é que a cultura é estruturante.

Primeiro na cultura estão outras coisas, outras necessidades e a pergunta que eu deixo é se os senhores consideram ou não suspender a obra?

Essa é a pergunta que os senhores têm que responder, porque daqui a uns tempos vamos conversar sobre outras obras que os senhores vão suspender.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas e só para contrariar, contra-argumentar, rebater afirmações que foram feitas nesta casa relativamente àquilo que foi considerado como a birra.

A birra tem outro nome e tem um destinatário...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Tem mas não se pode dizer!

O Orador: ... que é o Governo Regional.

A birra começa quando a Câmara Municipal de Ponta Delgada diz que quer recuperar o Coliseu.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o contrário!

O Orador: Ainda bem que o Governo Regional foi recuperar o teatro Micaelense.

Mas a birra vem logo a seguir, porque depois para colocar um simples quiosque por baixo do parque de S. João, houve declarações que até foram feitas na Argentina ou no Uruguai, não sei precisar bem.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma manobra de diversão!

O Orador: A birra tem vários episódios, passa também pelo parque urbano da cidade, em que depois o Governo Regional se apressa a fazer um jardimzinho, que é o Parque (também tem nome de parque, atenção, não é jardimzinho) Século XXI, que serve também para fazer karaoke, anunciado pela Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia, em página inteira na imprensa regional.

(Aparte inaudível da Deputada Isabel Rodrigues).

O Orador: Sra. Deputada Isabel, tenho muito gosto em ouvi-la, mas como a senhora está simetricamente relativamente a mim, parece aqui uma caixa de ressonância.

Se a seguir quiser falar terei muito prazer em ouvi-la.

A birra não pode ser o incómodo, ...

Deputada Cecília Pavão (PS): Sr. Deputado, volte ao Projecto de Resolução!

O Orador: Quando o Sr. Presidente der autorização para votar.

Deputada Cecília Pavão (PS): Volte ao Projecto de Resolução!

O Orador: ... a birra tem a ver com o facto de que qualquer obra feita pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, ser sempre um incómodo, uma comichão, uma erisipela para o PS.

Deputada Cecília Pavão (PS): Um saco de dívidas!

O Orador: Tudo isso tem a ver com o facto dos senhores terem começado no passado fim-de-semana a fazer a pergunta para saberem qual era o delfim que fazia mais frente à Berta.

Essa é que é a vossa preocupação.

Presidente: Essa não tem nada a ver com cultura, desculpe lá.

O Orador: Não tem nada? Tem a ver com a birra, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos voltar à cultura contemporânea.

O Orador: Tem a ver com a birra, com o umbigo e com o facebook. Palavras utilizadas pela Sra. Deputada Catarina Furtado e que eu estou apenas e só a

tentar debater. Naturalmente com a sua compreensão terminarei muito rapidamente.

A birra tem a ver com o facto de que o PS quando quer saber quem é o sucessor de César, ou quando procura o sucessor de Carlos César, no PS, naturalmente, quer saber qual dos três, (por acaso não está aqui nenhum) José Contente, Vasco Cordeiro e Sérgio Ávila, faz mais frente à Berta.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é ridículo! A sua intervenção é ridícula!

O Orador: Nós percebemos perfeitamente que todas as vezes que há uma obrzinha, uma obra maior, ou uma obra de maior dimensão na Câmara Municipal de Ponta Delgada, a começar pelo Sr. Deputado José San-Bento, os senhores franzem todos a testa e ficam muito incomodados.

Essa é que é a verdadeira razão da vossa birra.

Obrigado.

Deputados João Costa e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

(*) Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Birra Sr. Deputado, foi o que senhor acabou de fazer. Foi uma defesa, quanto a mim, infeliz e completamente descentrada do objecto da discussão que estamos aqui a ter.

Deputado João Costa (PSD): Isso é dirigido à Sra. Deputada Catarina!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Peça desculpa!

O Orador: Vou apenas relembrar a discussão que tivemos aqui no passado mês de Novembro, a propósito do Plano e Orçamento e tem a ver com a postura do PSD em relação a este assunto.

É um assunto municipal com certeza, mas importa aqui clarificar a postura do PSD, perante um assunto que diz respeito a um investimento do Governo.

Esse investimento foi considerado pelo PSD como o conjunto de investimentos que nesta altura não são considerados reprodutivos e que não são essenciais. São declarações de 25 de Novembro, retiradas do Diário das Sessões.

Importa aqui clarificar se o projecto do arquipélago não é prioritário para o PSD, como contexto de âmbito regional e se o museu autárquico é.

Quando a líder do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada diz que é uma mais-valia e importa olhar o futuro com ambição e audácia, eu não percebo em que posição é que está o PSD.

Há aqui um nível de ambiguidade que é difícil justificar.

Esta questão é complexa. Obviamente os tempos não são fáceis, mas preocupa-me também o facto de ser sempre a cultura o parente pobre e ser alvo de recurso quase obrigatório para os cortes.

Deputado Mark Marques (PSD): Em tempo de crise o pão é melhor!

O Orador: Sr. Deputado, há muita gente que na Região Autónoma faz cultura, produz e cria riqueza.

Gostaria de perceber o PSD em que papel é que se encontra para percebermos qual é a sua visão para a cultura.

Termino com o que escrevi também sobre este assunto. O que é mau para os Açores é bom para Ponta Delgada, Srs. Deputados?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, quando alguma coisa é estruturante não há hipótese de alguma vez deixar de o ser. Quando é estruturante é sempre, quando há crise ou quando não há.

Isto é a regra. Só o supérfluo ou o acessório podem deixar de o ser.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Alimentação, vestuário!

A Oradora: Sr. Deputado Artur Lima como gostaria que um florentino fosse ver o Centro de Arte Contemporânea à Ribeira Grande!

Como gostaria que todos os jovens da Ribeira Grande pudessem ir ver o Centro Interpretativo e Ambiental do Boqueirão nas Flores ...

Deputado José Rego (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ou ao Centro Interpretativo do Vulcão dos Capelinhos, a Casa da Montanha da Ilha do Pico! Pudessem comer amêijoas na Caldeira de Santo Cristo, em S. Jorge; ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): É uma pena não ter nada feito em São Jorge.

A Oradora: ... pudessem nadar na praia Formosa de Santa Maria! Pudessem ver uma tourada à corda na Terceira e estar no Caldeirão do Corvo, vendo todos os Açores!

Eu gostaria muito que todos os ribeira-grandenses pudessem ter esta oportunidade, da mesma maneira que os florentinos fossem, e irão de certo, ao centro da Ribeira Grande ver o Centro de Arte Contemporânea.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Precisávamos de passagens mais baratas!

A Oradora: Sr. Deputado Jorge Macedo, birras do passado disse o senhor, agora birras do presente foi a Câmara Municipal de Ponta Delgada ter recusado plantas endémicas para o parque urbano porque era uma oferta da Secretaria da Agricultura e Florestas.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a compreensão do Sr. Presidente eu vou reler apenas um bocadinho do parágrafo da minha apresentação deste Projecto de Resolução, que dizia assim: “pretendemos deixar muito claro que o BE/A considera importante a iniciativa de dotar os Açores de um Centro de Arte Contemporânea, que se possa constituir como um espaço de divulgação e de intercâmbio cultural, onde se cruzem linguagens artísticas diversificadas e onde os artistas açorianos possam

dar a conhecer o seu trabalho, interagindo com o público, realizando workshops, formação, etc.”.

Para que não restem dúvidas, juntaria esta leitura daquilo que já tinha dito há minutos atrás a uma afirmação que aqui fiz há dois dias, para memória futura, onde disse: “O BE considera qualquer investimento na cultura, um investimento reprodutivo”.

Está mais do que provado que a nível da Europa e até a nível do nosso País, a cultura é na Europa a segunda fonte de riqueza, de riqueza do PIB europeu, e no nosso País é a terceira fonte de riqueza.

Portanto, qualquer investimento razoável, sensato, bem planeado, estruturado, em cultura, é um investimento reprodutivo e não é por causa da crise que esse investimento se deve deixar de fazer, bem pelo contrário, é exactamente por causa da crise que planeado e sensato ele se deve fazer, porque é reprodutivo e traz riqueza a esta Região, para que não restem dúvidas.

Em resumo tentar rebater e resumir alguns dos comentários que muito agradecemos vindos de todas as bancadas, inclusive da parte do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Nada é irreversível neste momento. Qualquer um dos dois projectos, seja do centro, seja do museu de arte contemporânea, seja do Governo Regional, seja da Câmara de Ponta Delgada, são irreversíveis.

Para o BE qualquer indemnização que possa ter que ser feita, evidentemente, mediante contratos que são denunciados, será sempre mais barata para os cofres desta Região do que construir, organizar, manter e dinamizar dois centros.

Sairá ao nosso erário regional e ao bolso de cada um de nós muito mais caro, do que ressarcir e indemnizar quem tivermos de indemnizar neste momento.

A seguir: Assembleia Municipal, meus senhores, lá chegaremos, mas quando se dança o tango é preciso dois, disseram os senhores.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

A Oradora: Quando se dialoga também é preciso dois. Não há tango sem dois, não há diálogo sem dois.

Aquilo que o BE propôs aqui nesta casa, é que quem é capaz de dançar o tango, seja capaz de dialogar, mas coisa curiosa, os senhores dançam o tango em silêncio, são incapazes de falar uns com os outros. Fazer birra sim, agora, falar, não.

Portanto, Assembleia Municipal, Srs. Deputados, lá chegaremos. Neste momento estamos na Assembleia Legislativa dos Açores.

Quem é que nesta Região, com a situação que a maior parte das famílias vive, compreenderá que em Nova York existam dois centros de arte contemporânea; em Lisboa existam dois centros, um deles, privado; em Bilbao, um; em Barcelona, um; na Região Autónoma dos Açores tem obrigatoriamente que existir dois, porque têm assinaturas diferentes. Um está assinado pelo Governo Regional, o outro está assinado pela Presidente da Câmara de Ponta Delgada.

Isto é duma mesquinhez absolutamente inaceitável...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, atenção à linguagem!

A Oradora: ... e é de um novo-riquismo, que a situação que o nosso País vive, não se compadece com ela.

Mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção para o seguinte: quem é capaz de se entender com todos os PEC's, quem é capaz de se entender com o FMI, quem é capaz de se entender quando dança o tango, tenha a decência de se entender sentando-se numa mesa, falando, dialogando e sobretudo decidindo sobre qual é a melhor maneira de gastar o dinheiro dos contribuintes.

Sras. e Srs. Deputados, quando há notícias na comunicação social desta região, dum célebre encontro, entre Carlos César e Berta Cabral, num périplo que o Sr. Presidente do Governo Regional fez, e bem, do nosso ponto de vista, com todas as Câmaras desta Região e é recebido de braços abertos, um sorriso na cara e a palavra de ordem é, diz a Dra. Berta Cabral: “é mais o que nos une, do que aquilo que nos divide”.

É um descanso para os açorianos e açorianas, a birra vai acabar. Finalmente a competição fratricida tem um intervalo. Mas não! Desenganemo-nos! Foi para “inglês ver”! Foi para a comunicação social! Foi para a fotografia! Não foi falar verdade para os açorianos e açorianas.

Portanto é esta situação que o BE quer deixar muito claro, que rejeita.

Aquilo que nós dizemos é: ao povo açoriano é indiferente de quem é a obra, porque o dinheiro dos contribuintes é o mesmo. É o mesmo contribuinte que paga o centro da Ribeira Grande, ou o museu de Ponta Delgada.

O dinheiro vem do bolso dos mesmos e depois falta para tudo: falta para a saúde, falta para a educação, falta para tudo o que aqui dentro desta casa é dito que não há dinheiro.

Finalmente, não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para directamente me dirigir daqui aos ribeira-grandenses.

O Grupo Parlamentar do PS é muito expedito em acusar os Deputados e as Deputadas dos outros partidos da oposição de desonestidade intelectual. Tem-lo feito mais do que uma vez e para com o BE também.

Eu quero daqui dirigir-me aos açorianos e açorianas, e em particular aos e às ribeira-grandenses, e dizer-lhes que o Presidente da Câmara da Ribeira Grande foi intelectualmente desonesto quando hoje pôs cá fora, um comunicado de imprensa, onde acusa o BE de claramente, é o que aqui está, “impedir, estar contra a construção dum Centro de Arte Contemporânea em S. Miguel e querer deslocalizá-lo para Ponta Delgada, o que considera uma afronta ao povo da Ribeira Grande, ao concelho e a todas as suas estruturas inter-governamentais”.

Isto é mentira!

Isto é demagogia!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora é catedrática em demagogia!

A Oradora: Isto é eleitoralismo! Isto é oportunismo político que o Sr. Presidente da Câmara fez. É inadmissível e eu aconselho-o a vir a terreno dizer a verdade porque não houve uma única afirmação do BE nesta câmara que não corresponda à verdade dos factos e as testemunhas são os açorianos e açorianas. Não preciso acrescentar mais nada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Mark Marques (PSD): Ribeira-grandense!

A Oradora: Nada, crescida e residente.

Sra. Deputada ninguém foi desonesto intelectualmente.

O que o Sr. Presidente da Câmara hoje fez, eu tenho o comunicado à minha frente, foi vir defender e dizer que sugerir de alguma forma que o centro não ficasse na Ribeira Grande era prejudicar o concelho.

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde é que isso está escrito?

A Oradora: Está sugerido, na insinuação que eu há bocadinho disse, quando a senhora diz que estão numa fase de encontrar um só projecto.

Chamar demagógico ao Presidente da Câmara.

A Sra. Deputada Zuraída Soares tinha sido explícita e tinha dito: entendam-se...

Deputada Zuraída Soares (BE): É o que está aí: entendam-se!

A Oradora: ... sucumba o da Câmara de Ponta Delgada e fique o que primeiro chegou.

Deputada Zuraída Soares: Ah, compete-me a mim dizer isso?

A Oradora: Era mais honesto intelectualmente dizer isso!

O Sr. Presidente o que fez foi vir dizer que tirar, ou pôr em causa, que o centro que está gerando expectativas, está prometido, está em prossecução e que tem implicações a nível concelhio do ordenamento do território à volta do centro, isto sim, era defraudar as expectativas do concelho que ele dirige e muito bem.

Portanto, a Sra. Deputada se queria dizer claramente que a Câmara de Ponta Delgada desistisse do seu centro, tivesse dito e não mandasse entenderem-se.

Não se pode mandar entender o que à partida se sabe que não é entendível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não fazia tensões de voltar ao debate, mas há duas questões que me fazem usar da palavra uma vez mais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A sondagem!

O Orador: A primeira questão para salientar, tornar visível, mais claro, que o PSD não quis responder à pertinente questão colocada pelo Sr. Deputado Alexandre Pascoal, na sua intervenção anterior.

Disse o Sr. Deputado Alexandre Pascoal, que não se percebe o PSD sobre esta matéria, como não se percebe sobre outras, acrescento eu.

Não se percebe porque os senhores quando se trata de discutir o Plano e Orçamento, dizem: Bom, o Centro de Artes Contemporâneas é um projecto supérfluo, invista-se noutra coisa!

Logo a seguir, a nível municipal, o mesmo PSD, no concelho onde a presidente do PSD/Açores é autarca, é Presidente da Câmara, investe verbas avultadas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Investe, não! Esbanja!

O Orador: ... num Centro de Arte Contemporânea, o mesmo que acha supérfluo o Governo fazer na Ribeira Grande, verba para a qual tinha o PSD uma série de propostas para ser utilizada.

O Governo deve prescindir do seu projecto e investir o dinheiro noutras áreas, os senhores, nas vossas Câmaras devem fazer projectos que criticam a nível regional.

Sobre isso o Sr. Deputado Jorge Macedo não disse nada.

É preciso que as pessoas saibam que foi essa a vossa reacção e que saibam que os senhores não têm resposta para essa questão.

A segunda questão que me fez voltar ao debate, Sra. Deputada Zuraida Soares, é essa forma (vai permitir-me que qualifique assim) presunçosa como a senhora entra nestas matérias, querendo ficar bem com o seu eleitorado e com o que não é seu, com os açorianos e com as açorianas, ...

Deputado Mark Marques (PSD): Com Deus e com o Diabo!

O Orador: ... com os que votam no BE e com os que não votam no BE.

A senhora faz sempre assim: “dá uma no cravo, outra na ferradura”.

Deputado Mark Marques (PSD): Uma habilidadezinha!

O Orador: A cultura é importante? É.

Deve-se cortar o investimento na cultura? Deve-se.

Como é que se explica isto, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): É tão fácil

O Orador: A cultura é tão importante (começa a senhora por dizer), logo a seguir diz: corte-se o investimento na cultura!

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde? Seja honesto! Onde é que isso está escrito?

O Orador: Diminua-se o investimento na cultura!

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Eu já lhe digo, tenha calma que eu já lhe digo.

Diz: não é preciso dois projectos, mas eu nem quero saber qual é o primeiro, qual é o mais importante. Os senhores resolvam!

Deputada Zuraída Soares (BE): Claro! A birra é vossa, não é nossa!

O Orador: O BE só está aqui para aproveitar o embalo eleitoral disto, o resto os senhores resolvam. A nós só nos interessa apanhar uns votos, o resto resolvam os senhores.

É por causa disso que o instrumento principal utilizado pelo BE neste Plenário são as resoluções.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é verdade! O Sr. Secretário sabe que não é verdade o que está a dizer!

O Orador: Os senhores não legislam, não produzem legislação, mandam os outros fazerem.

Os senhores não têm alternativas, não têm propostas. Mandam os outros fazerem. Façam os outros, porque nós estamos aqui para ver se apanhamos uns votos.

Eu acho que isso também deveria ficar claro neste debate, porque é um bocadinho presunçoso e ao fim de um determinado tempo começa mesmo a incomodar.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apetece dizer, Sr. Secretário “presunção e água benta, cada um toma a que quer”.

Na realidade sendo uma boa aluna, como sou, tenho aprendido muito com o PS e de vez em quando resvalo na presunção de que o PS aqui dá tão bons exemplos.

Agora, Sr. Secretário Regional, deixe-me dizer-lhe uma coisa: não compete ao BE resolver a birra permanente entre o Governo Regional e a Presidente da Câmara de Ponta Delgada.

O BE não é a mamã, nem o papá, que pega na orelha de um e outro e diz: Meu menino, minha menina, juízo! Agora vais tu e depois é que vai ele!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O Bloco de Esquerda é que devia dizer quem é que tem razão!

A Oradora: Não é esse o nosso papel.

A obrigação do BE é vir a esta câmara e dizer o que dissemos.

É um custo incomportável! Sentem-se à mesa e falem como duas pessoas crescidas, que são capazes de dançar o tango, que têm responsabilidades governativas, grandes, nesta Região e decidam qual deles é que vai parar.

Deputado Berto Messias (*PS*): Qual é que a senhora acha que tem razão?

A Oradora: Se o Sr. Secretário Regional fizer uma pergunta de bom senso ao povo açoriano e lhe disser assim: o nosso projecto (o vosso do Governo), está em andamento... a propósito está no Programa do Governo?

Olhe que eu acho que não está Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): No manifesto eleitoral está!

A Oradora: Eu acho que não está e se não está temos aqui um problema, porque não pode ser feito, não pode ser construído.

Olhe que se calhar não está! Tenho impressão que não está!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Está no manifesto eleitoral!

A Oradora: No Programa do Governo há-de dizer-me qual é a página?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso agora eu não sei!

A Oradora: Eu acho que não está o que é gravíssimo.

O Corvo não tem museu por causa disso; não há núcleo museológico aeronáutico em Santa Maria por causa disso. Mas agora S. Miguel tem dois centros de arte contemporânea e afinal não está no Programa. ´

Deputado Berto Messias (*PS*): Diga qual é que deve ser feito!

A Oradora: Voltemos à birra, se ainda tenho mais um minuto, Sr. Presidente.

O Sr. Secretário, ou qualquer membro do Governo, até com a humildade reconhecida, ou qualquer Deputado/a do PS perguntar ao povo açoriano: digam-me lá qual dos centros é que os senhores e as senhoras acham que deve avançar?

Uma questão de bom senso!

Deputada Catarina Furtado (PS): Sra. Deputada isso é que é demagogia!

A Oradora: Os açorianos e açorianas se calhar dizem assim: olhe, qual é que na realidade começou a ser feito primeiro? Qual é que agora custará menos aos nossos bolsos, se tivermos que indemnizar?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é tudo muito fácil!

A Oradora: Olhe para o Programa do Governo, Sr. Secretário!

Não está no Programa do Governo. Não está!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Fazemos um aditamento!

A Oradora: É um problema grave que o Governo tem que resolver, mas nós vamos apresentar outro projecto de resolução, a aconselhar o Governo a pôr no Programa do Governo aquilo que devia ter posto e não pôs.

Nós fazemos esse projecto de resolução sem nenhum problema, que é para lhe dar o prazer de dizer: aí está mais um projecto de resolução do BE.

O senhor fica contente e para nós é indiferente.

Se o senhor fizer a pergunta ao povo açoriano, qual é o centro que por questões económicas, de custos, de bom senso e de lógica, deve continuar, até eu que sou do BE, digo-lhe assim: aquele que foi iniciado pelo Governo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah, até que enfim!

A Oradora: Não! Não, Sr. Secretário! Eu estou a responder-lhe como qualquer açoriana lhe responderá com o mero bom senso.

Deputada Catarina Furtado (PS): Coisa que a senhora não tem!

A Oradora: Mas aquilo que os senhores queriam desde que esta discussão foi iniciada até agora, não era que o BE falasse em bom senso, em custos, em

indenizações. Só quem não está a ouvir, a pensar, ou está na estratosfera, é que não percebe o que é que isto quer dizer.

Não era isto que o Sr. Secretário, nem o Grupo Parlamentar do PS queriam. Queriam era que o BE resolvesse a vossa birra e dissesse para a resolução da birra qual dos meninos é que se portou bem e qual foi a menina que se portou mal.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Exactamente!

Deputado Francisco César (*PS*): Fugiu-lhe a boca para a verdade: A menina que se portou mal!

A Oradora: Ah, exactamente! Isso é duma consolação terrível!

Tudo isto fica mais barato ao povo açoriano? Não. Fica exactamente na mesma. Conclusão, os dinheiros dos contribuintes açorianos estão a ser gastos com uma impunidade, uma falta de razoabilidade e uma falta de cuidado e de rigor que deve fazê-los pensar. Por quem? À conta das birras! Sejam elas as do PSD. Sejam elas as do PS e do Governo Regional. É à conta das birras e as birras resolvem-se normalmente com “tau-taus”, e penso que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, já não têm idade para isso.

Muito obrigada.

Deputado Catarina Furtado (*PS*): Olhe que não. Psicologicamente é traumatizante!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

^(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não tinha nenhuma, mas mesmo nenhuma intenção de voltar ao debate, mas a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, motivou a minha vinda, o que muito lhe agradeço porque também gosto de falar sobre estas questões.

Motivou-me por dois motivos.

Primeiro: relativamente à demagogia e ao pragmatismo eleitoralista do PS, ninguém tem dúvidas, aprende quem quer.

Por mim não quero aprender, sinceramente.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Aprende-se sempre, Sr. Deputado!

O Orador: Não quero aprender!

Estou aqui com toda a legitimidade para servir os interesses dos Açores, os interesses dos açorianos e açorianas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós também!

O Orador: Não estou aqui para ganhar mais ou menos votos com esta ou aquela medida, com esta ou aquela posição.

Coisa que realmente Vs. Exas., nesse vosso pragmatismo parolo, fazem constantemente, que é pensar sempre: vamos fazer isto, porque isto permite-nos ganhar votos!

Deputado Berto Messias (PS): É Deus no céu e o Deputado Aníbal Pires na terra!

O Orador: Mas a questão não é de facto essa.

Nós estamos aqui porque estamos a representar o povo açoriano e queremos o melhor para ele.

A pergunta é: são necessários dois centros de arte contemporânea em S. Miguel? Não. Não são!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então diga isso!

O Orador: Sr. Secretário, não são! Não quer saber...

Deputado Francisco César (PS): O problema é esse, não quer saber!

O Orador: Exactamente!

Mas é isto que o povo açoriano não quer saber. O povo açoriano poderá, quererá e tem direito a ter um Centro de Arte Contemporânea, agora não quer dois. Não quer dois!

A mesma resposta que o povo açoriano dá a esta questão, também Vs. Exas. dão, porque Vs. Exas. certamente não quererão que haja em S. Miguel dois centros de arte contemporânea. Não faz nenhum sentido.

Nós estamos aqui a avaliar quem é que tem razão e quem é que não tem razão. Já todos percebemos quais foram os *timings* da apresentação dos projectos. Mas a verdade é que eles existem e eles estão com certeza em patamares diferentes de projecto, de execução. Certamente!

Mas aquilo que se pretende é evitar o desperdício dos dinheiros públicos, numa altura em que nós temos açorianos e açorianas a passar fome e temos uma perspectiva dramática para o futuro próximo.

Portanto trata-se aqui de evitar desperdício, porque aquilo que se coloca aqui é isso mesmo.

Não são necessários dois centros de arte contemporânea.

O PSD certamente terá esta opinião; o CDS, também; o PPM, certamente; o BE naturalmente e os senhores também.

Vamos evitar o desperdício porque os Açores necessitam desse dinheiro para outro tipo de investimento público e também para prestar apoio social a quem dele necessita e quem dele vai necessitar.

A questão é essa e não quem é que tem razão, ou quem é que não tem razão.

Parece-me que todos estaremos de acordo relativamente a essa situação: um Centro de Arte Contemporânea. Mais nada!

Presidente: Vou colocar o projecto de resolução à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O projecto de resolução foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 13 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica bem patente nesta votação o modo de exercício de poder pelo PS e pelo PSD.

Fica bem patente nesta votação o respeito que têm pelos dinheiros públicos.

Fica bem patente nesta votação o investimento que se faz e fica bem patente nesta votação que nenhum respondeu aos apelos do CDS, sendo uma altura de crise em que o FMI vai entrar em Portugal, em que vamos ter a crise agravada,

que os Açores vão ter consequências gravosas sobre essa entrada do FMI, não considerem sequer, nem uns, nem outros, uma suspensão temporária desses centros de arte contemporânea.

Isso é lamentável! Isso é que os açorianos e açorianas não vão entender.

Os senhores depois não venham dizer que as medidas gravosas do FMI, são as únicas culpadas da crise.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor assinou por baixo a vinda do FMI!

O Orador: Os senhores são os verdadeiros culpados da crise. Esbanjadores!

Já hoje, antes do FMI e por respeito aos açorianos, por respeito ao investimento público, consideram outras hipóteses de investimento, tanto o Governo Regional, como a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Isto é um profundo desrespeito.

Por isso é que a abstenção aumenta, por isso é que os políticos perdem credibilidade e por isso é que cada vez menos se acredita na política.

Por causa desta votação imensa do bloco central que aqui foi feita contra o investimento público, contra o bom senso Sr. Deputado, que devia suspender o investimento público, que os senhores tanto criticam nos outros e aqueles senhores propagam aos ventos todos no continente.

É lamentável e os açorianos saberão dar a resposta adequada a isto.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

^(*) **Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Deputada Zuraída Soares acabou por responder à questão do objecto que nos trouxe aqui hoje.

Só há espaço, efectivamente, para um Centro de Arte Contemporânea. O PS tem vindo a dizê-lo.

Eu penso que as questões que estão aqui em discussão são de facto importantes e não é despiciente olhar apenas para a cultura como uma fonte de despesa.

Este centro trará riqueza, trará empregos ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há desemprego, Sr. Deputado!

O Orador: ... e será importante para a dinamização da economia local da Ribeira Grande e de S. Miguel, evidentemente.

Esta questão é uma questão fulcral, é uma questão que deve ser remetida à Assembleia Municipal e fica novamente patente o silêncio do PSD em relação a este assunto e à incongruência com que tem tratado esta matéria.

Presidente: Vamos entrar no **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 31/2011 – “prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, apresentado por todos os Grupos Parlamentares.**

Vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à substância. Creio que a justificação está percebida.

Vamos votar então o projecto de resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O projecto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora dois pedidos de autorização: **Pedido de autorização para o Deputado Francisco da Silva Álvares prestar depoimento escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, no âmbito da auditoria realizada ao município da Povoação – acompanhamento do plano de saneamento financeiro (Anteprojecto de Relatório de Auditoria – Proc. n.º 10/116.02 e o pedido de autorização, que a conferência de líderes achou por bem incluir, para que o Sr. Deputado José Francisco Fernandes preste depoimento como testemunha, numa providência cautelar que corre os seus termos no Tribunal de Santa Cruz das Flores.**

Ambos os relatórios apontam no sentido de não haver impedimento para que esses depoimentos sejam prestados.

Assim sendo vamos votar esses relatórios.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os relatórios apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vou pôr à vossa consideração a seguinte Proposta de Deliberação: **“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declara findo o período legislativo de Abril”.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito boa noite.

Bom regresso a vossas casas e até sempre.

(Eram 19 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 - Projectos de Resolução:

Assunto: [Recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta Delgada para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel \(n.º 29/2011\)](#)

Autor: BE

Data de entrada: 2011.04.13;

Assunto: [Reforço dos meios de Segurança Pública nos Açores \(n.º 30/2011\)](#)

Proveniência: PSD

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011.05.13;

Assunto: [Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório Final por parte da Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores” \(n.º 31/2011\)](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS/PP, BE e Representações Parlamentares do PCP e do PPM;

Data de Entrada: 2011.04.13.

2 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Membros do Governo viajam de avião sem pagar](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.13

Referência: 54.06.00 – N.º 441/IX.

3 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011- Cria o Parque Natural da Terceira

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.04.13

Referência: 102/25/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011 - Primeira alteração ao DLR n.º 21/2008/A, de 18 de Julho, que regula a organização do sector vitivinícola na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.04.13

Referência: 102/2/2011;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução - Recomenda a concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Ponta delgada para a construção de um único Centro de Arte Contemporânea na Ilha de S. Miguel (N.º 29/2011)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2011.04.13;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 31/2011 – “Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório Final por parte da Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: PS, PSD, CDS/PP, BE e Representações Parlamentares do PCP e do PPM;

Data de Entrada: 2011.04.13.

4 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Projecto de Lei n.º 584/XI/2ª que “Altera o Código Contributivo reforçando a protecção social dos pequenos e médios agricultores” \(n.º 124/IX\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.4.13;

Assunto: [Pedido de autorização o Deputado José Francisco Salvador Fernandes prestar depoimento, na qualidade de testemunha no âmbito do processo de procedimento cautelar nº 28/11.5TBSCF que corre termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2011.4.14.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco